



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO

GABRIELA GONÇALVES CABRAL

“Eu não sei se eu tenho capacidade de sonhar...talvez eu tenha perdido essa capacidade”: entre a história dos sonhos da população trans paraense e a teoria crítica da alienação

BELÉM - PARÁ

2024

GABRIELA GONÇALVES CABRAL

“Eu não sei se eu tenho capacidade de sonhar...talvez eu tenha perdido essa capacidade”: entre a história dos sonhos da população trans paraense e a teoria crítica da alienação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Direito.

Linha de Pesquisa: Estudos Críticos do Direito

Orientador: Saulo Monteiro Martinho de Matos

BELÉM – PARÁ

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C117e Cabral, Gabriela Gonçalves.
“Eu não sei se eu tenho capacidade de sonhar...talvez eu tenha perdido essa capacidade” : entre a história dos sonhos da população trans paraense e a teoria crítica da alienação / Gabriela Gonçalves Cabral. — 2024.
136 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Saulo Monteiro Martinho de Matos
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em
Direito, Belém, 2024.

1. Transsexuais. 2. História dos sonhos. 3. Teoria crítica.
4. Alienação. 5. Reificação . I. Título.

CDD 340.115

GABRIELA GONÇALVES CABRAL

“Eu não sei se eu tenho capacidade de sonhar...talvez eu tenha perdido essa capacidade”: entre a história dos sonhos da população trans paraense e a teoria crítica da alienação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Direito.


Linha de Pesquisa: Estudos Críticos do Direito

Orientador: Saulo Monteiro Martinho de Matos

Data de aprovação: 09/08/2024

Conceito: APROVADO


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 SAULO MONTEIRO MARTINHO DE MATOS
Data: 12/09/2024 17:53:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Saulo Monteiro Martinho de Matos - Orientador

PPGD/UFPA


Presidente da Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 JOAO DANIEL DAIBES RESQUE
Data: 10/09/2024 10:02:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. João Daniel Daibes Resque

PPGD/UFPA

Membro Interno

Documento assinado digitalmente
 **FILIFE AUGUSTO BARRETO CAMPELLO DE MELO**
Data: 09/09/2024 14:52:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Filipe Augusto Barreto Campello de Melo

PPGFIL/UFPE

Membro Externo

À memória de minhas queridas avós Lucília Cabral e Maria de Lourdes Santos, cujas vidas, ainda que já encerradas nesta dimensão, continuam me inspirando, me nutrindo com amor e esperança, e me convidando a sonhar dias melhores para mim e às demais pessoas.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a deus e a toda a minha família, especialmente aos meus pais Jeanne Cabral e Gilberto Cabral. Sem o suporte material, emocional, e todo o apoio e incentivo deles, este trabalho não teria sido concluído. Nesse mesmo sentido, agradeço aos meus irmãos Amauri, Blenda e Bruna pela parceria e a bela relação de irmandade que temos, sem ela minha vida seria mais cinzenta e sem graça. Agradeço também ao meu tio George Cabral que sempre contribuiu com a minha jornada profissional desde a graduação em direito na UFPA e durante o mestrado não foi diferente. Foi ele quem me presenteou com o meu primeiro vade mecum e me ajudou de muitas outras formas que não é possível relatar neste espaço. Além disso, gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Dr. Saulo de Matos por ter me concedido a oportunidade de conhecer e estudar mais profundamente a filosofia ainda durante a minha graduação em direito e, posteriormente, no mestrado. A minha aproximação com a filosofia enriqueceu a minha vida por completo e me possibilitou viver momentos muito importantes, não apenas em relação à academia como também em relação à minha existência de modo geral. Eu gostaria ainda de agradecer-lo pela oportunidade de ter integrado o projeto de pesquisa *Censo Trans Pará*, porque foi um projeto que me ensinou muito sobre as possibilidades da pesquisa acadêmica, me moldou profissionalmente e humanamente de uma maneira muito especial para mim. Na pessoa do meu orientador de mestrado, estendo os meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará (PPGD/UFPA), especialmente às mestres e aos mestres desta casa, como as Profs. Dras. Sandra Guimarães, Eliana Franco, Luanna Tomaz e aos Profs. Drs. Almiros Machado e Breno Baía. Cada um me ensinou brilhantemente conteúdos importantes, mas também me ensinou sobre o tipo de professora pesquisadora que almejo ser e estou me tornando. Eu espero ter contribuído em algum nível para o bom desenvolvimento dos trabalhos deste PPGD. Agradeço também na pessoa da Profa. Luanna Tomaz e da Profa. Valena Jacob, ao Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá, pelo financiamento do *Programa de Ações - Empregabilidade e Formação LGBTQI+ do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ), da Universidade Federal do Pará (UFPA)*. Esse financiamento tornou possível a minha participação como bolsista de pós-graduação do *Projeto de Pesquisa Trabalho, Emprego e Renda Trans: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará - ICJ/UFPA*. Agradeço a toda a equipe do projeto *Censo Trans*, foi uma experiência muito boa ter feito parte dessa turma, aprendi muito e foi a minha primeira experiência com pesquisa de campo. Esta dissertação é um divisor de águas na minha vida, em todos os sentidos possíveis. O processo de sua construção

foi marcado por muitas dúvidas e inseguranças pessoais, acerca do que essa dissertação deveria/poderia ser ou não, mas também foi motivo de expandir o meu mundo interno, explorar e conhecer novas referências teóricas e culturais. Em suma, este trabalho escancarou um mundo inteiramente novo, complexo e rico de perspectivas teóricas e de formas de viver a vida. Por essa razão, serei sempre grata a todas as pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para que eu conseguisse realizar e concluir o mestrado. Realizar esta pesquisa foi um verdadeiro desafio para mim, porque me levou a tentar reavaliar tudo o que eu havia aprendido até então, e foi um atestado de que o mundo no qual eu vivo é muito grande, cheio de ideias e obras a ainda serem conhecidas e exploradas. Por muitas vezes foi um processo muito solitário e até adoeedor. Não apenas por essa razão, mas também por causa dela, eu gostaria de reiterar o meu agradecimento aos meus pais por todo o suporte e apoio emocional, sobretudo na fase final deste trabalho. Chegar até aqui marca um acontecimento importante para mim assim como para a nossa família. Nesse mesmo sentido, agradeço aos amigos e amigas Davi Valois, Brenda Oliveira, Matheus Fernando de Souza, Caroline Chucre, Hermes Santos, Ariel Carvalho, Laysa Souza. Agradeço especialmente também às amigas Ana Carolina Gomes e Camila Lourinho, foram amigas que eu tive a oportunidade de conhecer durante o mestrado e que tenho um carinho muito especial. Sendo assim, agradeço a todos esses amigos que dividiram comigo angústias e preocupações, mas também alegrias e momentos especiais. Na pessoa desses amigos aqui citados, agradeço a todos os demais amigos e pessoas conhecidas que de alguma forma me ajudaram durante o mestrado, seja diretamente ou indiretamente. Por fim, este trabalho não poderia ter sido realizado sem o apoio emocional das pets da família, Luna Banana Cabral e Selina Kyle Cabral, (tenho certeza que esta última discordava fortemente do fato de eu passar mais tempo na frente do computador trabalhando do que sendo escrava dela, quero dizer, do que fazendo carinho nela). Todas as matérias, leituras, experiências de pesquisa, de apresentação de trabalho e de docência, enfim, todas as oportunidades que experimentei nesses últimos dois anos e meio certamente mudaram os rumos da minha vida, abrindo muitas possibilidades e me ensinaram muitas coisas não apenas sobre filosofia e direito, mas sobretudo sobre a vida. Por todas essas razões, eu sempre serei grata a todo mundo que colaborou para a realização e conclusão deste trabalho.

Toda a ciência seria supérflua se a forma fenomênica e a essência das coisas coincidissem diretamente. (O Capital, t. III, Berlim, 1953, p. 870 - ed. alemã).

RESUMO

O trabalho busca investigar o problema da alienação enfrentado pela população trans brasileira, especificamente em relação à ausência dessa população no mercado de trabalho formal. Por meio do método da análise de conteúdo das perguntas “Qual seu maior desejo profissional?” e “Qual o maior sonho da sua vida?”, as quais compõem o *survey* aplicado pelo projeto de pesquisa *Trabalho, Emprego e Renda Trans: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará*, desenvolvido pelo Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará com o apoio do Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá, bem como por meio da análise bibliográfica dos principais artigos, TCCs, dissertações e livros desenvolvidos acerca do tema da empregabilidade trans no Brasil, buscou-se responder à pergunta-problema: de que maneira o modo como as pessoas trans sonham sobre suas próprias vidas evidencia o problema de alienação do mercado de trabalho que elas enfrentam? Foi possível perceber, a partir das teorias críticas de Rahel Jaeggi e Axel Honneth, como principal resultado da pesquisa que a capacidade de desejar da população trans tem sido restringida ao mero desejo pela sobrevivência material de seus corpos no mundo. Isso se apresenta como um verdadeiro princípio orientador da vivência trans no mercado de trabalho e é nesses termos que a população trans tem sofrido a alienação do mercado de trabalho formal, mas também no mercado de trabalho (nos raros casos em que ocupa esse espaço). Percebeu-se também que esse problema da capacidade de desejar retroalimenta o ciclo de exclusão social dessa população. Outrossim, a partir da interlocução com a crítica à Escola de Frankfurt de Amy Allen, a *Crítica dos Afetos* de Felipe Campello, a Teoria Decolonial e o Transfeminismo brasileiro, percebeu-se que a narrativa dos sonhos merece atenção e ser melhor elaborada, a fim de aperfeiçoar a maneira de pensar e elaborar novas soluções para os problemas sociais da população trans.

Palavras-chave: transsexuais; história dos sonhos; teoria crítica; alienação; reificação.

ABSTRACT

This paper seeks to investigate the problem of alienation faced by the Brazilian transgender population, specifically in relation to their absence from the formal labour market. Using the method of content analysis of the questions "What is your greatest professional desire?" and "What is your greatest dream in life? ", used in the research project "*Labour, Employment and Trans Income: a study on access to the labour market for transgender people in the State of Pará*", developed by the Institute of Legal Sciences of the Federal University of Pará with the support of the Public Ministry of Labour in Pará and Amapá, as well as through bibliographic analysis of the most important articles, TCCs, dissertations and books developed on the subject of trans employability in Brazil, we sought to answer the problem question: How does the way trans people dream about their own lives highlight the problem of alienation from the labour market that they face? Based on the critical theories of Rahel Jaeggi and Axel Honneth, the main finding of the research was that the trans population's capacity for desire has been limited to the mere desire for the material survival of their bodies in the world. This is the real guiding principle of the trans experience in the labour market, and it is in this sense that the trans population has suffered alienation from the formal labour market, but also in the labour market (in the rare cases where they occupy this space). It was also recognised that this problem of ability to desire feeds back into the cycle of social exclusion of this population. Furthermore, from the interlocution with Amy Allen's critique of the Frankfurt School, Felipe Campello's *Critique of Affection*, decolonial theory and Brazilian Transfeminism, it was realised that the dream narrative deserves attention and to be better elaborated in order to improve the way of thinking and to develop new solutions to the social problems of the trans population.

Keywords: transsexuals; dream history; critical theory; alienation; reification.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Ilustração 1 - Idade x Quantidade de pessoas trans no Pará.....	23
Ilustração 2 - Raça/ Etnia de pessoas trans no Pará.....	24
Ilustração 3 - Cidade x Quantidade de pessoas trans no Pará.....	24
Ilustração 4 - Identidade de gênero	25
Ilustração 5 - Orientação sexual.....	25
Ilustração 6 - Maior desejo profissional	29
Ilustração 7 - Maior sonho de vida.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS

PEFLGBTI+	Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+ do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará
ICJ/UFPA	Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará
MPT	Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá
Censo Trans Pará	Projeto de pesquisa <i>Trabalho, Emprego e Renda Trans: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará</i>

LISTA DE SIGLAS

LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexuais mais outras diversidades de gênero e de orientação sexual
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais mais outras diversidades de gênero e de orientação sexual
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais/Arromântico/ Agêneros mais outras diversidades de gênero e de orientação sexual
PEFLGBTI+	Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+ do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 CAPÍTULO 1 - OS SONHOS DE PESSOAS TRANS NO ESTADO DO PARÁ: A LIBERDADE OU A CAPACIDADE DE SE AUTODETERMINAR.....	22
2.1 Quem é a população trans paraense?.....	23
2.2 O que a população trans do Pará deseja e sonha?.....	26
2.3 O que são os sonhos? O que significa sonhar?.....	48
3 CAPÍTULO 2 - O CONTEXTO DO ACESSO DA POPULAÇÃO TRANS AO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: O PROBLEMA DA HOMOGENEIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE PESSOAS TRANS.....	54
3.1 O contexto da empregabilidade de pessoas trans no Brasil.....	55
3.2 A empregabilidade trans e os sonhos da população trans brasileira.....	64
3.3 A homogeneização da história de vida de pessoas trans e o problema da alienação do e no mercado de trabalho.....	74
4 CAPÍTULO 3 - SONHOS, ALIENAÇÃO E REIFICAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO TRANS BRASILEIRA DO MERCADO DE TRABALHO.....	77
4.1 A polissemia da alienação: contextualização e delimitação conceitual.....	79
4.1.1 A teoria crítica de Rahel Jaeggi.....	84
4.1.2 A teoria crítica de Axel Honneth: a reificação e a teoria do reconhecimento.....	94
4.2 Apropriar-se da própria vida, conduzir o roteiro da própria história: contribuições e limitações da teoria crítica de Rahel Jaeggi e Axel Honneth.....	98
4.3 As contribuições da teoria decolonial e da teoria transfeminista para pensar a alienação.....	110
5 CONCLUSÃO.....	127
REFERÊNCIAS.....	129

1 INTRODUÇÃO

Qual a relação que poderia existir entre o sonho e os problemas enfrentados por uma comunidade que é sistematicamente violentada como a população trans no Brasil? Existe alguma relevância em tentar investigar quais são os sonhos da população trans, considerando que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans?¹ Este trabalho em certo sentido tenta responder a essas perguntas. Mas antes de oferecer uma resposta a esses questionamentos, seu objetivo central é demonstrar a existência de um problema pouco observado na academia brasileira e nas esferas governamentais, trata-se da alienação de pessoas trans no mercado de trabalho.

A alienação pode assumir variados sentidos a depender do tempo, local, corrente filosófica, autor ou até mesmo a área do conhecimento que se adota como ponto de referência. O que importa neste momento sobre esse conceito, para compreender o argumento a ser desenvolvido ao longo deste trabalho é que a alienação caracteriza um fenômeno desagradável, que apesar de poder se manifestar de diferentes formas na vida cotidiana, guarda em comum com todas essas formas de manifestações, a característica de uma situação em que o sujeito embora esteja no gozo de suas faculdades mentais, ainda assim, ele não exerce sua autonomia ou poder de estabelecer normas e padrões para si mesmo como poderia, em razão de que algo captura a sua capacidade de decidir livremente o que fazer consigo mesmo e, por consequência, o que fazer com o mundo do qual ele supostamente faz parte e decide sobre ele. Em síntese, a alienação está relacionada ao problema de liberdade do sujeito².

Essa liberdade não corresponde ao conceito jurídico de liberdade, o qual está pautado em uma linguagem que basicamente determina aquilo que pode ou não ser realizado, e quais são as sanções para ações que violem as normas limitadoras da ação humana frente a uma lei. Diferentemente disso, o presente trabalho lida com outro tipo de linguagem sobre a liberdade, que escapa àquela e, portanto, não é capaz de ajudar a estudar sobre o objeto desta pesquisa. A linguagem utilizada aqui lança mão de conceitos denominados como *thick ethical concepts*. Bernard Williams (2006)³ ao cunhar esse termo queria dizer que existem conceitos que não

¹ Consultar o relatório da Transgender Europe, que monitora os dados levantados por instituições trans e LGBTI+ no mundo todo: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>

² JAEGGI, Rahel. Alienation. Trad. Frederick Neuhouser e Alan E. Smith. New York: Columbia University Press, 2014.

³ Consultar a Enciclopédia de Filosofia de Stanford: <https://plato.stanford.edu/entries/thick-ethical-concepts/> e consultar Jaeggi, Alienation, 2016, p. 26.

apenas descrevem, como também ao mesmo tempo avaliam moralmente as situações de maneira. Dessa maneira, esse tipo de concepção supera a ideia tradicional da separação entre fatos e valores, bem como trabalha com conceitos mais complexos do que as tradicionais ideias de certo, errado, permitido e dever. Por exemplo, classifica uma ação como generosa, corajosa, egoísta, entediante e cruel.

Embora essa linguagem ética densa possa se cruzar em algumas situações com o que poderíamos chamar de linguagem normativa do direito e da moral, ela é capaz de construir e, portanto, informar outros fenômenos ou outras camadas de um mesmo fenômeno que aquela outra linguagem não é tão capaz assim. Portanto, a linguagem ética para as finalidades deste trabalho, a saber, demonstrar que a população trans no Brasil vivencia uma alienação do mercado de trabalho, é capaz de nos fornecer informações sobre as sensações ou sentimentos que as pessoas experimentam, que demonstram conforme o desenvolver desta análise existir um problema subjacente à lógica como o mercado é pensado que não está sendo correntemente discutido e pensado de maneira apropriada.

Dessa maneira, um dos objetivos deste trabalho é proporcionar ao leitor um alargamento da sua concepção sobre como interpretar os problemas vivenciados por uma população vulnerabilizada socialmente como a população trans. Assim, propõe-se analisar uma questão que não é necessariamente uma questão de direito, podendo se tornar, a partir das vias institucionais disponíveis, mas é sobretudo um problema de natureza ética que tem por objetivo demonstrar a existência de um problema mal observado e que necessita do exercício de outra linguagem para ser discutido apropriadamente.

Para compreender o escopo desta pesquisa, é necessário o contexto no qual ela se desenvolve. A população transgênera é o foco do fenômeno que buscamos estudar. A história dessa população no Brasil é marcada por inúmeras violências, dentre as quais está a sua invisibilização. O Estado brasileiro pouco empregou esforços para obter informações acerca dessa população, o que dificulta conhecermos sobre seu passado, presente e muito menos sobre o seu futuro. Ademais, prejudica pensarmos sobre a responsabilidade do Estado, do mercado e da sociedade civil. A maior parte dos dados que temos conhecimento advém dos esforços de ONGs, organizações civis, movimentos sociais e pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico das universidades.

Apesar desses esforços, os estudos acadêmicos sobre a população LGBTI+ ainda são bastante diminutos no Brasil. Essa quantidade reduz ainda mais, considerando a população

trans. Além disso, prevalecem pesquisas acerca da violência e da saúde em detrimento de outras temáticas, como a presença e a evasão escolar de pessoas trans, a taxa de desemprego etc. (Almeida; Vasconcellos, 2018, p. 306-307).

De acordo com o relatório da pesquisa bibliográfica desenvolvida pelo Programa de Empregabilidade e Formação LGBTI+ (PEFLGBTI+) do Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará (ICJ/UFPA)⁴, até 2023, verificava-se o total de 65 (sessenta e cinco) trabalhos sobre a população trans, dos quais 58 (cinquenta e oito) são artigos e apenas 7 (sete) são dissertações. Além disso, ainda conforme esse relatório, a produção desses trabalhos datam a partir do ano de 2009 e demonstram um maior crescimento de produção a partir do ano de 2016. Entretanto, a maior parte dos trabalhos tem por foco territorial a região Sul e Sudeste, as quais somam juntas mais de 20 (vinte) trabalhos.

Com base nessas informações, percebe-se não apenas uma ausência de dados e pesquisas acadêmicas sobre a população trans que sejam diversificados no sentido temático (saúde, violência, segurança, evasão escolar, mercado de trabalho etc.) como há também uma deficiência regional da produção de dados e pesquisas em localidades diferentes das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Sendo assim, é possível considerar que o presente trabalho visa contribuir para ambas as lacunas identificadas (temática e territorial). Pois, apresenta uma contribuição filosófica para pensar o acesso ao mercado de trabalho pela população trans, a partir da análise das entrevistas realizadas pelo PEFLGBTI+ do ICJ/UFPA.

Uma das pesquisas mais significativas na temática que interessa às finalidades do presente estudo, foi realizada em 2021 pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), e consiste no mapeamento de pessoas no município de São Paulo. Aliado a isso, outro trabalho importante para o desenvolvimento inicial das ideias que ensejaram este estudo, é a pesquisa de Almeida e Vasconcellos (2018) acerca das dificuldades enfrentadas por pessoas trans para acessar o mercado de trabalho em São Paulo. Nessa pesquisa, Valéria Rodrigues, representante da instituição Nice, foi entrevistada, na sua fala chamou atenção para a importância fundamental que a questão do trabalho e outros assuntos que estão além das principais temáticas pesquisadas sobre a população (violência e saúde) possuem para a população trans, ela diz que “...sem trabalho não há dignidade...Dignidade sem emprego não existe...” (Almeida; Vasconcellos, 2018, p. 310).

⁴ Desenvolvido no projeto de pesquisa *Trabalho, emprego e renda trans: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no Estado do Pará - ICJ/UFPA*.

De acordo com algumas pessoas entrevistadas nessa pesquisa, é como se a vida delas fossem pré-determinadas a serem excluídas do mercado de trabalho de modo geral e principalmente do mercado de trabalho formal. Vejamos:

[...] Na verdade, o Brasil tem muita transfobia com relação a essa população, porque **a sociedade ainda não enxerga a gente como mulheres**. Porque a gente precisa mobilizar a sociedade para que enxergue a gente verdadeiramente como cidadãs de fato. Por isso que **a gente tem essa dificuldade pra chegar [...] de fato até um trabalho formal. Geralmente os trabalhos que a gente tem é só informal, como cabeleireiras, como esteticistas, e também o trabalho na prostituição**. Não que seja um trabalho menor. [...] Só que a gente precisa lutar mais ainda por isso. (Fernanda de Moraes, Antra) (Almeida; Vasconcellos, 2018, p. 311). (Grifo nosso)

Porque **existe o estigma** que a gente carrega de onde a gente trabalha, em que lugar a gente “tá” [...] **parece que já “tá” predeterminado onde você vai trabalhar, o que você vai fazer**. (Ika Carneiro, Cursinho Transformação) (Almeida; Vasconcellos, 2018, p. 311). (Grifo nosso)

É ressaltado nesse trabalho o fato de que embora o trabalho seja um direito social garantido pela Constituição, ele ainda não é uma realidade para a população trans, a qual enfrenta bloqueios de maneira geral para gozar desse direito e, especificamente, no caso das mulheres travestis e transexuais, 90% se prostituem para obter renda. (Almeida; Vasconcellos, 2018, p. 307)⁵. Esses trabalhos proporcionam reflexões sobre a relação entre sexo e gênero⁶, e

⁵ Longe de defender uma posição moral acerca da prática da prostituição, o presente trabalho cita esse dado com a finalidade de demonstrar que a população trans ocupa posições bem específicas quando o assunto é emprego, trabalho e renda, geralmente postos de trabalho informais e marginalizados.

⁶ Tradicionalmente, o sexo está associado a ideia de diferenciar as pessoas a partir das diferenças biológicas entre homens e mulheres, por sua vez, o gênero correspondente está associado à ideia das construções sociais que atribuem identidades e funções específicas aos homens e às mulheres, o qual leva em consideração a ideia de sexo. Esse parâmetro classifica as pessoas no seu nascimento como masculinas ou femininas, e junto da ideia de gênero se forma o sistema de gênero binário homem/mulher. A rigidez dessas categorias exclui muitas pessoas como as pessoas transgêneros, pois pessoas transgêneras não se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento. Nesse sentido, mulher transexual é a pessoa que ao nascer foi designada como do gênero “homem”, supostamente do “sexo masculino”. Todavia, possui identidade de gênero feminina e deve ser reconhecida nos pronomes femininos. O homem transexual é a pessoa que ao nascer foi designada como “mulher” supostamente do “sexo feminino”. Porém, possui identidade de gênero masculina e deve ser reconhecida nos pronomes masculinos. Travestis e não-binárias/gênero se inserem na expressão pessoas transgêneras. Contudo, a travesti é uma identidade política de gênero feminina brasileira, que utiliza os pronomes femininos que independe da validação médica e está intimamente relacionada à discriminação associada à classe e raça. Por sua vez, não-binário/gênero fluido é uma identidade que não se encaixa nem como homem nem como mulher, é uma identidade que reage contrariamente às construções sociais do sexo, estereótipos de gênero e ao sistema binário de gênero. É possível que algumas dessas pessoas se identifiquem entre um gênero e outro ou até mesmo em uma combinação dos dois. Há pessoas não-binárias que se consideram como transgêneros e outras não. Para uma compreensão panorâmica e uma reflexão crítica sobre o desenvolvimento das categorias conceituais de gênero, sexo e desejo, consultar Butler “Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade” (2003).

o mercado de trabalho, a partir das relações de emprego⁷ ou trabalho⁸ em geral que essa pessoa vivencia, bem como acerca das questões da renda⁹ auferida por essas pessoas e a empregabilidade¹⁰ delas.

O que instigou o desenvolvimento desta pesquisa dentro dessa ampla possibilidade de relações teóricas, foi a inquietação de tentar pensar de que maneira a relação entre a identidade de gênero e o mercado de trabalho influenciam a constituição do *self* de pessoas transgêneras no seguinte sentido, como essa relação influencia a condição existencial dessas pessoas acerca do modo como os seus desejos pela vida e na vida são desenvolvidos.

Para estudar essa questão, o trabalho analisará o relatório do projeto de pesquisa “Trabalho, Emprego e Renda Trans: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará”, especificamente as entrevistas longas semiestruturadas nas seguintes perguntas “Qual seu maior desejo profissional?” e “Qual o maior sonho da sua vida?” A partir dessas considerações, o trabalho busca responder à pergunta-problema: *de que maneira o modo como as pessoas trans sonham sobre suas próprias vidas evidencia o problema de alienação do mercado de trabalho que elas enfrentam?*

A hipótese deste estudo é que o mercado de trabalho influencia diretamente a capacidade das pessoas trans sonharem e se autodeterminarem como sujeitos que controlam a própria vida. Apesar de em certo sentido, todas as pessoas de modo geral serem determinadas de alguma forma pela sua relação com o mercado de trabalho, é possível observar que há aspectos específicos na forma como essa relação (comum à sociedade contemporânea de modo geral) é experimentada pelas pessoas trans. A partir dos relatos verbais e não verbais de pessoas trans residentes no estado do Pará, busca-se evidenciar o aspecto específico dessa relação, demonstrando haver uma patologia social na maneira como as pessoas trans sonham, desejam e em última instância determinam as suas vidas.

⁷ Emprego ou relação de emprego se refere à relação contratual entre uma pessoa física denominada empregado, que presta serviços de maneira pessoal, em caráter não-eventual, mediante pagamento de uma contraprestação remuneratória a um empregador, ficando subordinado ao poder diretivo deste.

⁸ Trabalho ou relação de trabalho consiste em um conceito mais amplo que engloba a relação de emprego, que corresponde a toda e qualquer relação entre dois ou mais sujeitos, onde um trabalhador, pessoa física, dispõe de sua força de trabalho em proveito alheio, de um ou mais tomadores de serviços.

⁹ Renda designa a soma de todas as fontes econômicas de subsistência e produção de riqueza de uma pessoa. Podem ser de espécies e fontes variadas, tais como remuneração do trabalho, proventos de aposentadoria, honorários, lucro de atividade empreendedora, juros de investimentos, auxílios e benefícios de programas de assistência social, etc.

¹⁰ Empregabilidade é um conjunto de habilidades e competências pessoais que possibilitam o acesso e a permanência no emprego, tais como qualificação profissional, inteligência emocional, sociabilidade, motivação, entre outros.

Esta pesquisa se insere no escopo da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt¹¹, cujo os principais representantes de sua fundação são Max Horkheimer¹², Theodor Adorno e Herbert Marcuse. Na esteira dessa corrente de pensamento, o referencial teórico adotado por esta pesquisa é a teoria crítica de Rahel Jaeggi, a qual propõe como método de crítica imanente analisar os problemas a partir de uma perspectiva interna às práticas de uma forma de vida, de maneira a encontrar os parâmetros para avaliar tais problemas dentro da própria forma de vida que vivencia esse problema e nunca a partir de uma perspectiva externa e metafísica que adote uma postura teórica desvincilhada do contexto específico de uma forma de viver onde ocorrem as práticas sociais que geram o problema que se almeja investigar e solucionar (Jaeggi, 2018). Além disso, vale-se também do conceito de alienação desenvolvido pela autora como uma relação de relações deficitárias que afetam a autodeterminação dos sujeitos no mundo, gerando situações que podem ser expressas por eles como situações de impotência, absurdismo, reificação, entre outros termos que descrevem em situações em que os sujeitos se sentem desconectados com os rumos que as suas vidas tomaram (Jaeggi, 2016).

A presente pesquisa adota como procedimento metodológico o método da análise de conteúdo de Laurence Bardin (2011), com a finalidade de analisar as respostas sobre desejo profissional e sonho oferecidas pelas pessoas trans nas entrevistas semiestruturadas. A análise de conteúdo foi desenvolvida nos Estados Unidos. Até a metade do século XX, sua história de desenvolvimento foi marcada por um interesse quantitativo estatístico e de codificação de valores e comportamentos, associados às necessidades da imprensa da época e da propaganda sobretudo com o advento da Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, com as necessidades das investigações das ciências políticas acentuadas pela Segunda Guerra Mundial. Na década de 50 e 60, a aplicação do método se expande para diversas áreas, o que faz com que esse período seja marcado por profundos questionamentos metodológicos e epistemológicos da

¹¹ Há uma grande discussão sobre qual deve ser o parâmetro adotado para definir o que é a teoria crítica, alguns preferem adotar parâmetros ligados à história do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, outros preferem adotar uma perspectiva genealógica a partir dos textos de teóricos fundadores da tradição e há também quem adota como fundamento a ideia de que essa escola é na verdade um método (Fleck, 2017, 106-108). Sem ter a pretensão de se engajar com qualquer dessas perspectivas e acabar simplificando este longo debate, mas ainda assim na intenção de apresentar uma definição do que é a Teoria Crítica, é suficiente afirmar para os fins deste trabalho que a Teoria Crítica é na verdade uma ideia que garante a existência de vários modelos críticos da sociedade, que apesar de serem diferentes e às vezes até opostos entre si, possuem em comum o objetivo de analisar a maneira como a realidade da sociedade funciona “à luz de uma emancipação ao mesmo tempo concretamente possível e bloqueada pelas relações sociais vigentes” (Nobre, 2008, p. 17).

¹² Max Horkheimer é considerado o seu fundador em razão de ter sido o primeiro a escrever um texto definindo o que seria a Teoria Crítica e o que seria o seu oposto, a teoria tradicional. Entretanto, ele próprio não se qualifica nesses termos, pois acredita que a “Teoria Crítica é um movimento intelectual e político de compreensão e transformação da sociedade que já existia muito antes de ele lhe dar esse nome e de confrontá-lo com outros ramos de pensamento” (Nobre, 2008, p. 35)

análise de conteúdo. Desse modo, a análise de conteúdo supera seu escopo exclusivamente quantitativo descritivo, e passa a ter como principal objetivo a inferência, a fim de elucidar tanto as causas de uma comunicação quanto os seus efeitos, assim, a inferência pode estar apoiada em indicadores de frequência ou na combinação de indicadores. O período da década de 60 e 75 é marcado pelo uso do computador, o estudo da comunicação não verbal e o confronto com a semiologia e a linguística. De certo modo, essas questões continuam presentes, na medida em que foram intensificadas com o desenvolvimento da inteligência artificial (Bardin, 2011, p. 21-31).

A análise de conteúdo segue três etapas cronológicas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Na pré-análise é necessário escolher os documentos a serem analisados, formular hipóteses e os objetivos, e por fim, elaborar os indicadores que fundamentam a interpretação final. A segunda fase consiste na aplicação das decisões tomadas na primeira etapa, a fim de realizar operações de codificação, decomposição ou enumeração. Por fim, na última parte, os resultados passam por operações estatísticas ou de análise fatorial, com o objetivo de produzir quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais após submetidos a teste de validação, podem ser utilizados para propor inferências e interpretações conforme os objetivos traçados na primeira etapa ou então para apresentar as descobertas inesperadas (Bardin, 2011, 125; 131).

Para tanto, o trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se as respostas às perguntas “Qual seu maior desejo profissional?” e “Qual o maior sonho da sua vida?”, que fazem parte do relatório parcial produzido pelo projeto de pesquisa “Trabalho, Emprego e Renda Trans: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará” desenvolvido pelo Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) com o apoio do Ministério Público do Trabalho no Pará e Amapá (MPT). Busca-se nesse capítulo, definir qual o conceito de sonho utilizado aqui e como pode auxiliar o estudo da alienação do mercado de trabalho sofrida pela população trans. No capítulo dois, apresenta-se o contexto nacional da empregabilidade de pessoas trans, para evidenciar, a partir de outros estudos realizados em outras regiões do Brasil, a maneira como a alienação do mercado de trabalho é experimentada de maneira geral pela população trans. O capítulo três encerra este trabalho apresentando uma análise filosófica que amplia e ao mesmo tempo especifica a possibilidade de utilização do conceito de alienação, a partir do estudo empírico sobre os sonhos da população trans paraense, aliado a uma análise do contexto nacional. Nesse sentido, o último

capítulo almeja apresentar de que maneira conceitos como a alienação ainda são necessários para refletir criticamente sobre nossos problemas sociais.

Capítulo 1

Os sonhos de pessoas trans no estado do Pará: a liberdade ou a capacidade de se autodeterminar

“[...] ele dizia que "utopia" é uma palavra ridícula. Eu vou dizer uma coisa: eu acho que não é, não; a razão manda que a gente se acomode em casa, e o sonho é que leva a gente para a frente.” (Ariano Suassuna)¹³

Sonhar é acordar-se para dentro. (Mário Quintana, 2013)

"Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no sonho também um motor da história. Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança. Por isso, venho insistindo, desde a "Pedagogia do oprimido", que não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua." (Paulo Freire, 1992)

A etimologia da palavra sonho advém do latim *somnium* significa experiências vivenciadas durante o sono, o termo também é utilizado para descrever desejos ou expectativas. Seja utilizado de um modo ou de outro, o sonho sempre informa algo sobre os desejos daqueles que sonham. Se os poetas e o grande educador Paulo Freire estiverem certos, o sonho parece ser uma das causas daquilo que movimenta o ser humano e a sua história, e um dos princípios constitutivos da liberdade e da felicidade, se considerarmos que constitui a vontade e, portanto, a ação daquele que realiza algo. Nesse sentido, este capítulo busca apresentar as respostas das pessoas entrevistadas pelo projeto de pesquisa “Trabalho, Emprego e Renda Trans: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará” desenvolvido pelo ICJ com o apoio do MPT, a fim de saber quais são os maiores desejos profissionais e os maiores sonhos da população trans paraense.

¹³ Fonte: Agência Câmara de Notícias, disponível no link: <https://www.camara.leg.br/noticias/92112-ariano-suassuna-o-encantador-de-historias/>

Outrossim, deseja-se saber a partir dessa narrativas, estudar como o fenômeno da alienação se desenvolve na vida dessa população.

Para tanto, em um primeiro momento, a pesquisa apresenta dados que sintetizam qual o perfil da população entrevistada, para em seguida expor as respostas dessas pessoas às perguntas “Qual seu maior desejo profissional?” e “Qual seu maior sonho de vida?”. Em seguida, apresenta-se as diversas concepções a respeito do significado do termo sonho, para definir o entendimento deste termo no escopo deste trabalho. Com isso, objetiva-se demonstrar que o estudo das situações de sofrimentos e injustiças vividas pela população transexual no Brasil, deve perpassar necessariamente pela escuta empática das narrativas dessas pessoas, para compreender as nuances das suas demandas, sejam elas referentes à garantias materiais como uma casa para morar ou garantias imateriais, também chamadas simbólicas, como é o reconhecimento social.

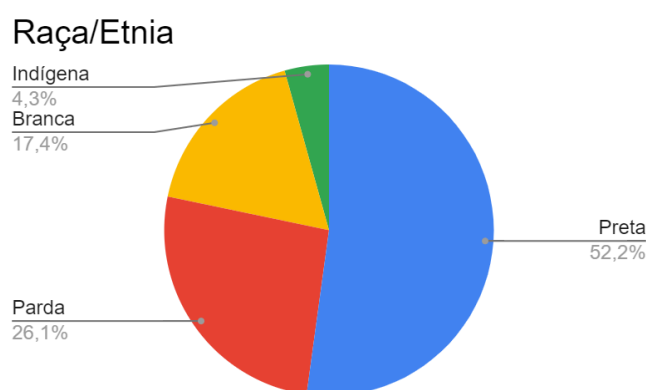
A principal contribuição deste capítulo está em mostrar que é possível estudar a alienação do mercado de trabalho sofrida pelas pessoas trans, a partir dos seus próprios relatos, demonstrando as raízes sociais desse fenômeno e o modo ambivalente como afeta a formação da vontade e da liberdade dessa população.

Quem é a população trans paraense?

Para compreender este estudo é importante conhecer um pouco da biografia das pessoas entrevistadas pelo projeto de pesquisa “Trabalho, Emprego e Renda Trans: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará” desenvolvido pelo Instituto de Ciências Jurídicas com o apoio do Ministério Público do Trabalho do Pará. Em 2023, o projeto coletou 23 entrevistas de pessoas trans. A partir das respostas, é possível concluir que se trata de uma população adulta jovem, cuja maior parte está entre 20 a 29 anos de idade, conforme pode ser visto na tabela abaixo:

	Idade	Quantidade
	60 em diante	1
	50 a 59 anos	2
	40 a 49 anos	3
	35 a 39 anos	1
	30 a 34 anos	2
	25 a 29 anos	5
	20 a 24 anos	7
	15 a 19 anos	2
Total		23

Em relação à autodeclaração racial ou étnica, a população trans respondeu da seguinte forma: 12 pessoas se autodeclararam pretas, 6 pessoas se autodeclararam pardas, 4 pessoas se autodeclararam brancas e apenas 1 pessoa se autodeclarou indígena. Dessa forma, a união das categorias preta e parda, demonstra que a população trans paraense entrevistada no projeto objeto da análise deste estudo é composta predominantemente por pessoas negras, ocupando percentualmente mais do que 50% da população entrevistada, como pode ser ilustrado pelo gráfico a seguir:



Como pode ser observado na tabela a seguir, a maior parte das pessoas trans entrevistadas residem na cidade de Belém, a capital do estado do Pará. Em segundo lugar, aparece a cidade de Santarém, pertencente à mesorregião do Baixo Amazonas do Pará, que é um dos municípios mais populosos do estado, ficando atrás somente da capital (Belém) e do município de Ananindeua, o qual pertence à mesorregião Metropolitana de Belém. Além desses municípios, há pessoas residentes em municípios como Cametá e Santa Maria do Pará, pertencentes à mesorregião do Nordeste Paraense e na cidade de Itaituba, a qual pertence ao Sudoeste Paraense:

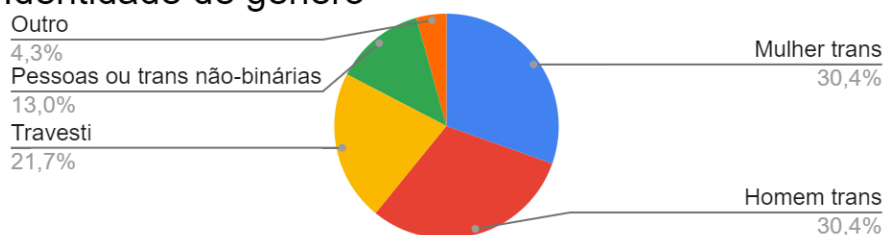
	Cidade	Quantidade
	Belém	13
	Santarém	6
	Ananindeua	1
	Cametá	1
	Itaituba	1
	Santa Maria do Pará	1
	Total	23

É importante ressaltar que esses dados correspondem ao relatório parcial do projeto de pesquisa, o qual ainda está em desenvolvimento e, portanto, essas quantidades podem se

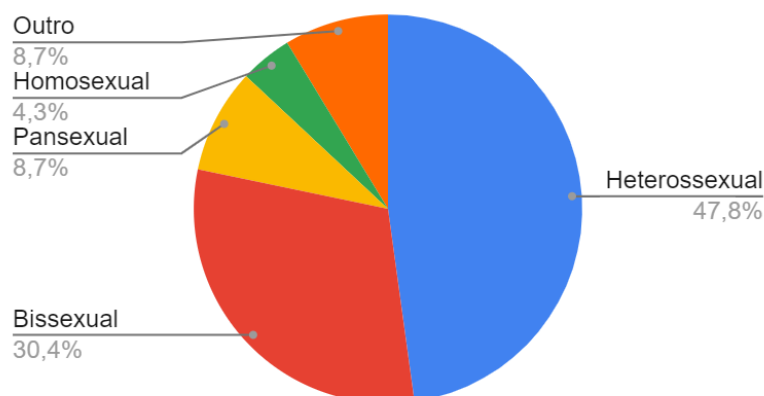
modificar até a finalização da pesquisa. Contudo, um aspecto importante acerca da distribuição das pessoas trans no estado pode estar relacionado ao fato de que nos municípios afastados da capital do Pará é mais difícil para a população LGBTI+ em geral travar publicamente discussões sobre gênero e sexualidade. Isso dificulta com que essas pessoas assumam publicamente que pertencem à comunidade LGBTI+, especialmente as pessoas trans. Dessa forma, é necessário levar isso em consideração quando se pensa na distribuição dessas pessoas no estado.

A população trans entrevistada é formada em sua maioria por mulheres e homens trans, porém é importante destacar que há uma quantidade expressiva de mulheres travestis. Em relação à orientação sexual, a população é predominantemente heterossexual, mas há uma porcentagem significativa de pessoas bissexuais, conforme pode ser visto nas tabelas e gráficos a seguir:

Identidade de gênero



Orientação sexual



Desse modo, na tentativa de sintetizar os dados apresentados, a população trans paraense pode ser descrita como uma população adulta jovem, majoritariamente composta por

mulheres e homens trans, e mulheres travestis, cuja orientação sexual predominante é a heterossexual, que residem em sua maioria na capital do estado do Pará.

O que a população trans do Pará deseja e sonha?

Após conhecer de maneira geral o perfil das pessoas trans que importam para este estudo, interessa apresentar os dados coletados em relação às respostas fornecidas por essas pessoas às perguntas “Qual seu maior desejo profissional?” e “Qual seu maior sonho de vida?”.

Para apresentar esses dados, o estudo seguiu as três etapas cronológicas do método da análise de conteúdo descrita por Bardin (2011. p. 125) como: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. De acordo com a autora, na pré-análise é necessário: a) escolher os documentos a serem analisados; b) formular hipóteses e os objetivos; e c) elaborar os indicadores que fundamentam a interpretação final.

Sendo assim, este estudo escolheu as entrevistas semiestruturadas realizadas pelo projeto de pesquisa “Trabalho, Emprego e Renda Trans: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no estado do Pará” desenvolvido pelo ICJ/UFPA, o principal objetivo do projeto era realizar um levantamento de informações sobre trabalho, emprego e renda de pessoas transgêneras no estado do Pará, entre alguns dos objetivos específicos figura os seguintes: a) identificar o contexto de vulnerabilidade da população trans no Brasil; b) traçar o perfil racial, de escolaridade e renda de pessoas trans no estado do Pará; e c) identificar as violações aos direitos laborais e de seguridade social das pessoas trans.

Os objetivos daquele projeto, fomentaram o interesse do presente estudo em analisar alguns dos dados coletados para tentar contribuir no processo de compreensão do contexto de vulnerabilidade que a população trans sofre no Brasil, especialmente na dimensão dos direitos ao trabalho e à seguridade social. Nesse contexto, a contribuição desta pesquisa nesse campo de estudos é oferecer uma reflexão filosófica empiricamente fundamentada, a qual oferece um conceito que permite ampliar e aprofundar o âmbito de discussões sobre os problemas enfrentados pela população trans no Brasil.

A intuição originária que este trabalho busca elaborar conceitualmente é que há uma patologia social na relação como as pessoas trans elaboram os seus desejos e assim, realizam as suas vidas ou em outras palavras realizam o seu *self*. Essa patologia social pode ser percebida no horizonte de possibilidades do que elas podem ou não vir a realizar com suas existências, que está intimamente vinculado ao modo como a relação entre a identidade de gênero e o mercado de trabalho é experimentada por essa população.

Para estudar essa questão, este trabalho formulou a seguinte pergunta-problema para orientar suas decisões e procedimentos metodológicos: *de que maneira o modo como as pessoas trans sonham sobre suas próprias vidas evidencia o problema de alienação do mercado de trabalho que elas enfrentam?*

A hipótese formulada na primeira etapa do método utilizado nesta pesquisa é que em razão da sociedade enfatizar negativamente a identidade de gênero da população trans, o mercado de trabalho se torna mais um âmbito da vida dessas pessoas que produz ainda mais violência e vulnerabilidade social, se tornando mais uma esfera da vida dessas pessoas das quais elas são excluídas. Em decorrência disso, devido a sociedade ser organizada economicamente em um sistema de produção capitalista, o mercado de trabalho desempenha uma função primordial na capacidade das pessoas trans sonharem e se autodeterminarem como sujeitos que controlam a própria vida. Decorre que da maneira como o mercado de trabalho recebe (ou não) as pessoas trans em seu interior, afeta a capacidade dessas pessoas imaginarem cenários melhores para suas vidas, cenários nos quais elas formulem desejos que dependam mais da vontade delas de realizarem esses desejos do que as condições externas do contexto ao qual elas pertencem. Portanto, para investigar de que modo essa relação se desenvolve e fomenta a patologia social da alienação na vida de pessoas trans, busca-se analisar os relatos verbais e não verbais de pessoas trans residentes no estado do Pará.

Para tanto, este trabalho se orienta pelo objetivo geral de explicar como o problema social da alienação do mercado de trabalho sofrida por pessoas trans pode ser explicado, por meio da análise dos relatos dessas pessoas sobre os sonhos que elas possuem sobre suas vidas. Para realizar esse objetivo, o trabalho busca realizar os seguintes objetivos específicos: a) conhecer a partir de entrevistas quais são os sonhos da população trans; b) compreender nessas entrevistas, o modo como esses sonhos estão articulados com a forma como essas pessoas experimentam o mercado de trabalho; c) identificar de que maneira os sonhos relatados são capazes de apresentar os sintomas da patologia social da alienação do mercado de trabalho; e por último, d) elaborar uma reflexão filosófica sobre o conceito de alienação que seja capaz de contribuir para a análise do problema da vulnerabilidade da população trans no Brasil.

Por fim, ainda dentro da primeira etapa da análise de conteúdo, escolheu-se como indicadores que fundamentam a interpretação final deste estudo, para codificar os resultados das respostas à pergunta “Qual seu maior desejo profissional?”, os seguintes: a) Ativismo; b) Formação acadêmica (graduação, mestrado e/ou doutorado); c) Professor (a,e) Universitário

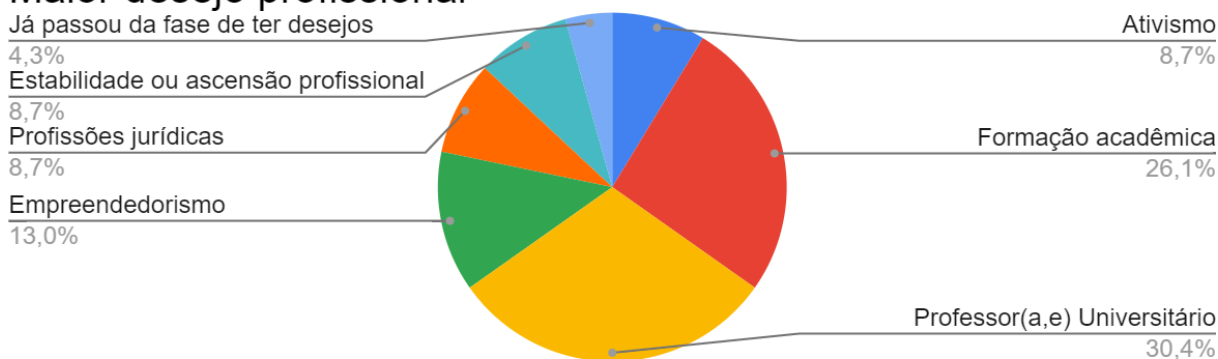
(a,e); d) Empreendedorismo; e) Profissões jurídicas; f) Estabilidade ou ascensão profissional; g) Já passou da fase de ter desejos. Por outro lado, em relação à pergunta “Qual seu maior sonho de vida?”, foram escolhidos os respectivos indicadores: a) Direitos fundamentais; b) Realizações pessoais diversas; c) Não sabe ou não tem; d) Concluir a transição; e) Estabilidade financeira e reconhecimento social; f) Ativismo. Esses indicadores conseguem organizar a totalidade das respostas coletadas e a razão de sua escolha é sobretudo em razão da frequência dos conteúdos percebidos nas respostas das pessoas entrevistadas, a fim de não perder nenhuma informação coletada.

A segunda fase do método da análise de conteúdo utilizado neste estudo consiste na aplicação das decisões tomadas na primeira etapa, ou seja, codificar os dados coletados nas entrevistas das pessoas trans no Pará, a partir dos indicadores escolhidos. A terceira e última parte do método consiste no tratamento desses dados que já foram codificados e organizados na segunda fase, esse tratamento consiste em operações estatísticas simples ou de análise fatorial, com a finalidade de elaborar quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, para posteriormente serem interpretados (Bardin, 2011, p. 131). O estudo passou por essas fases e isso pode ser visto com os dados abaixo disponibilizados nos formatos de tabelas e gráficos, e posteriormente nas demais seções da dissertação pode ser encontrada a interpretação desses dados.

Quando perguntadas sobre seu maior desejo profissional, as pessoas entrevistadas responderam da seguinte maneira: 7 pessoas responderam o desejo de se tornarem professoras universitárias; 6 pessoas responderam que desejam realizar uma formação acadêmica, compõem essa categoria desde a formação da graduação até a pós-graduação stricto e lato sensu; 3 pessoas responderam desejos que estão associados ao empreendedorismo; 2 pessoas responderam desejos associados a trabalhar como ativistas, sendo remuneradas por isso; 2 pessoas responderam desejos associados à ideia de estabilidade profissional e/ou ascensão profissional; 2 pessoas responderam desejos de exercerem profissões jurídicas; e por fim, 1 pessoa respondeu que já passou da fase de possuir desejos.

Como ilustrado pelo gráfico abaixo, observa-se que o maior desejo da população trans paraense é se tornar professor(a,e) universitário, em segundo lugar é realizar uma formação acadêmica e em terceiro lugar, é o desejo por empreender. Percebe-se que o desejo profissional dessa população está muito associado à ideia de participar da universidade brasileira, seja na condição de discente ou como docente.

Maior desejo profissional



É possível tentar conhecer as razões que justificam os desejos dessas pessoas, por meio da análise de seus relatos. Por exemplo, 7 pessoas almejam a carreira de docência do ensino superior, desse total de pessoas, 4 pessoas disponibilizam mais informações que nos permitem concluir suas razões específicas para responderem esse desejo. As pessoas entrevistadas nº 5 e nº 16, respondem respectivamente do seguinte modo:

“Trabalhar numa universidade federal, poder estar em uma universidade federal e levar essa temática pra dentro da universidade. Poder me declarar dentro de um espaço que eu to mais seguro, mais estável, falar ‘olha, eu sou homem trans e eu to dando esse conteúdo aqui’, isso é o que eu gostaria. Hoje em dia é o desejo que eu tenho.”

“ [...] Mas o meu grande desejo mesmo é retornar pra universidade como professora, porque eu acho que faz muita falta assim uma representatividade LGBT, por exemplo no campus de Cameté ou em diversos outros campus da universidade do Estado ou da universidade federal. Eu acho que seria muito interessante, [...]”

O entrevistado nº 5 é um homem trans, branco, heterossexual que já é professor universitário, mas de faculdades particulares. Ele afirma que “gostaria de continuar sendo professor, se possível não de privada, queria muito poder entrar no serviço público”. Junto a isso, percebe-se que ele considera o serviço público como professor de uma universidade pública federal uma situação mais segura e estável do que o seu trabalho em faculdades particulares. Diante disso, ele se sente seguro para expor sua identidade de gênero em uma sala de aula e levar as questões da população trans para esse ambiente. Assim, o desejo dele está baseado no sentimento de se sentir seguro em uma universidade pública.

Por outro lado, a resposta da pessoa entrevistada nº 16, a qual é uma pessoa trans (ainda em processo de autoidentificação), branca, relata que seu grande sonho é retornar para

a universidade como docente. A primeira razão que ela informa para justificar o seu desejo é a sua percepção de que há uma grande ausência de professores LGBTI+ na universidade, e ela ressalta o campus de Cametá, cidade pertencente ao Nordeste Paraense. Em seguida, ela oferece outra justificativa, ela acredita ser uma pessoa que possui o perfil adequado para trabalhar com o público que frequenta a universidade, porque gosta de lidar com questões mais conceituais, abstratas, nas palavras dela:

“[...]porque eu não sou uma professora de ensino básico, eu não consigo [risos] ser essa professora de ensino básico, eu já quero pegar as pessoas lá na universidade, no pré-vestibular, já pra dismantelar uma série de questões...não a gente não possa, que isso não possa ser feito [falhas de conexão da chamada]...atividade culturais e tal...Então, eu acho que, eu gosto muito de ler, eu gosto muito de trabalhar com conceitos. Enfim, eu to num mundo que não é muito deleuziano né, então as vezes ter lido muita literatura dá diferença, as vezes a pessoa vem “ei bicha, calma que o mundo não é deleuziano, seja prática, pragmática” eu tenho que tá me policiando a todo tempo pra dar conta do exercício profissional atual.”

O que há de comum nas justificativas apresentadas pelos entrevistados é a necessidade de levar a questão da pauta LGBTI+ para a universidade, e do modo como eles relatam, o ambiente universitário dá condições para que isso se torne realidade. Essa intuição percebida principalmente na fala do entrevistado nº 5 pode ser confirmada pela fala dos entrevistados de nº 6 e nº 11, os quais respectivamente relatam o seguinte:

“Entrevistador: E aí então, essa questão de ser professor universitário é o teu maior desejo profissional?”

Entrevistado nº 6: Sim.

Entrevistador: Tem algum outro que tu colocaria?

Entrevistado nº 6: Não, na verdade é porque ser professor universitário, seria uma coisa que é um desejo muito grande já e é também uma coisa que carrega uma maior estabilidade financeira.

Entrevistador: A estabilidade financeira então é o fator?

Entrevistado nº 6: É o fator mais importante.”

“Entrevistado nº 11: Profissional? [risos] Difícil...Bom, eu pretendo enveredar pela docência superior, no ensino superior. Trabalhar só na docência, na formação. Sair da execução, porque a gente vai se cansando né, desse processo. Trabalhar em dois vínculos, três vínculos. Ser professor, trabalhar de manhã, de tarde, de noite. Então, quero reduzir a minha carga horária pra trabalhar de...não que a gente não trabalhe na universidade, não é isso, mas é focar um pouco a minha intervenção só naquilo. Fazer um concurso pra universidade, acho que eu tenho essa vontade de contribuir mais por esse... Tenho contribuído né, mas não como profissional efetivo, efetivado. É isso que eu quero agora.”

Apesar de vivenciar experiências profissionais distintas, porque o entrevistado nº 6 é um homem trans, negro, heterossexual que migrou da área de arquitetura para ciências humanas, e atualmente cursa licenciatura em ciências sociais, e por sua vez a entrevistada nº 11, é uma pessoa não-binária, negra, homossexual que já é professor universitário, mas não é um servidor público efetivado. Ambos os entrevistados demonstram nas suas falas que desejam estabilidade seja em uma dimensão financeira, seja em relação à carga de trabalho.

Em relação à categoria do desejo de realizar uma formação acadêmica, das 6 pessoas que responderam, 5 pessoas responderam que desejam se formar em cursos de graduação pertencentes à área da saúde, sendo eles: educação física, medicina, psicologia e enfermagem. Entre as pessoas que responderam que desejam ser enfermeiras, a entrevistada nº 14, que é uma mulher travesti negra, relatou:

“[...] Assim, como eu acabei adquirindo o HIV na minha vida, eu costumo falar que eu sonho muito em ser enfermeira. A minha luta hoje em dia tá muito voltada pra essa política da AIDS. E eu me vejo, me vejo fazendo esse acolhimento, sendo enfermeira e na casa de acolhimento onde eu to. Como eu moro muito perto, eu praticamente já moro lá, já faço esse acolhimento. As enfermeiras de lá já falam ‘olha, já faz parte da equipe’[...]

Esse relato específico demonstra que no caso dessa entrevistada, para além de ela nutrir um desejo profissional, cuja causa reside em um fato específico de sua vida, esse desejo também está associado a sua luta pela política de saúde para a prevenção e tratamento do HIV/AIDS, revelando a dimensão social desse desejo.

Ademais, há 1 pessoa das 6 que responderam ter o desejo de ter uma formação acadêmica, a entrevistada nº 4, que é uma mulher travesti, negra, bissexual, que deseja fazer mestrado acadêmico, ela relata da seguinte forma o seu desejo:

Entrevistada nº 4: Então é...de verdade, financeiramente eu cheguei aonde eu gostaria, onde eu jamais pensei que estaria, sei que eu tenho que sonhar maior, mas eu também tenho que me satisfazer pelo que eu já conquistei, sabe? Então, hoje eu sou financeiramente estável, isso para mim, para qualquer travesti, isso já é o ápice do que a gente talvez possa ter na vida sabe... então, agora, de verdade, eu estava até conversando com meu marido que, apesar das correrias, apesar de tudo, a gente veio para Belém. Eu conheci meu marido, é a gente, se conheceu na rua, inclusive, quando a gente se conheceu, eu trabalhava na prostituição. Ele trabalhava para o tráfico. Hoje ele está na metade do curso de engenharia mecânica. E é um jovem negro também. A gente já vai fazer 9 anos juntos e aí eu estava falando para ele que eu estava com uma sensação, tipo, precisava fazer novos sonhos. Eu precisava sonhar mais, porque muita coisa aconteceu muito rápido. É... por mais que não seja uma pós-graduação, conseguir terminar um curso de aperfeiçoamento depois da minha graduação. Isso para mim já é uma vitória do caralho e estar em Belém fazendo isso... Ele está na faculdade, a gente sempre teve esse combinado, que ele me sustentou durante muito tempo trabalhando em várias coisas e eu falei, quando

retomasse esse lugar, iria só estudar e a gente conseguiu cumprir esse acordo também, conseguir só trabalhar, estabilizar financeiramente, ele está estudando, eu falei assim, agora eu preciso sim sonhar mais, porque agora eu não, nunca, nem imaginei que já fosse dar tão certo até onde já está dando então.

Entrevistadora: Qual é hoje o teu desejo profissional?

Entrevistada nº 4: Entrar no mestrado, eu tenho que entrar no mestrado, eu já entendi que a vida acadêmica é. É, *eu só tenho tive que relembrar na verdade, voltar a conversar com a Dandara de 17 anos de idade e lembrar o sonho que essa Dandara tinha. Sabe que era uma Dandara mestranda, extremamente ligada à academia, mas era uma Dandara que ainda não tinha passado, pelas violências que tiram a gente desses espaços. Sabe, mas eu tive que voltar e encontrar essa Dandara de 17 anos para relembrar porquê que era tão importante a seguir a vida acadêmica, porque era tão importante mestrado para aquela, Dandara, sabe? E entender o que que fez eu ter desistido do sonho de estudar para trás e entendi que foi todo esse processo de violência. E como eu falo mesmo se a gente planejar, as coisas vão acontecendo. No artigo 19, que é uma é...que se diz organização da sociedade civil, mas é uma organização gringa que foi criada lá em Londres, década de 50, 15 anos que o tá no Brasil. Aí eu chego nessa organização que entende o corpo que ele está colocando ali dentro, então eu estou lá no cargo de coordenação, por exemplo, mesmo sem cumprir todos os requisitos que as pessoas deveriam ter para estar lá como eu não to cursando mestrado, mas estou. Ou seja, isso também é a organização dizendo que entende o meu processo para mim, estar ali e entende da onde vem o meus conhecimentos para mim estar ali, então isso também foi muito importante, mas agora eu entendo também que para mim, isto aqui também é isso, não é só ocupar o espaço da gente, se manter nesses espaços e agora para mim me manter a médio e longo prazo nesse espaço eu preciso do mestrado e mas não é uma questão assim que está vindo como precisar “porque eu preciso disso, porque se eu não vou viver, ninguém vai me respeitar”, não. Agora, o mestrado está vindo numa fase muito mais leve. Está vindo assim, “não, preciso porque está na hora, porque vai ser útil agora, porque eu já tenho grana para sobreviver, para comer, para ter minha luz, para ter minha internet”, então, sabes, está vindo muito naturalmente, se encaixando dentro disso, então é muito bom essa sensação, sabe?*

A entrevistada nº 4 narra o contexto de surgimento, ou talvez seja melhor falar no ressurgimento, do seu desejo de realizar o mestrado. Ela afirma que a sua versão mais jovem sempre desejou estudar e fazer mestrado, mas desistiu desse sonho, devido às violências que sofreu em razão da sua identidade de gênero. Posteriormente, após uma boa experiência de trabalho em uma ONG e com o apoio de seu companheiro, ela narra que conseguiu chegar a uma situação financeira estável que era não apenas o ápice para ela, mas para qualquer travesti. Porém, ela julga necessário criar novos sonhos para a sua vida, e nesse processo, ela resgata dentro de si mesma, a vontade de cursar o mestrado. É importante ressaltar que esse desejo surge em um contexto financeiro estável, em um ambiente de trabalho acolhedor para ela como travesti, que a reconhece dignamente, de maneira tal que ela não vincula ao mestrado, alguma necessidade de reconhecimento por parte das pessoas do seu trabalho. Portanto, é um desejo que surge de maneira orgânica e confortável para ela.

Esse relato indica que há uma relação determinante entre as condições do mercado de trabalho e a capacidade das pessoas trans sonharem com coisas novas ou resgatarem sonhos antigos, que foram abandonados diante das violências sofridas. O mercado de trabalho aparece nessa narrativa como o fator preponderante para que essa mulher deixe de concentrar todos os seus esforços existenciais em conseguir sobreviver dia após dia, e passe a sonhar com a realização de algo além do básico que é ter dinheiro para custear os gastos básicos de uma vida.

Isso pode ser percebido também na fala dos 2 entrevistados que se enquadram na categoria de estabilidade e ascensão profissional. Os entrevistados nº 3 e nº 23, são respectivamente um homem trans negro, heterossexual e uma pessoa trans não-binária branca, bissexual. O entrevistado nº 3 relata, assim como a entrevistada nº 4, que está estável financeiramente, já alcançou o que gostaria de alcançar, pois está trabalhando com a carteira de trabalho assinada e é reconhecido no seu mercado de trabalho, ele afirma que o seu desejo é crescer ainda mais profissionalmente, alcançando cargos melhores e ser reconhecido pela sua qualidade de trabalho, especialmente pelo seu trabalho como tradutor.

Por outro lado, o entrevistado nº 23¹⁴ é uma pessoa que à época da entrevista havia finalizado recentemente sua graduação em psicologia, e relata que o seu desejo é ter estabilidade, além disso relata ter desejo de ser psicólogo clínico. Contudo, como pode ser visto no trecho abaixo, o entrevistado dá ênfase ao desejo por estabilidade, que engloba uma estabilidade dentro da sua profissão e financeiramente:

Entrevistado nº 23: Eita...[risos] Que ódio que eu fiz essa pergunta pras pessoas. Eu acho que é ter estabilidade econômica pra realizar algumas coisas que eu desejo. Acho que pelo contexto inclusive dessa pesquisa, de tá respondendo essa pesquisa aqui né com esse demarcador de transgeneridade, eu lembro de falar as vezes pras pessoas assim, ter estabilidade financeira pra fazer, pra tipo assim se eu começar uma transição eu poder fazer o que eu quiser, uma transição hormonal, poder fazer o que eu quiser por exemplo. Essa é uma coisa que eu penso, mas também é tipo ter essa estabilidade financeira por exemplo, de saber que eu não vou, é um receio meu de ter a estabilidade financeira independente se eu vá sofrer alguma discriminação por questões de gênero. [pausa na gravação, interrupção da entrevista]

Sim, mas é o que eu tava falando da estabilidade. É porque assim, eu fico pensando, foi uma preocupação que apareceu assim, eu tinha várias questões. Eu quero ter estabilidade pra tipo assim viver uma vida confortável, viver assim com as pessoas que eu amo e tal, uma vida confortável. Acho que esse era o meu maior desejo profissional, mas além disso o que se acrescentou depois da minha transição foi que essa estabilidade ela não esteja sendo ameaçada pela minha identidade de gênero. Então, estar num lugar onde eu não tenha receio de sofrer alguma represália e sei lá, de ter essa estabilidade, porque essas represálias as vezes indicam pra mim uma instabilidade, de que eu vá sofrer alguma questão e eu não consiga chegar em alguns lugares, alguns empregos e enfim algumas oportunidades e que isso não aconteça

¹⁴ A pessoa entrevistada nº 23 é uma pessoas trans não-binária que aceita os pronomes masculinos ele/dele.

sabe que isso não seja um problema. Mas fora isso, psicólogo clínico, acabei de sair de uma sessão clínica, um bom psicólogo clínico, um bom psicólogo no SUS. É isso...

A partir desse relato, percebe-se que os desejos como realizar a transição hormonal ou gozar de uma vida confortável, surgem na fala do entrevistado pressupondo a estabilidade. Em sua fala, o entrevistado relata que pensa a estabilidade em pelo menos duas perspectivas, reconhecimento profissional e condições financeiras. Ele considera que sem essa estabilidade seja difícil chegar em determinados lugares, empregos e oportunidades, pois pode sofrer discriminação ou represálias por conta da sua identidade de gênero. Ao ser questionado sobre como ele pensa que será o seu futuro profissional, ele responde que está em um momento de construir as coisas, no sentido de ainda estar se formando como profissional e afirma que “Eu acho que o caminho até chegar aonde eu quero é de muita formação, pós-graduação lato sensu, stricto sensu, pra eu conseguir fazer isso. Mas aí, penar um pouquinho ainda.”

Quanto à categoria do empreendedorismo, as 3 pessoas que se incluem nela, responderam da seguinte forma:

“**Entrevistado nº 8:** Abrir um pub”

“**Entrevistada nº 17:** E aí essa era uma vontade muito grande de expor a nossa casa e eu acabei tendo como conclusão de curso, fazer ponte com outras pessoas de um grupo que eles montaram eles mesmos de 9 a 10 pessoas que era cada um de um estado, e a gente teve que em conjunto fazer uma coleção pra lançar lá dentro do instituto casa dos criadores. Então, essa foi um sonho meu que já foi realizado mas eu queria assim eu cozinha assim, eu a Mulambra indo lá expor nesse lugar né. tenho essa vontade, pra mim vai ser um reconhecimento né. Eu queria poder ter uma forma de ter uma casa né, cultural, onde tivesse uma sala de administração, onde tivesse uma sala de produção da peça que eu e as pessoas mais próximas...”

Entrevistador: da tua marca?

Entrevistada nº 17: Da minha marca. Onde tivesse uma sala de oficina né pra mim ser uma facilitadora assim de oficina criativa né. Eu também trabalho com sacre, trabalho com materiais não convencionais e transformo esses materiais em roupa né e como punho de rede, casca de coco, eu tenho umas roupas com esses negócios assim...e aí eu queria ter essa casa né, com pessoas trans na administração, com pessoas trans sendo dando as oficinas né, sendo esses facilitadores, e com o nome da casa sendo Mulambra né eu queria ter essa casa e é mais isso assim. E poder tirar as minhas férias, porque eu não tiro as minhas férias nunca. Eu to todo tempo trabalhando, eu vou ali pra cidade pra me poder tomar banho de praia e tenho que trabalhar senão eu não volto pra casa. Eu queria ter esse...o MEI vai ajudar muito, a gente tá nessa fé...do MEI.”

“**Entrevistada nº 22:** É expandir o meu salão, minha marca, entendeu? Empregar mais gente.

Entrevistador: Tu emprega alguma pessoa no teu salão? Quantas?

Entrevistada nº 22: Sim, mas não com carteira assinada

Entrevistador: Ah tá, entendi. Tu paga por trabalho assim?

Entrevistada nº 22: Isso”

O entrevistado nº 8 é um homem trans pardo, heterossexual de Santarém, que trabalha em uma lanchonete conhecida da cidade e relata que seu maior desejo profissional é abrir um pub. A entrevistada nº 22 é uma mulher trans parda, heterossexual de Santarém que já possui o seu próprio negócio, um salão, mas deseja expandir mais, para contratar mais pessoas. A entrevistada nº 17 é uma mulher indígena, travesti e bissexual que no contexto de sua entrevista lembra nessa pergunta sobre desejo profissional, que fez um curso profissionalizante por um instituto de moda, e no trabalho de conclusão do curso, ela expôs seu trabalho juntamente com o seu grupo de trabalho. Porém, ao ser questionada pelo entrevistador, ela relata que tem vontade de expor sozinha o seu trabalho nesse local, e nesse caso, juntamente a esse desejo, o seu maior desejo é ter uma casa cultural de produção de roupas da sua marca. Ela deseja que essa casa seja administrada por pessoas trans da sua confiança, e assim, poder tirar suas férias.

Percebe-se outra característica recorrente na experiência de vida das pessoas trans, sobretudo a partir do relato do entrevistado nº 3 e da entrevistada nº 17, que é o fato de que é comum na vivência dessa população, serem versadas em diversas habilidades manuais, artesanais e intelectuais, a fim de garantir a própria subsistência. Por exemplo, o entrevistado nº 3 é formado em Direito, é tradutor, sabe dar aulas de francês, já vendeu produtos na rua, por sua vez, a entrevistada nº 17 além de fazer roupas, trabalha com performances artísticas e intervenções envolvendo a questão ambiental, ela reutiliza materiais em seus trabalhos.

Apesar de que o entrevistado nº 3, encare essa capacidade de ter muitas habilidades com otimismo, percebe-se que no caso da entrevistada nº 17, isso também é cansativo, porque não é acompanhado de estabilidade financeira. Dessa forma, quando a pessoa não é empregada como no caso da situação do entrevistado nº 13, a pessoa sempre precisa ficar pensando como fará para dar conta de suas necessidades financeiras e praticamente nunca poderá tirar férias, como fica explícito na fala da entrevistada nº 17. Esses aspectos refletem novamente a relação entre mercado de trabalho e a capacidade de sonhar além do básico, exposta anteriormente.

Ao prosseguir com a análise das respostas, na categoria profissões jurídica, os dados mostram que a entrevistada nº 15, mulher travesti negra, heterossexual da cidade de Belém, tem como desejo ser uma ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) e o entrevistado nº 19 homem trans branco, residente na capital paraense, deseja ser advogado. As respostas de ambos demonstram que embora as suas respostas estejam relacionadas a um desejo de realização pessoal, inevitavelmente, são desejos que refletem explicitamente um desejo que tenha um significado social político para a população trans. Porque em relação à entrevista da entrevistada, ela afirma em um tom de descrença que “Meu sonho, é um sonho muito alto, meu verdadeiro sonho *é sim* ser uma ministra do STF. Esse é o meu maior sonho.” Quando ela utiliza essa expressão “*é sim*”, é como se ela estivesse reafirmando que quer mesmo ser ministra do STF, ainda que isto seja indisponível para alguém como ela, uma mulher travesti negra nortista. O seu tom de descrença que esse desejo possa se concretiza se dá em razão do cansaço que ela relata desde o início da resposta a essa pergunta, mas percebe-se que o sonho relatado supera suas expectativa individuais, quando ela afirma o que se segue:

“Mas eu sei que infelizmente, na sociedade em que a gente vive, *quem sabe não vá ser eu, vai ser outra mulher trans que assuma o STF. Vai ficar pra história brasileira, que teve uma travesti sim, teve uma mulher trans que ocupou o STF, que ocupou uma cadeira. É por isso que eu luto*, pra que essas novas gerações possam ter esses espaços, inclusive nos espaços de poder e decisão, não só colocando elas e elus ali só como pessoas que tem que tá limpando o banheiro, tem que tá na estética, tem que tá na prostituição ou tem que tá fazendo rifa ou tem que tá, sabe...vivendo...Não, a gente pode muito mais do que isso, nós podemos ser doutoras, doutores.”

Por outro lado, o entrevistado nº 19, que deseja ser advogado, fornece a razão de seu desejo, por meio da resposta fornecida à pergunta seguinte sobre o seu sonho. Pois, em resposta à pergunta do sonho (que será analisada mais a frente), ele afirma que deseja atuar como advogado para “dar a minha contribuição, do meu cabedal intelectual, em relação a legislações e propor alguns projetos de lei, para que a gente possa nivelar ou equacionar ou devolver a equidade das pessoas do meu segmento...”

Percebe-se pela análise conjugada das entrevistas dessa mulher e do entrevistado de nº 19, que embora ambos tenham desejos profissionais na área da carreira jurídica e que possuem uma relação com os anseios políticos de uma população vulnerabilizada socialmente, é menos provável que a entrevistada nº 15 realize o seu desejo do que o entrevistado nº 19. Isso pode ser explicado pelo fato de que homens trans brancos como o entrevistado nº 19, que nesse caso cresceu em uma família que tinha condições econômicas da

classe média e possui uma passabilidade, permitiu com que ele tivesse acesso à educação formal sem maiores problemas, e portanto, gozou da oportunidade de alcançar outros lugares sociais e profissionais. O que no caso da entrevistada nº 15 não foi possível, visto que ela é uma mulher travesti preta que não cresceu gozando de boas condições financeiras e não possui passabilidade perante pessoas cis. Essas circunstâncias fizeram com que ela fosse desrespeitada de muitas formas durante as vezes que tentou estudar, que resultou na sua evasão dos espaços educacionais.

Ao analisar a categoria de ativismo, as entrevistadas nº 1 e nº 2 respondem que seu maior desejo profissional tem a ver com trabalhar com o ativismo. Entretanto, embora elas compartilhem esse desejo, há nuances em suas respostas que demonstram que são respostas semelhantes, mas não iguais, vejamos:

“Entrevistador: Qual seu maior desejo profissional?”

Entrevistada nº 1: ai...de trabalho?

Entrevistador: de trabalho

Entrevistada nº 1: olha...eu tinha, eu tinha, eu fiz parte do UNICEF, quando eu fui indicada também pelo greta pra participar do projeto social do UNICEF que era de formação pra jovens né, pra falar sobre DST/AST na época. E aí eu gostei muito de trabalhar com isso lá na UNICEF, e aí eu passei no serviço social e aí ficou com essa vontade também. Eu tenho muita vontade de trabalhar na ONG. Um sonho meu assim de trabalho é trabalhar na ONG.

Entrevistador: Tipo trabalhar com direitos humanos e com...tipo com assuntos sociais assim em geral?

Entrevistada nº 1: Sim, políticas públicas, pra pessoas LGBTs.

Entrevistador:

Entrevistada nº 1: Aí minha vontade é trabalhar na ONG, embaixadora...Quem sabe um dia”

Entrevistada nº 2: Aí eu acredito que hoje o meu maior desejo profissional, professora, eu não sei se eu tenho um desejo profissional ou se eu tenho desejos né. Porque assim, eu nem sei qual é a minha profissão hoje né [risos], eu não sei se eu sou trabalhadora sexual, se eu sou pedagoga, se eu vou ser assistente social, porque ser ativista de direitos humanos também é uma profissão, entendeu? né? Mas eu queria muito mesmo ser só mãe, eu queria ser só mãe, hoje eu queria poder, eu queria poder curtir a maternidade como algo primordial pra mim. Mas eu sei que eu não posso, que eu preciso trabalhar né. Então assim, continuar fazendo o serviço que eu faço de formação, levando formação e informação a todos que buscam. Eu sempre parto da perspectiva que eu não vou conseguir conscientizar ninguém, mas eu vou ser um método usado para que as pessoas adquiram informação, pra que elas se autoconscientizem de tudo isso. Então, que eu seja profissionalmente esse instrumento de mudança pra essas pessoas. Eu acho que isso é muito prazeroso e gratificante ouvir no final “olha, eu aprendi muito com você. Olha, muito obrigada, tu fudeu a minha vida e hoje eu sou outra pessoas.”

Percebe-se que no primeiro caso, a entrevistada afirma seu desejo de trabalhar como ativista com um tom de deslumbramento com a ideia de “quem sabe um dia” ser embaixadora em uma ONG, trabalhando com temas como direitos humanos e políticas públicas para a população LGBTI+. Esse desejo parece ter se originado para a entrevistada nº 1 de uma experiência anterior positiva. Entretanto, o mesmo não pode ser afirmado em relação ao relato da entrevistada nº 2, que demonstra ter uma grande dúvida se possui um desejo profissional ou vários desejos, devido às circunstâncias de sua vida, ela precisa exercer várias profissões: “Porque assim, eu nem sei qual é a minha profissão hoje né [risos], eu não sei se eu sou trabalhadora sexual, se eu sou pedagoga, se eu vou ser assistente social, porque ser ativista de direitos humanos também é uma profissão, entendeu? né?” Entretanto, passado esses autoquestionamentos iniciais, a entrevistada revela que o seu real desejo é “ser só mãe”. Por essa resposta ter surgido a partir de uma pergunta sobre desejo profissional, é possível pensar que a entrevistada enxergue a maternidade como um trabalho que ela tem prazer em realizar, de modo que ela “queria poder curtir a maternidade como algo primordial”. Porém, como socialmente, a maternidade não é compreendida como trabalho e muito menos remunerado, logo em seguida, ela afirma que esse desejo não está disponível para ela, e que ela precisa trabalhar.

É só a partir desse momento, que a entrevistada relata o seu desejo de continuar trabalhando como ativista. Embora ela afirme ser prazeroso e gratificante receber elogios ou relatos sobre como ela impactou positivamente a vida de diversas pessoas com o seu ativismo, observa-se que ela nutre esse desejo pelo ativismo de modo secundário. Pois, não restam dúvidas, a partir da seguinte frase que o seu verdadeiro desejo pela maternidade: “mas eu queria muito mesmo ser só mãe, eu queria ser só mãe, hoje eu queria poder, eu queria poder curtir a maternidade como algo primordial pra mim”. Principalmente, pela escolha das palavras *muito* e *só*, utilizadas duplamente na frase.

Por fim, a última categoria a ser analisada corresponde unicamente à resposta da entrevistada nº 21, ela afirmou que “eu acredito que eu já passei da fase dos desejos”. Essa entrevistada é uma mulher transexual negra, heterossexual da cidade de Belém. Ela afirma que “tinha muitos desejos, muitas vontades, mas que me foram limitados e hoje em dia eu já me sinto confortável aonde eu estou”. Isso pode ser avaliado como um processo de conformação dela em relação às circunstâncias limitantes que ela vivenciou em razão da discriminação da sua identidade de gênero. Outro motivo que ela oferece para justificar a sua

resposta consiste no fato de que ela não se considera uma pessoa que tem uma ambição de natureza pessoal individual:

“eu...como é que eu digo assim...eu não sou uma pessoa assim...Eu acredito que até isso foi...é...que não me levou a tanto por não ter aquela ambição...sabe? ‘Ai, eu vou fazer pra mim chegar em um cargo pra mim...’ sabe? Ter aquela ambição na vida. Porque a minha ambição é coletivo, então eu penso muito no coletivo, de estar num lugar confortável da onde eu possa trazer os meus também, pra se sentirem confortável. Então, aonde eu estou hoje eu vejo que hoje em dia eu já vi portas, muitas portas abertas pra outras pessoas principalmente as mulheres trans, porque da onde eu cheguei, da onde eu estou. E eu acredito que muitas viram ‘ah se ela está eu também posso estar’ dar oportunidades pra outras e hoje em dia eu vejo meninas trans em secretarias, até mesmo na própria câmara municipal, aqui na assembleia legislativa. Que eu fui essa referência pra que fossem acolhidas outras mulheres também.”

A partir do trecho acima destacado, percebe-se que o desejo que ainda resta para a entrevistada é um desejo de natureza coletiva e não individual, que seja apenas para a sua própria satisfação. Esse relato permite refletir que não obstante uma pessoa tenha conhecimento das razões sociais que limitaram ou extinguiram a sua capacidade de sonhar ou desejar com a sua própria vida, ainda assim é possível dizer que essa pessoa sofre com o fenômeno da alienação, pois mesmo ela sendo ciente dos processos sociais que impediram a sua autorrealização no mundo, ainda assim a capacidade desejante do *self* continua bloqueada ou impedida de se realizar. Isso pode ser percebido a partir do relato dela, na medida em que ela tem consciência das necessidades da população trans, da qual ela faz parte, mas ainda assim, o seu desejo de autorrealização individual não se manifesta na sua resposta.

Quando perguntadas sobre seu maior sonho de vida, as pessoas entrevistadas responderam da seguinte maneira: 5 pessoas responderam com sonhos que podem ser classificados como direitos fundamentais previstos na Constituição Federal ou como direitos humanos em geral; 3 pessoas responderam com sonhos que versam sobre realizações pessoais que envolvam a mãe e/ou afeto familiar; 3 pessoas responderam que seu maior sonho é concluir a transição ou de alguma forma se sentirem confortáveis com seu próprio corpo; 4 pessoas responderam contando sonhos referentes à realizações pessoais diversas, o que não inclui questões familiares, financeiras ou espirituais; 2 pessoas responderam dizendo que desejam ser ricas; 2 pessoas responderam contando desejos de realizações de cunho espiritual; 1 pessoa respondeu que almeja estabilidade financeira e reconhecimento social; 2 pessoas responderam que não sabem ou não têm; e 1 pessoa respondeu contando um sonho que está associado ao ativismo social na pauta trans.

Diante disso, percebe-se que uma parte considerável dessa população relata como maior sonho de sua vida, o que na verdade está escrito na Constituição Federal como um direito garantido pelo Estado Democrático de Direito da República Federativa do Brasil, ainda mais se levarmos em consideração os relatos de sonhos associados ao ativismo e à estabilidade financeira e reconhecimento social.

Maior sonho de vida



A categoria de direitos fundamentais é composta por 5 pessoas, que responderam da seguinte forma:

Entrevistada n° 1: Olha, eu passei o questionário lá no CENTUR, eu falei com uma pessoa que ela falou que o sonho dela de vida envelhecer e eu fiquei assim pensando e realmente né, pensando bem analisando a nossa vida, a nossa trajetória de pessoas trans, eu acho que também meu sonho seria envelhecer bem, ter uma boa aposentadoria, ter uma tranquilidade de vida, uma estabilidade, acho que é isso, *conseguir envelhecer viva né sem ser morta...* [...] é meu sonho viajar o mundo todo, é um dos meus sonhos também viajar, conhecer vários lugares...tenho muita vontade de sair pra fora do Brasil.

Entrevistada n° 2: Eu tenho, eu queria poder usufruir o direito de ter uma casa própria né, eu acho que é o sonho de todo brasileiro. E eu por morar de aluguel e ter muitas das vezes que optar entre dar algo pro meu filho e pagar o aluguel, tenho que pagar o aluguel porque o meu filho, além dele não ficar debaixo do teto, ele não ter algo, então eu sempre tenho que tá fazendo essas mediações. Então, o sonho da casa própria é um sonho de toda mulher e eu sempre digo assim mesmo é um outro debate que precisamos fazer sobre a política de habitação pra nossa população, onde é que nós estamos dentro da política de habitação? Né? Porque você sabe que nós não vamos ter as mesmas oportunidades mesmo que aquela mãe...eu digo assim mesmo, a política de habitação ela tá 60% para as mulheres de conseguirem um empreendimento, mas em compensação se ela tiver filho, se ela for negra, se ela for pobre, se ela for da periferia e aí eu digo assim mesmo, poxa mas eu sou preta, sou pobre, sou da periferia, sou puta, sou trans, sou mãe solo, sou ns mais coisas que aquela mulher cis é mas ainda assim, ela vai ter a oportunidade na minha frente, privilégio do que eu. Então, falar sobre a política de habitação hoje também se faz necessário. Então, ter a minha casa é um dos meus maiores sonhos.

Entrevistada n° 14: Nossa, tenho, construir minha casa própria. Porque viver de aluguel não é fácil. Até hoje eu luto pelo cheque moradia, mas aí o apartamento que a gente também teve, essa oportunidade da minha casa minha vida pra essa população trans, mas a gente não obteve resposta nenhuma...

Entrevistada n° 15: Ter a casa própria e ajudar a sua população com uma casa de acolhimento LGBTI+

Entrevistada nº 21: O meu sonho é poder usar da liberdade. Porque nós somos livres, nós vivemos num país livre, mas nós não temos a liberdade de expressar o nosso amor, nós vivemos num país livre, mas não temos muito a liberdade [se emociona querendo chorar] ainda de andar na rua despreocupada, de poder usar dessa liberdade pra ser mais feliz. Porque se nós fossemos mais aceitos com menos olhares né, então o que adianta nós sermos livres e não termos essa liberdade de ir e vir. Então, é essa... o meu sonho é ser livre e poder ter a liberdade de ir e vir.

Da análise dos relatos acima coletados, percebe-se que as pessoas falam sobre direito à vida, à moradia e à liberdade de maneira ampla, incluindo a liberdade de expressão e a liberdade de ir e vir. Observa-se que o sonho mais eminente da entrevistada nº 1 é o direito à vida, pois ela relembra um fato para embasar sua resposta de que deseja “envelhecer bem, ter uma boa aposentadoria, ter uma tranquilidade de vida, uma estabilidade”. Ela afirma que desejar isso sendo uma pessoa trans é desafiador e finaliza a primeira parte da sua resposta afirmando que deseja “conseguir envelhecer viva né sem ser morta”. Só após essa exposição, a entrevistada parte para outra parte da sua resposta que não se inclui na categoria de direitos fundamentais, que corresponde ao seu sonho de “viajar o mundo todo, é um dos meus sonhos também viajar, conhecer vários lugares...tenho muita vontade de sair pra fora do Brasil”. Desse modo, essa entrevistada também se inclui parcialmente na categoria de realizações pessoais diversas, mas fundamentalmente, o seu sonho é o direito à vida na fase de envelhecimento e de não ser morta.

A entrevistada nº 21 por sua vez, afirma que seu sonho é usar da liberdade. Em seu relato, essa entrevistada considera que “nós vivemos num país livre”, porém, essa liberdade é apenas formal, porque concretamente, ela não sente que seja livre para “expressar o nosso amor”, e se emociona ao afirmar que ainda não se sente livre para “andar na rua despreocupada, de poder usar dessa liberdade pra ser mais feliz”. Além disso, outro direito que surge na análise das respostas é o direito à moradia, que aparece nas respostas das entrevistadas nº 2, 14 e 15. Surgem nessas respostas a questão da necessidade de uma política habitacional que seja arquitetada internacionalmente, considerando a identidade de mulheres trans, a raça, a orientação sexual e a condição de maternidade ou não das mulheres. Pois, a entrevistada nº 2 é mãe e relata que viver de aluguel, leva a ela viver em uma situação sempre delicada de ter que tomar decisões difíceis de ter de “optar entre dar algo pro meu filho e pagar o aluguel”, e quase sempre, ela escolhe pagar o aluguel, para não colocar o seu filho em uma situação de vulnerabilidade. É importante observar que a entrevistada nº 15 relata na segunda parte de sua resposta, que deseja ajudar na construção de uma casa de acolhimento LGBTI+, o que a inclui parcialmente na categoria de ativismo.

Outro aspecto importante sobre a categoria de direitos fundamentais é que todas as pessoas entrevistadas são mulheres negras: 3 mulheres transexuais e 2 mulheres travestis. Isso demonstra que a população negra feminina trans e travesti é a mais vulnerabilizada em relação à garantia de direitos. Outrossim, considerando as respostas e a biografia dessas pessoas, estão diretamente relacionadas a atividades de ativismo e atuam na discussão de políticas públicas para a população LGBTI+ de maneira geral.

A análise da categoria de ativismo está relacionada à categoria anterior de direitos fundamentais, porque também tem por objeto central a luta pela concretização de direitos para a população trans. Essa categoria é composta formalmente por apenas 1 pessoa, porque apenas uma pessoa respondeu diretamente que tem um sonho relacionado ao ativismo. Porém, é importante pontuar que outras 2 pessoas se incluem parcialmente nesta categoria, ainda que o ativismo surja em suas respostas de maneira mais subsidiária, essas pessoas são a entrevistada nº 15, cujo relato já foi exposto na categoria anterior e o entrevistado nº 19, o qual se inclui primordialmente na categoria de realizações pessoais diversas, porque seu principal sonho é fazer doutorado como advogado militante sobre as questões da população trans, mas subsidiariamente, ele almeja com esse sonho, contribuir para a luta por direitos dessa população, propondo leis e intensificando o debate público e acadêmico. Desse modo, vejamos o relato da única pessoa entrevistada que responde diretamente um sonho relacionado ao ativismo:

Entrevistade nº 16: Meu maior sonho? Hoje o meu maior sonho é acho que é a casa de acolhimento e sede das Carolotas. Esse é o meu maior sonho hoje, da gente ter o palácio das Carolotas.

Esse relacionado corrobora o entendimento de que a questão da moradia e de uma política de casas de acolhimento da população LGBTI+ é uma questão central para a população trans, pois é uma resposta recorrente, conforme pode ser observado até aqui.

Em relação à categoria de estabilidade financeira e reconhecimento social, vejamos as respostas:

Entrevistada nº 20: [Risos] Eu não sei te dizer...Eu acho que ter uma vida estável né, ter uma casa, um bem seguro pra morar com meu namorado, a gente construir assim. Ter um emprego fixo, ter uma renda legal, ter uma estabilidade assim financeira e chegar em outros lugares. Eu quero viajar o mundo, viajar esse país, conhecer. Eu quero crescer assim enquanto pessoa, enquanto figura pública, ou enquanto pesquisadora. E é isso sabe, eu acho que tipo poder evoluir dentro do que eu já to trabalhando né dentro dessa esfera acadêmica ou dentro da política.

Entrevistada nº 9: Ficar rica, ser reconhecida.

Entrevistada nº 17: Ai, olha, muito pesado. Muito pesado...são muitos sonhos né, eu tenho essa liga com transição né, eu não sei se seria chegar numa passabilidade mas me ver diretamente no espelho como eu queria me ver assim, em estética...é...não queria me ver com barba, não queria me ver com peito pequeno, eu queria ser cavalona mesmo [risos]. E ter estrutura financeira, sou capricorniana né, então eu sofro por não ter dinheiro, sofro por não ter uma estabilidade de tipo ter que pagar um aluguel e tá correndo atrás disso, eu podendo tá pagando a minha casa, prestação. Então, eu sonho com isso, sonho com essa estabilidade, de não ser uma travesti velha, ficar sozinha e não ter essas coisas sabe. Porque eu já não tenho muita coisa, então...e eu já me vejo com 25 anos e com isso 5 anos a mais já to com 30 e mais 10 anos a mais já to com 35. E aí eu vou ficando mais cansada, a perspectiva é só 30 né, 32. Então, eu ainda tenho mais 7 anos de perspectiva. Eu queria realizar esses sonhos né...não que eu vou viver só mais 7 anos, mas é a perspectiva né. A gente vive a base dessa perspectiva de vida que a gente tem bem pouquinha e aí a gente tem esse desespero de conquista né. Eu falo a gente, porque eu vejo outras manas com essa mesma ideia, mas eu tenho esse desespero de conquistar minhas próprias coisas porque eu tenho medo de ficar dependendo de umas coisas que não vão me dar assistência como governo, como família né. Então, eu me vejo nessa obrigação de conquistar essas coisas, tanto de estética como de financeira. Poder me ver assim como uma pessoa normal mesmo, preocupada só com conta ou preocupada só com outra coisa, não se eu vou ali na padaria comprar pão 9h da manhã e vou ser atacada porque é assim que acontece. “Ah, essa mulher tem peito e tem barba, que porra é essa?!” Então são coisas assim que to afim de ter mesmo, essa assistência.

Nessa categoria, apenas uma pessoa responde que seu sonho é primordialmente ter estabilidade financeira e reconhecimento social, que é a entrevistada nº 20. Contudo, há duas outras entrevistadas que se incluem nessa categoria parcialmente. Trata-se das entrevistadas nº 9 e 17, as quais respectivamente se encaixam primariamente nas categorias de riqueza e concluir a transição. Na resposta da entrevistada nº 20 a estabilidade financeira proporciona a possibilidade dela alcançar outros lugares, viajar para outros lugares do Brasil e do mundo, assim como crescer como “pessoa, enquanto figura pública, ou enquanto pesquisadora”. No relato da entrevistada nº 9, percebe-se como o principal sonho dela de ser rica acompanha o seu desejo de reconhecimento perante a sociedade. No caso específico da entrevistada nº 17, o seu desejo por estabilidade financeira esboça uma grande preocupação com o seu tempo de vida e como será a sua velhice (na hipótese dela conseguir chegar viva na velhice). E entrevistada sente uma grande ansiedade, porque considera que a “perspectiva de vida que a gente tem bem pouquinha e aí a gente tem esse desespero de conquista né”. A idade média que uma pessoa trans no Brasil vive é 35 anos¹⁵, diante desse fato, a entrevistada se sente decepcionada, porque já possui 25 anos e não possui as coisas e nem realizou tudo o que gostaria de realizar. Nesse contexto, ela sente um “desespero” em conseguir realizar os seus desejos o mais rápido possível, e sente “medo de ficar dependendo de umas coisas que não

¹⁵ Consultar o “Dossiê: ASSASSINATOS e violências contra pessoas Trans em 2022”, produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>

vão me dar assistência como governo, como família né”. Assim, ela considera ser sua obrigação pessoal conquistar seus sonhos.

A categoria de não sabe ou não tem a capacidade de sonhar, possuem as seguintes respostas:

Entrevistado nº 6: Geral da minha vida...eu não sei, eu não sei se eu tenho capacidade de sonhar, eu não sei... Eu acho que meu sonho é ter estabilidade financeira e eu acho que a minha vida é muito construída em torno disso né, dessa busca por essa estabilidade financeira. Talvez, eu nunca tenha, não tenha mais né. Nunca não, porque nunca não existe. Mas talvez por estar em busca disso tanto tempo, por isso ser uma urgência tão grande, eu tenha deixado outras coisas de lado. Então, talvez eu tenha perdido essa capacidade de sonhar em relação a isso, essas outras coisas.

Entrevistado nº 7: Não sei...eu não tenho visão de futuro.

As respostas dos dois entrevistados, contribuem para a fundamentação empírica da hipótese deste estudo de que o fato da população trans sofrer uma alienação do mercado de trabalho, em razão da discriminação da sua identidade de gênero, gera um bloqueio da sua capacidade de imaginar e desejar algo para suas vidas individualmente consideradas. A situação de alienação em que elas vivem gera uma falta de perspectiva perante o futuro de suas vidas, o que inclui um comportamento de passividade perante à realidade em que vivem, como se percebe no relato do entrevistado nº 7. Além disso, como se observa no relato do entrevistado nº 6, outro efeito frequente decorrente da alienação é o modo como ela subjuga o desejo e as ações das pessoas trans à busca de um único sonho, que na verdade deveria ser garantido pelo Estado: alcançar uma estabilidade financeira. Conforme pode ser visto até aqui, os relatos demonstram que a alienação do mercado de trabalho obriga as pessoas trans a não poderem sonhar, desejar ou fazer coisas que desviem do único “sonho” de ter estabilidade financeira. Aparentemente, é só após conseguir uma estabilidade financeira, que a vida das pessoas trans começam, na perspectiva de que é só a partir desse momento que elas se sentem livres para almejar coisas para si mesmas.

Quanto à categoria de concluir a transição, seguem as respostas:

Entrevistado nº 8: Terminar a transição hormonal e a mastectomia masculinizadora

Entrevistado nº 10: Terminar a minha transição

Entrevistador: E como é que tu te vê assim depois da tua transição? Tu acha que tua vida vai melhorar?

Entrevistado nº 10: Bastante, tipo como eu ainda não completei ela, ela causa muita disforia, muita disforia. As vezes me atrapalha em estudo, em trabalho, fazer alguma coisa no dia-a-dia.

Entrevistador: Entendi. Tu fazes acompanhamento psicológico? Já procuraste o CAPS daqui?

Entrevistado nº 10: Não...Eu já procurei né, mas geralmente eu preciso de um responsável né e eu tenho essa dificuldade.

Entrevistada nº 17: Ai, olha, muito pesado. Muito pesado...são muitos sonhos né, eu tenho essa liga com transição né, eu não sei se seria chegar numa passabilidade mas me ver diretamente no espelho como eu queria me ver assim, em estética...é...não queria me ver com barba, não queria me ver com peito pequeno, eu queria ser cavalona mesmo [risos]. E ter estrutura financeira, sou capricorniana né, então eu sofro por não ter dinheiro, sofro por não ter uma estabilidade de tipo ter que pagar um aluguel e tá correndo atrás disso, eu podendo tá pagando a minha casa, prestação. Então, eu sonho com isso, sonho com essa estabilidade, de não ser uma travesti velha, ficar sozinha e não ter essas coisas sabe. Porque eu já não tenho muita coisa, então...e eu já me vejo com 25 anos e com isso 5 anos a mais já to com 30 e mais 10 anos a mais já to com 35. E aí eu vou ficando mais cansada, a perspectiva é só 30 né, 32. Então, eu ainda tenho mais 7 anos de perspectiva. Eu queria realizar esses sonhos né...não que eu vou viver só mais 7 anos, mas é a perspectiva né. A gente vive a base dessa perspectiva de vida que a gente tem bem pouquinho e aí a gente tem esse desespero de conquista né. Eu falo a gente, porque eu vejo outras manas com essa mesma ideia, mas eu tenho esse desespero de conquistar minhas próprias coisas porque eu tenho medo de ficar dependendo de umas coisas que não vão me dar assistência como governo, como família né. Então, eu me vejo nessa obrigação de conquistar essas coisas, tanto de estética como de financeira. Poder me ver assim como uma pessoa normal mesmo, preocupada só com conta ou preocupada só com outra coisa, não se eu vou ali na padaria comprar pão 9h da manhã e vou ser atacada porque é assim que acontece. “Ah, essa mulher tem peito e tem barba, que porra é essa?!” Então são coisas assim que to afim de ter mesmo, essa assistência.

Dessas respostas, depreende-se que a realização da transição, seja pelo tratamento hormonal ou pela cirurgia de redesignação sexual, é uma questão que impacta fortemente a forma como as pessoas trans se enxergam e atuam no mundo. É uma questão tão forte, que o entrevistado nº 10 afirma que acredita que a sua vida vai melhorar “bastante” após a conclusão da transição, pois “como eu ainda não completei ela, ela causa muita disforia, muita disforia. As vezes me atrapalha em estudo, em trabalho, fazer alguma coisa no dia-a dia”. Junto a isso, a entrevistada nº 17 inicia sua resposta afirmando que a pergunta sobre os sonhos é muito difícil de ser respondida: “Ai, olha, muito pesado. Muito pesado...são muitos sonhos né”. Em seguida, ela afirma que tem um vínculo forte com a questão da transição, e, apesar de não ter certeza que gostaria de atingir uma passabilidade, o fundamental para ela é se “ver diretamente no espelho como eu queria me ver assim, em estética...é...não queria me ver com barba, não queria me ver com peito pequeno, eu queria ser cavalona mesmo [risos]”.

A categoria de realizações pessoais diversas é composta por 11 pessoas, dessas respostas é possível organizar do seguinte modo: riqueza, espiritualidade, realizações pessoais envolvendo a mãe e/ou algum tipo de vínculo com a ideia de família e, por fim, realizações pessoais genéricas. Seguem os relatos:

Entrevistado nº 3: O que eu quero alcançar? Eu ainda quero ser o homem trans mais rico do Brasil, quicá o mais rico do mundo e não só homem trans, entrar no

páreo com os homens cis também, porque eles não são melhores do que eu. É...Mas um passinho de cada vez, eu acredito nisso que o céu é o limite, eu acho que a gente não tem que ter barreiras, tem que sonhar. Como eu falo eu quero ser mister trans, mas eu não quero ser, eu não quero ser só o mister trans, eu posso ser o homem mais bonito do Brasil, não preciso especificamente tá no concurso só com...Por que?! Eu vou entrar lá, eu vou ter tanta chance quanto ele. Então, é...tem momentos que é importante o marcador, mas tem momentos que eu não preciso tá num público específico, entendeu? Eu posso tá lá e eu quero poder simplesmente tá lá, assim como eu digo, eu trabalho num lugar com mais de 800 homens, e eu só sou mais um.

Entrevistada nº 4: Tenho, tenho meu sonho é me aposentar como uma professora emérita de um curso superior na faculdade. Esse é meu sonho, Luana, eu eu gosto muito do que eu faço assim, dos direitos humanos mesmo, minha vida é uma correria. Meu diploma anda comigo debaixo do meu braço. Eu não tenho uma moldura para ele, mas é, eu também tenho que entender que eu faço isso por amor, porque Eu Acredito sim, mas um dia eu comecei a fazer isso só por necessidade. Não foi por por escolha voluntária que eu entrei na defesa dos direitos humanos para estar aí navegando da margem esquerda do Rio, sabe? Não foi planejado e um dia foi por necessidade. Hoje é porque eu encontrei meu local e tudo, mas eu sei também que eu sinto hoje em mim a necessidade de um dia diminuir esse ritmo. Eu quero diminuir esse ritmo e uma das coisas que eu gosto muito é da sala de aula. Eu adoro a sala de aula. Eu gosto muito do ensinar, sabe muito, muito mesmo. E resgatando o sonho da Dandara, de 17 anos de idade, eu sonho em fazer um doutorado, um pós-doutorado e assumir uma disciplina numa faculdade e me aposentar numa faculdade. Esse é meu sonho.

Entrevistado nº 5: De vida? Tirando a parte profissional, eu queria poder me estabilizar e constituir uma família, isso ainda é o principal pra mim, tipo, eu quero poder ter essa experiência de ser pai, de ter filhos, de poder constituir esse espaço de afeto. Isso pra mim é o principal.

Entrevistada nº 9: Ficar rica, ser reconhecida.

Entrevistade nº 11: De vida? [risos] Morrer esplendorosamente, [risos] liberto de... Acho que...não sei se 100%, mas cada vez menos pesado. Dentro daquele exercício que eu lhe falei né, da cura, de descobrir que tá tudo bem. Não to falando de riqueza material, dessas coisas. É cada vez mais, até espiritualizado nesse sentido né, de compreender essas dores que me afetaram, essas coisas e também ir ajudando as pessoas a olhar pra si nesse sentido. Não tenho grandes sonhos assim, materiais, não tenho, meus objetivos é mais assim nesse sentido, dessa paz, desse exercício de vida que é tão simples né, é tão simples. Como essa semana eu fui respirar lá em Fortalezinha, o ar bom, ver a natureza, sentir, conversar com pessoas simples, sem muito rebuscamento essas coisas. Então...é isso...

Entrevistade nº 12: Boa pergunta...Boa pergunta. Eu penso muito, quando se fala em sonho de vida, numa forma subjetiva e até mesmo íntima e espiritual assim nesse sentido né. Até por experiências que eu já tive. Vou falar uma coisa meio auê assim, totalmente fora do caminho, mas é o que realmente para assim pra mim é que eu chegar num momento em que eu não precisar mais reencarnar, já passei por psiquiatra pra saber se eu não tava doido, passei, mas um sonho de vida é não ter mais uma vida nessa terra.

Entrevistada nº 13: Eu quero dar uma casa nova pra minha mãe, apesar da gente já ter uma casa própria e eu quero me casar, quero construir uma família.

Entrevistada nº 18: Meu deus...Eu acho que o meu maior sonho é poder dar à minha mãe uma velhice tranquila pra que ela possa assim de fato descansar, estar em paz, o retorno da maternidade, o retorno da maternidade. Porque, eu penso que, na minha cabeça durante muito tempo eu pensava que tudo o que eu tenho e tudo o que eu sou eu conseguiria a partir dos 30 né e muita coisa eu consegui antes dos 30 que

quando eu fiz 30 anos por um certo período eu me senti perdida, me perguntando o que seria de mim, o que eu faria da minha vida né, mas graças a deus tudo tem caminhado muito bem e sempre muito paciente às vezes nem tanto mas entendendo que é um passo de cada vez que é um processo e que eu preciso responder esse processo então tá tudo muito em ordem, eu acredito.

Entrevistado nº 19: Tenho. Meu sonho de vida é fazer doutorado em ciências jurídicas como advogado, como militante, como advogado. E dar a minha contribuição do meu cabedal intelectual em relação a legislações e propor alguns projetos de lei, para que a gente possa nivelar ou equacionar ou devolver a equidade das pessoas do meu segmento nomeado...de ter acesso a vida, a dignidade, a felicidade...pagar imposto, trabalhar...ser uma pessoa normal como qualquer outra pessoa. Não ter nenhuma diferença (o normal aí retira), não ter nenhuma diferença umas com as outras, entendeu? Conquistar os seus espaços com sua dignidade. Por que?! Pagamos impostos, estudamos, trabalhamos, ajudamos a desenvolver o país, e a gente tem pouco direito conquistado. A gente precisa fazer isso, eu acho que é uma dívida, e aí a minha grande contribuição. E aí, eu preciso fazer isso, eu preciso mostrar numa tese de doutorado sobre isso.

Entrevistada nº 22: Ah meu sonho de vida é eu sair do Brasil, eu...porque na verdade eu to nesse caminho, eu quero...eu tenho um parente que mora na Suíça e eu já fui convidada pra lá e eu ainda não tive, ainda não tá na coisa de eu ir mesmo, mas o meu maior sonho é morar lá. Entendeu? Me residir no país da Suíça.

Entrevistado nº 23: Primeira coisa que veio na minha cabeça é eu, a minha amada num show do BTS. Bem na frente assim, como é que chama...quando tu chega no show e vê a passagem de sons, esqueci o nome agora...É a gente assim daqui uns 20 anos quando eles voltarem.

Esses trechos das entrevistas relatam desejos que escapam às categorias anteriores, são mais diversos, abrangem desde desejos mais materiais como se tornar rico como é o caso dos entrevistados nº 3 e nº 9, até desejos de realização espiritual como narram os entrevistados nº 11 e 12. Além disso, há pessoas que narram sonhos relacionados a uma realização acadêmica como a entrevistada nº 4 e o entrevistado nº 19. É possível classificar os relatos dos entrevistados nº 5, 13 e 18 como realizações pessoais que envolvam a construção de uma família ou uma espécie de retribuição às mães dessas pessoas. Por último, temos o sonho da entrevista de nº 22 que almeja sair do Brasil para morar na Suíça e o sonho do entrevistado nº 23, que deseja ir a um show com a sua companheira.

Além de fornecer informações sobre a importância da universidade e do ensino superior, as lutas pela concretização de direitos básicos individuais e sociais. As narrativas permitem concluir que os entrevistados se sentem desconfortáveis com as perguntas sobre desejos e sonhos. Isso é percebido pelas interjeições ou expressões geralmente acompanhadas de risos como “ai”, “égua”, “égua, vocês vem com umas perguntas né?!”, “difícil”, “nossa”, “que pergunta”, “ai, olha, muito pesado”, “meu deus...”, “ai [risos]...”, “[risos] eu não sei te dizer...”, “eita...[risos]”. O riso aqui esboça um desconforto dessas pessoas ao serem interpeladas com um questionamento desse tipo. Disso decorre ser possível interpretar que

não é um costume para essas pessoas receberem esses questionamentos ou pensarem por si mesmas acerca deles. Além disso, esse incômodo percebido nessas expressões verbais pouco explícitas sobre qual é exatamente o estado emocional dessas pessoas, induzem à reflexão de que essas perguntas fomentam um tipo de reflexão para essas pessoas que comumente não é realizado, em razão que as questões que giram em torno de seus pensamentos e práticas cotidianas versam sobre questões objetivas de sobrevivência: “como ganhar dinheiro?”. “com que dinheiro comprar comida e pagar o aluguel, a água, a energia e a internet?” Dessa maneira, questionar essas pessoas sobre qual o maior desejo profissional e o maior sonho de suas vidas, são coisas que fogem às suas preocupações diárias, e causa não apenas um estranhamento com esse tipo de pergunta, mas um incômodo e gera um certo esforço para formular uma resposta, o que por si só se torna importante de ser investigado.

O que são os sonhos? O que significa sonhar?

Os sonhos sempre foram objeto de curiosidade e de estudo por parte do ser humano. O significado de sonho é polissêmico e varia a depender do referencial adotado. Na compreensão ocidental, o substantivo sonho e o verbo sonhar podem ser empregados para fazer referência a duas situações: a experiência vivida pelo inconsciente durante o sono ou a experiência durante o estado desperto de desejar, ter expectativa ou a esperança de alcançar ou realizar algo. A experiência de sonhar durante o sono foi e continua sendo objeto de muitos questionamentos e investigações científicas.

Na história dos povos ocidentais, a maneira como o sonho é compreendido e estudado remete à história da Grécia Antiga. Na Grécia Antiga, o sonho, assim como a poesia e a adivinhação pertencem ao *mythos* e não ao campo do *logos*, o que significa que não são guiadas pelos princípios lógicos como o da identidade e o da não-contradição. Desse modo, são práticas ou estados de consciência que podem ser ambíguos e contraditórios (Meneses, 2000, p. 188-189). Conforme acreditavam os gregos, que o titã Prometeu concedeu aos homens o fogo, as artes divinatórias, a esperança e os sonhos. A partir disso, a articulação dessas concessões, Prometeu permitiu que os homens saberem quais sonhos serão realizados e quais não serão (Meneses, 2000, p. 196).

Desse modo, a Onirocrítica ou a interpretação dos sonhos foi extremamente importante na Grécia Antiga. A Onirocrítica de Artemidoro de Daldis é o único texto que chegou até a contemporaneidade de maneira completa e sintetiza o entendimento grego sobre os sonhos e a arte de interpretá-los. Os tratado de Artemidoro demonstram que os intérpretes

dos sonhos deveriam levar em consideração a biografia do sonhador, sua origem, sua profissão, qual a sua fortuna, qual o seu estado corporal, idade, pois considera que o significado de um sonho não é absoluto, o seu significado varia a depender daquele que o sonha (Meneses, 2000, p. 199). Além disso, Artemidoro demonstra que a maneira como os gregos entendiam o sonho pressupunha a “conexão imediata entre homem, cidade e cosmos” (Santos; Trindade. 2014, p. 313). Assim, o deciframento de um sonho consistia em uma forma de conduzir e cuidar da própria vida, mas não em um sentido individualista, mas sim coletivo inserido no contexto familiar e da *pólis*.

A perspectiva de Aristóteles no Tratado Sobre a Alma e no Tratado Sobre a Memória e a Reminiscência desafia, em certo sentido, o caráter oculto e mítico dos sonhos, pois considera que o sonho e a poesia pertencem à fantasia, a qual é produzida pela sensibilidade, portanto está relacionada aos afetos e desejos, o que na Modernidade será desenvolvido mais tarde por Sigmund Freud com a criação da psicanálise (Meneses, 2000, p. 189).

O sonho começou a alçar um campo de estudos no conhecimento científico com o pai da psicanálise, Sigmund Freud, no século XIX/XX, sobretudo com a publicação de seu livro *A interpretação de sonhos* de 1900. Para Freud, o sonho consiste em uma experiência vivida inconscientemente pelo sujeito no momento do sono, o qual por estar em um estado inconsciente da sua consciência, seria o momento em que o *id* estaria mais livre do controle do *ego*, e, portanto, o sonho revelaria os diversos desejos do sonhador, sobretudo os sonhos reprimidos pelo *ego* durante a vigília, também chamado de estado consciente ou desperto da consciência (Cheniaux, 2006, p. 170).

Nesse sentido, a psicanálise considera que durante a análise do paciente é importante proceder à interpretação dos seus sonhos, pois é uma forma terapêutica de tentar compreender como curar o adoecimento psíquico do paciente. Isso porque, para Freud, o sonho revela os traumas que envolvem o seu desejo, o que é suprimido pelo *ego* durante o estado desperto da consciência. Esse entendimento psicanalítico do sonho supera a perspectiva mitológica dos gregos e desenvolve, no então contexto moderno, a compreensão de Aristóteles de que o sonho reproduz aquilo que o sujeito experimenta com seus sentidos durante a vigília. Entretanto, ao mesmo tempo, se aproxima daquela antiga concepção, na medida em que a interpretação do sonho cumpre o objetivo do cuidado consigo mesmo. Porém, diferentemente da compreensão grega antiga, a psicanálise considera o sonho dentro do contexto privado dos indivíduos, pois pressupõe que a coesão da sociedade burguesa exige que cada indivíduo tenha o devido controle de seus desejos ou paixões no âmbito urbano social (Santos; Trindade. 2014, p. 314;316).

Contudo, o sentido do método de interpretação de sonhos é disputado no âmbito da Psicanálise. Por exemplo, para Carl Jung não há distinção entre o “conteúdo manifesto e conteúdo latente” em um sonho, para Jung, não há sentido oculto na imagem que aparece no sonho, todo o sentido está contido na imagem, de modo que ela necessita ser investigada (Santos; Trindade. 2014, p. 316-317). Ademais, ele assume uma perspectiva polissêmica do sonho, e não apenas como realização do desejo. Desse modo, Jung considera que essa diversidade de significados deve ser explorada pelo analista junto ao seu paciente, tendo como foco compreender a finalidade do significado do sonho no momento presente da vida do paciente (Santos; Trindade. 2014, p. 317).

A partir da criação da Psicanálise com Freud, é possível perceber diversas formas de compreender o sonho a depender das abordagens empregadas na Psicologia, dentre as quais destacamos: a comportamental, a fenomenológica existencial, a daseinsanálise e gestalt-terapia.

A abordagem comportamental compreende o sonho como uma experiência cognitiva causada pela interação entre o sujeito e o ambiente (com os seus estímulos), a partir dessa abordagem, o psicólogo deve focar na interpretação do paciente acerca de seus sonhos, a fim de identificar os esquemas cognitivos disfuncionais (Milhorim; Casarini; Scorsolini-Comin, 2013, p. 87-88).

Por sua vez, a abordagem fenomenológica existencial compreende desde Sartre duas formas da consciência tratar com os objetos: a perceptual e a imaginante. A maneira perceptual de apreender um objeto sempre considera o tempo e o espaço, diferentemente da imaginante que por não perceber, mas sim imaginar o objeto, o apreende de maneira imediata sem ter parâmetros para considerá-lo, já que não se orienta dentro de um tempo e espaço. Nessa abordagem, o papel do analista é conseguir identificar a partir da consciência imaginante, as questões da vida real do paciente, levando-o a pensar sobre a sua história pessoal e compreender o seu projeto inicial, sob o qual estão baseados os demais projetos existenciais, a fim de solucionar algum problema existencial do sujeito, que está bloqueando o fluxo dos processos de realização existencial do sujeito (Milhorim; Casarini; Scorsolini-Comin, 2013, p. 88-89).

A última abordagem é a daseinsanálise e gestalt-terapia, que considera o sonho como um lado da mesma existência, que é parecido com a forma desperta de viver. O papel dos analistas que aplicam essa abordagem consiste em conduzir o paciente a considerar as possibilidades constantes no sonho, que ainda não foram realizadas, a fim de que ele conheça

a si mesmo e decida qual possibilidade de vida realizará (Milhorim; Casarini; Scorsolini-Comin, 2013, p. 89-90).

Outro campo de estudos inserido na perspectiva ocidental, é o desenvolvimento (relativamente) recente da Neurociência, que se debruça sobre do sistema nervoso, vem desenvolvendo estudos que por vezes negam, e por vezes confirmam alguns entendimentos psicanalíticos¹⁶. De qualquer forma, a Neurociência é uma área do conhecimento que também está preocupada com o significado, origem e efeitos do sonho, ainda que utilize um método completamente diferente da Psicanálise, como exames médicos, para saber os processos biológicos que um ser humano passa quando sonha e encontrar padrões nesses fenômenos.

Outra compreensão da experiência do sonho, a compreensão não-ocidental, constitutiva da vida de povos nativos, como por exemplo os Warlpiri na Austrália¹⁷ e povos ameríndios como os indígenas Pumé dos Llanos do sudoeste da Venezuela¹⁸, entre outros. Apesar de cada povo possuir as suas particularidades, existem algumas características na forma como os povos nativos compreendem o sonho que os afastam da compreensão ocidental como as que foram apresentadas até aqui. Uma das primeiras características comuns, é o fato de que o sonho constitui ontologicamente o humano e não-humano, de maneira que o sonho é condição essencial para a vida em seu sentido mais amplo, de maneira que a ausência do sonho afeta a existência desta dimensão como a conhecemos. Outra características do sonho é que ele é compreendido como uma realidade que supera as dicotomias do ocidente do passado, presente e futuro, bem como do real e da fantasia. Desse modo, o sonho representa um estado diversificado de possibilidades disponíveis para os seres. Um terceiro aspecto importante para compreender essa cosmovisão é que o sonho não se restringe à restauração da saúde psíquica, como quer a Psicanálise e a Psicologia, pelo contrário, antes desempenha um papel fundamental para a autocompreensão do sujeito no mundo, na sua comunidade, tal é a importância do sonho que faz parte do modo de viver desses povos, relatar coletivamente os sonhos que cada pessoa sonhou.

Após a apresentação das diversas concepções do sonho, dentro e fora da compreensão ocidental, cabe explicar qual o sentido utilizado neste estudo. Aqui, o sonho ou sonhar deve ser compreendido como sinônimo de projeto, desejo, expectativa ou esperança que uma pessoa anseia realizar conscientemente. Sendo assim, se afasta das compreensões

¹⁶ Consultar o artigo de Elie Cheniaux “Os sonhos: integrando as visões psicanalítica e neurocientífica” (2006), disponível <https://doi.org/10.1590/S0101-81082006000200009>

¹⁷ Sobre os Warlpiri consultar “Tecnologia dos sonhos em Artemidoro, Freud, Jung e nos Warlpiri” (2014), artigo de Santo e Trindade, disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/xxHKDNhbdjCHGG4H5xCFzKB/>

¹⁸ Sobre o povo Pumé consultar “Para além do sonho e da vigília. O sonho ameríndio e a existência” (2022) de Gemma Orobitg, disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/ghG5XLmJNpM8BnbPMrR48Rb/>

anteriormente relatadas, visto que não nos interessa interpretar os sonhos elaborados pela consciência durante o sono. Nos restringimos a interpretar os sonhos elaborados pela consciência desperta e que é narrado pelas pessoas quando questionadas sobre seus desejos e sonhos de vida.

A ideia de sonho adotada neste estudo se relaciona a compreensão de que a realização da liberdade do sujeito, pressupõe a capacidade de desejar algo diferente e melhor do que a realidade na qual o sujeito está inserido. Desse modo, considera-se que o desejo é resultado de um processo imanente às condições históricas de um determinado contexto onde está o sujeito. De tal maneira, que é impossível desassociar os processos sociais dos processos subjetivos individuais de cada pessoa, embora, seja possível individualizar os seus desejos.

Além disso, outro aspecto importante, é que a ideia de sonho empregada neste estudo repousa em uma certa compreensão de utopia de vida, no sentido de almejar algo melhor do que a atual situação, tendo em vista uma emancipação social. No escopo deste trabalho, o sonho em paralelo com o conceito de alienação, funciona como um conceito que é capaz de fornecer um diagnóstico acerca da situação existencial das pessoas trans no Brasil, a fim de analisar de que modo a alienação sofrida por elas no mercado de trabalho, e compreender os impactos dessa patologia social na formulação dos desejos e práticas utópicas dessa população. Ou seja, compreender de que modo o desejo dessa população se conforma ou não perante às circunstâncias da violência e discriminação social.

Em certo sentido, esse trabalho contribui para a história da esperança ou do sonho, cunhada por Peter Burke:

Em contraste com Pope e os McNeill, eu gostaria de distinguir entre variedades de esperança e discutir esperanças, no plural, em vez de Esperança, com E maiúsculo, no singular. Se o ato de ter esperança, que o filósofo marxista Ernst Bloch (1954-1959) chama de *Das Prinzip Hoffnung*, é atemporal, os objetos da esperança, ao contrário, geralmente são delimitados pelo tempo.

Tentarei argumentar que esses objetos variam não só conforme a época, mas também de lugar para lugar, e de um grupo social para outro. Diferentes tipos de pessoas têm esperança de coisas diferentes [...]

As pessoas também são mais esperançosas em certos momentos e em certos lugares que em outros, na medida em que estão mais ou menos conscientes das alternativas para a vida que levam. Podemos, portanto, falar de horizontes variáveis de esperança, à maneira como alguns filósofos alemães, de Edmund Husserl a Hans-Georg Gadamer, escreveram sobre o "horizonte de expectativas" (*Erwartungshorizont*). Nesse sentido, a esperança tem uma história, ou mais precisamente, esperanças têm histórias (Burke, 2012, p. 207).

Nesse sentido, ele considera existir no mínimo três histórias da esperança: a psico-história, a história social ou sociologia histórica e a história cultural. A primeira abordagem diz respeito às diversas abordagens que a Psicologia atribui à história de diversas

emoções como o medo, o amor, a raiva etc (Burke, 2012, p. 207). A segunda abordagem torna a primeira verdadeiramente histórica, na medida em que investiga “quem tem esperança de quê...quando, onde e com quais consequências”, bem como busca saber quais instituições promovem o sonho. Essa abordagem sociológica estuda a relação entre “esperanças e eventos econômicos e políticos, e...a relação entre esperanças e sociedade”. Por último, a abordagem cultural é responsável por garantir a história dos sonhos “as tradições de esperança...que fazem parte do imaginário coletivo de uma região, um período ou de uma classe social” (Burke, 2012, p. 208).

A partir dessa definição, o autor compreende que é possível estudar essa história, por meio da classificação das esperanças (dos sonhos) grandes e pequenas. As esperanças grandes correspondem a desejos de dimensão coletiva que envolvam a humanidade, enquanto as esperanças pequenas consistem em desejos restritos ao indivíduo individualmente considerado ou no seio familiar (Burke, 2012, p. 208).

A partir da exposição da tese defendida por Burke é possível pensar que os sonhos se constroem de maneira histórica dentro de um tempo e um espaço geograficamente determinado, e não apenas isso, também são influenciados ou determinados por questões econômicas e políticas, bem como pelas instituições sociais, as quais são responsáveis por fomentá-los ou não.

Nesse sentido, ainda que não seja o objetivo principal, este presente trabalho também contribui de modo geral para a compreensão da história dos sonhos e de maneira específica da história dos sonhos da população trans no Brasil. Com base nisso, almeja-se, apresentar não apenas uma mera descrição histórica dos fatos ou neste caso, dos sonhos das pessoas trans do estado do Pará, mas fornecer uma contribuição sobre como pensar os problemas enfrentados por elas em sua dimensão existencial, a partir do conceito de alienação. Ao longo deste estudo, busca-se caracterizar de que maneira a população trans vivencia a alienação do (e no) mercado de trabalho no Brasil e os modos como isso impacta fundamentalmente as suas vidas, para que ao final seja possível apresentar um conceito de alienação que seja capaz de fomentar uma análise crítica que se não apresenta uma resposta final de como agir para superar tal patologia social, ao menos indique a partir dos próprios relatos dessas pessoas, as possibilidades disponíveis para transformar as condições em que vivem¹⁹.

¹⁹ O presente estudo, ainda que guarde diferenças quanto ao referencial teórico e a metodologia utilizada, é similar ao estudo MAGALHÃES, Kelly Alves et al. Entre o conformismo e o sonho: percepções de mulheres em situação de vulnerabilidade social à luz das concepções de Amartya Sen (2011) disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/8Jh35Ywj8dhXs44pvG4QMzx/?lang=pt#>

Capítulo 2

O contexto do acesso da população trans ao mercado de trabalho no Brasil: o problema da homogeneização da trajetória de vida de pessoas trans

Após a elucidação do problema a ser investigado por esta pesquisa, torna-se necessário compreender de que maneira a análise dos dados do relatório parcial do Censo Trans Pará exposto no capítulo anterior, insere-se no contexto da situação de empregabilidade trans no Brasil. Dessa maneira, o objetivo deste capítulo é realizar uma análise bibliográfica dos principais trabalhos científicos acerca do acesso ao mercado de trabalho pela população trans.

Essa análise do estado da arte é imprescindível para contextualizar o objeto desta pesquisa: a alienação da população trans do e no mercado de trabalho. Contudo, é necessário ressaltar que a produção de trabalhos científicos sobre a situação de empregabilidade dessa população no Brasil ainda é diminuta e, por vezes, incipiente em razão da ausência de dados nacionais produzidos pelos órgãos oficiais do estado. Não obstante essa dificuldade, este trabalho busca colaborar para o aperfeiçoamento desse campo de estudos.

Sendo assim, este capítulo se organiza em três tópicos. No primeiro tópico, será exposta a série de escolhas metodológicas para selecionar os trabalhos para a análise bibliográfica, bem como esclarecer como o método de análise de conteúdo será utilizado nessa análise.

O segundo tópico do capítulo visa apresentar uma síntese dos conteúdos da bibliografia analisada, a fim de descrever o contexto de empregabilidade de pessoas trans, as circunstâncias que incidem sobre o acesso ao mercado de trabalho, assim como a permanência. Além disso, de maneira subsidiária, objetiva-se apresentar os principais sonhos dessa população com base nos trabalhos que utilizam entrevistas ou questionários e analisam as expectativas pessoais das pessoas.

O terceiro tópico do capítulo busca, com base na análise descritiva do contexto de empregabilidade e dos sonhos da população trans, caracterizar o problema da alienação do mercado de trabalho vivenciado pela população trans no Brasil e relacionar com a análise desenvolvida no primeiro capítulo sobre os desejos profissionais e sonhos de vida da população trans paraense. Assim, busca-se explicar como a alienação pode ser compreendida a partir homogeneização das histórias de vidas das pessoas trans, o que também pode ser percebido pelos tipos de trabalhos exercidos por elas.

O contexto da empregabilidade de pessoas trans no Brasil

Este primeiro tópico tem por objetivo compreender o contexto da empregabilidade de pessoas trans no Brasil, por meio da análise de artigos, dissertações, teses e livros. Para obter o conjunto dessa bibliografia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica desenvolvida pelo projeto de pesquisa do Censo Trans Pará, e em segundo lugar, por uma pesquisa independente desse projeto, que buscou livros sobre o contexto em geral da população trans no Brasil.

Em relação à pesquisa bibliográfica desenvolvida pelo Censo Trans Pará, o referido projeto realizou buscas nas seguintes plataformas: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Scholar e no Portal de Periódicos da CAPES. As buscas realizadas nessas plataformas, foram realizadas a partir das seguintes 20 combinações de palavras-chaves: trabalho trans, trabalho travesti, trabalho transgênero, trabalho transexual, trabalho não-binário, emprego trans, emprego travesti, emprego transgênero, emprego transexual, emprego não-binário, renda trans, renda travesti, renda transgênero, renda transexual, renda não-binário, empregabilidade trans, empregabilidade travesti, empregabilidade transgênero, empregabilidade transexual, empregabilidade não-binário.

Os critérios de inclusão utilizados para selecionar os trabalhos foram: a) trabalhos publicados e disponíveis integralmente em uma das quatro bases de dados selecionadas; b) trabalhos que discutam especificamente a questão relativa à empregabilidade (trabalho, emprego e renda) de pessoas transgêneras em âmbito nacional, ainda que em recortes regionais. Em contrapartida, os critérios de exclusão foram os seguintes: a) trabalhos que não estejam disponíveis integralmente em uma das quatro bases de dados selecionadas; b) artigos que discutam o tema de forma tangente, o que significa i) a questão relativa à empregabilidade (trabalho, emprego e renda); ii) que abordem a empregabilidade, mas voltada ao público LGBTQIA+ no geral; iii) que discorram sobre a realidade de pessoas transgêneras no Brasil, mas sem abordar especificamente a questão da empregabilidade.

Posteriormente, após coletar todos os artigos encontrados e filtrá-los com base nos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados um total de 65 trabalhos, dentre os quais 58 trabalhos são artigos e 7 trabalhos são dissertações de mestrado, o que significa que não foi encontrada nenhuma tese de doutorado. Abaixo está a tabela dos artigos selecionados:

Tipo	Ano	Título	Autores	Trabalho encontrado em			
				SciELO	BDTD	G. Scholar	P. Periódicos
Artigo	2018	Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?	Almeida; Vasconcellos	X			
Artigo	2013	Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual	Barbosa	X			
Artigo	2009	O sexo sem lei, o poder sem rei: sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti	Jimenez; Adorno	X			
Artigo	2009	A informação social no corpo travesti (Belém, Pará): uma análise sob a perspectiva de Erving Goffman	Ferreira	X			
Artigo	2022	Vulnerabilidades das travestis e das mulheres trans no contexto pandêmico	Veroneze	X			
Artigo	2022	Estado y procesos de vulnerabilización: análisis de las políticas de reconocimiento de personas trans	Dellacasa	X			
Artigo	2022	À margem da gestão da diversidade? Travestis, transexuais e o mundo do trabalho	Paniza; Moresco	X			
Artigo	2018	Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva	Marinho	X			
Artigo	2016	El fantasma de la puta-peluquera: género, trabajo y estilistas trans en Cali y San Andrés Isla, Colombia	Posso; Furcia	X			
Artigo	2014	Pigmentocracia dei deseo en el mercado sexual Trans de Cali, Colombia	Giraldo; Furcia	X			
Artigo	2013	Percepções acerca da condição de vida e vulnerabilidade à saúde de travestis	Amorim; Vieira; Brancaleoni	X			

Artigo	2020	Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil	Silva; Luppi; Veras	X			
Artigo	2021	Travestis profissionais do sexo e qualidade de vida: visibilizando outras concepções	Barbosa; Santana; Araújo; Moura; Lima	X			
Artigo	2021	A diferença em outros contextos: profissionais transexuais com ensino superior inseridos no mundo do trabalho	Ziliotto, Davies, Itaquí				X
Artigo	2015	A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho	Licciardi; Waitmann; Oliveira				X
Artigo	2022	A inserção de transexuais no mercado de trabalho	Junior, Teixeira, Gritti				X
Artigo	2021	Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis	Oliveira; Oliveira-Silva				X
Artigo	2020	Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior	Scote; Garcia				X
Artigo	2013	La contestation des politiques de changement d'identité de genre par les militantes et militants trans québécois	Enriquez				X
Artigo	2019	Binarismo de gênero, identidade, trabalho e prostituição: um estudo qualitativo sobre a população transgênera de Belo Horizonte	Villani; Ribeiro				X
Artigo	2021	Ganhando a vida? Estratégias adotadas por travestis trabalhadoras do sexo nas ruas de Montes Claros, MG	Campos Fonseca; Gonçalves da Silva; Cabral Barbosa				X
Artigo	2015	Construção Principlológico-Normativa de Proteção aos	Americano.				X

		Transgêneros no Mercado de Trabalho					
Artigo	2022	Eu não queria de maneira nenhuma que meu filho fosse ensinado por um[a] travesti	Dias; Souza				X
Artigo	2019	A transfobia no processo de recrutamento e seleção de pessoal no Brasil: é possível falar em inclusão?	Lopes; Moura				X
Artigo	2018	O princípio da não discriminação e a inclusão socioeconômica da transexual no mercado formal de trabalho	Vieira de Souza; Goldschmidt				X
Artigo	2020	Você não responde ao perfil: representações sociais sobre o mercado de trabalho para transexuais	Lopes; Kern; Vidal; Castro				X
Artigo	2022	Transexuais e o mundo do trabalho	Aguiar				X
Dissertação	2021	O trabalho de mulheres transexuais e travestis no mercado do sexo	Jara				X
Artigo	2014	Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais	Carrieri; Souza; Aguiar				X
Artigo	2020	Atividades consideradas "masculinas": mulheres cis e transexuais em busca de autonomia através do trabalho	Salvagni; Veronese; Marques; Guerin				X
Artigo	2021	De quem é o corpo que compõe a força de trabalho? Reflexões sobre trabalhadoras/es trans no contexto da covid-19	Augusto Ribeiro; De Almeida				X
Artigo	2020	Da Esquina Ao Escritório: Uma Análise Sobre A Ausência De Mulheres Transexuais No Mercado De Trabalho Formal Em Goiás	Rodrigues Gonçalves; Simancas Trujillo				X
Artigo	2022	Percepção das pessoas Trans acerca do acesso ao mercado de trabalho	Fonseca Ferreira; Sousa Ribeiro;				X

			Ferreira de Brito				
Artigo	2018	Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa “transcidadania”	Pedra; Souza; Rodrigues; Silva				X
Artigo	2020	Só me resta ser puta? Enfrentamentos da heteronormatividade em um programa de aprendizagem para o trabalho	Figueiredo; Brancaloni				X
Artigo	2017	Pobreza e gênero: a marginalização de travestis e transexuais pelo direito	Pereira; Costa Gomes				X
Artigo	2022	Reflexões a partir da trajetória acadêmica de uma mulher trans e as políticas de acesso e permanência de travestis e transexuais na Universidade do Estado da Bahia	Rios				X
Artigo	2017	Essa pele que habito - reflexões sobre transexualidade, discriminação e abuso às garantias constitucionais no contexto do direito do trabalho	Figueiredo				X
Artigo	2020	O trabalho da pessoa transgênera: políticas públicas de igualdade laboral alcances e possibilidades	Addor; Knopik Ferraz; Villatore				X
Artigo	2022	Diversidade no ambiente organizacional: a inclusão e permanência de transgêneros no mercado de trabalho brasileiro	Da Silva Melo; Barro Acioli de Oliveira; De Freitas Silva; Espinheira Costa Pereira; Chiareto				X
Artigo	2018	Sociedade do trabalho e a vida determinada pela identidade de gênero: por uma perspectiva materialista da condição	Barreto; Lira				X

		socioeconômica da comunidade trans					
Artigo	2021	Medo e preconceito: experiências de transgêneros no contexto organizacional	Borges Candido; Medeiros				X
Artigo	2016	A Exclusão das Pessoas Trans do Mercado de Trabalho e a Não Efetividade do Direito Fundamental ao Trabalho	Marinho				X
Artigo	2019	"Parece uma mulher, mas é um traveco": produções discursivas marginais e transfóbicas nas vivências de uma travesti professora	Dias; Souza				X
Artigo	2019	Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo	Marinho; Silva Almeida de				X
Artigo	2018	Entre o cisplay e a passabilidade: transfobia e regulação dos corpos trans no mercado de trabalho	Martinelli; Queiroz; Araruna; Mota				X
Artigo	2017	Trans-versing Latin America: Networks, Labour and Sexuality/Transitar por America Latina: redes, trabajo y sexualidad/Transitar pela America Latina: redes, trabalho e sexualidade	Diaz				X
Artigo	2023	"They kicked me out of my house, I started working on the street": intersectionality and occupational apartheid in sex work. A case study	Álvarez Franco; Duarte Martínez; Steembecker; Muñoz Orellana; Morrison; Monzeli				X
Disser tação	2018	Mais do que rua, camisinha e gel: TransCidadania, a experiência de um	Miranda		X		

		programa para travestis e transexuais na cidade de São Paulo					
Disser tação	2018	Mercado de trabalho do transexual: Proibição da discriminação, o trabalho decente e as ações afirmativas como forma de inclusão	Santos		X		
Disser tação	2019	E travesti trabalha? Divisão transexual do trabalho e messianismo patronal	Oliveira		X		
Disser tação	2016	“Meu corpo, um campo de batalha”: a inserção precária das travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital	Oliveira		X		
Disser tação	2020	Os sentidos do direito, do sindicato e da vida em disputa: resistências trabalhadoras e sindicais à transfobia e ao cissexismo no telemarketing	Fleury		X		
Disser tação	2021	Inclusão da população trans na cidade de São Paulo e o programa transcidadania como política pública de apoio à empregabilidade	Gotardi; Pereira		X		
Artigo	2018	A cidadania precária das travestis e transexuais para ingresso no mercado formal de trabalho	Souza; Goldschmidt			X	
Artigo	2020	A construção da empregabilidade para uma mulher transexual	Bonotto			X	
Artigo	2020	“O sexo do trabalho”: reflexões sobre experiências laborais de trabalhadores/as travestis e transexuais	Brito; Almeida			X	
Artigo	2021	“Cair na vida”: o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis	Câmara			X	
Mono grafia	2018	Transgêneros e as dificuldades enfrentadas	Galvani; Rocha			X	

		para a inserção no mercado de trabalho					
Artigo	2016	Transfobia no ambiente laboral: uma análise de discursos jurídicos veiculados em conflitos pelo direito à identidade de gênero mediados pela justiça do trabalho	Fosneca			X	
Artigo	2021	Transexualidade, identidade de gênero e sindicato: algumas perspectivas	Garcia; et al			X	
Artigo	2017	Transexuais no mercado de trabalho: estudo sobre a representatividade nos ambientes formais de trabalho	Giorgi; Barbosa			X	
Artigo	2020	Trabalho e empregabilidade de travestis, transexuais e não-binárias: desafios e perspectivas de ação	Gutierrez			X	
Artigo	2020	Transexuais no mercado de trabalho: percurso histórico e as marcas do preconceito na violação ao direito fundamental ao trabalho	Melo			X	
Artigo	2017	Só nos resta uma “única escolha”: a relação de travestis e transexuais com o mercado de trabalho e a necessidade de recorrer à prostituição	Krawczak; Santos; Stücker			X	

A partir disso, foram selecionados os seguintes critérios para filtrar os trabalhos desse levantamento bibliográfico: a) trabalhos que envolvam apenas a utilização de entrevista e/ou questionário; b) não considerar trabalhos cujo contexto de análise seja a pandemia do COVID-19; c) não considerar trabalhos que analisem situações externas ao Brasil; d) excluir trabalhos que envolvam outras populações além da população trans. A partir dessa filtragem, restaram 24 trabalhos, distribuídos entre artigos e dissertações de mestrado.

Além desses trabalhos encontrados pela pesquisa bibliográfica do Censo Trans Pará até o ano de 2023, este trabalhou coletou outros artigos na plataforma SciELO no ano de 2024 e coletou livros, os quais foram coletados, por meio da análise das referências dos artigos já

selecionados anteriormente. Desse modo, coletou-se mais 08 trabalhos distribuídos da seguinte forma: 02 artigos científicos, 03 TCCs, 01 dissertação de mestrado e 02 livros autobiográficos. Respectivamente intitulados da seguintes forma: *Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão* de Rondas e Machado (2015); *JORNADA TRANS: Um Estudo Acerca da Trajetória de Travestis e Mulheres Transexuais no Mercado de Trabalho do Recife* de Batista, Mendes, Silva e Mendonça (2020); *Mercado de Trabalho e Empregabilidade, na Perspectiva de Transexuais Já Empregados na Cidade de Juazeiro do Norte-CE* de Oliveira (2018); *Os Processos de Entrada e Permanência das Travestis e das Mulheres Transexuais no Mercado de Trabalho* de Ferreira (2017); *Uma Nova Porta Se Abre: a inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho formal após o Programa Transcidadania* de Magalhães, Silva e Oliveira (2018); *Os Desafios do Trabalho na Vida Cotidiana de Mulheres Transexuais* de Souza (2012); *Transresistência: Histórias de pessoas trans no mercado* de Vasconcelos (2018); *Vidas trans, a coragem de existir: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social* de Brant, Moira, Nery e Rocha (2017).

A partir da leitura desse material bibliográfico, busca-se fornecer um contexto sobre a situação de acesso ao mercado de trabalho e subsidiariamente, por meio da metodologia da análise de conteúdo de Laurence Bardin, elaborar uma análise sobre os sonhos da população trans com base na análise dos trabalhos que utilizam a metodologia de entrevistas e questionários para compreender as expectativas pessoais das pessoas trans entrevistadas.

Diferentemente do primeiro capítulo, não será possível traçar o perfil da população trans no Brasil. Pois, a diversidade das pesquisas coletadas a serem analisadas neste capítulo, não permite obter conclusões generalizáveis acerca do perfil (identidade de gênero, orientação sexual, raça/etnia, idade, etc.) da população do Brasil como um todo. Especialmente, também em razão de que geralmente os dados são coletados das regiões sul e sudeste do país, o que constitui uma amostra que muito provavelmente não é segura para chegar a conclusões mais ou menos verídicas sobre esse perfil.

Outro aspecto distinto da análise realizada no primeiro capítulo, é que neste capítulo apresenta-se uma tentativa de identificar nos trabalhos selecionados os sonhos da população trans, ainda que a palavra sonho não seja usada explicitamente nos textos analisados, como foi no caso das entrevistas realizadas pelo Censo Trans Pará. Sendo assim, para o desenvolvimento deste capítulo, aproveita-se o percurso metodológico desenvolvido na produção do primeiro capítulo, utilizando-se das três etapas cronológicas (a) pré-análise, b)

exploração do material e o tratamento dos resultados, c) a inferência e a interpretação (Bardin, 2011). Nesse sentido, os mesmos indicadores utilizados no capítulo anterior foram selecionados para tentar sistematizar e comparar os resultados e análise das entrevistas coletadas no Censo Trans Pará com outros trabalhos produzidos fora do Pará.

Dessa forma, serão utilizados os seguintes indicadores para tentar obter informações sobre os desejos profissionais da população trans: a) Ativismo; b) Formação acadêmica (graduação, mestrado e/ou doutorado); c) Professor(a,e) Universitário(a,e); d) Empreendedorismo; e) Profissões jurídicas; f) Estabilidade ou ascensão profissional; g) Já passou da fase de ter desejos. Por outro lado, para tentar identificar quais são os sonhos dessa população serão mantidos os seguintes indicadores: a) Direito à vida, direito ao trabalho, direito à seguridade social, etc.; b) Realizações pessoais diversas; c) Não sabe ou não tem; d) Concluir a transição; e) Estabilidade financeira e reconhecimento social; f) Ativismo.

Cabe lembrar que esses indicadores foram escolhidos para análise apresentada no capítulo anterior, pelo fato de serem capazes de organizar todas as respostas coletadas nas entrevistas, bem como são frequentes nas respostas das pessoas entrevistadas. Desse modo, esses indicadores foram selecionados para que nenhuma informação fosse perdida, evitando o risco de ter uma interpretação prejudicada acerca dos sonhos, desejos e expectativas da população trans.

Essas escolhas metodológicas cumprem com aquilo que prevê a primeira fase do método de Bardin. Posteriormente, na segunda fase, este trabalho aplicará efetivamente os critérios selecionados para análise dos textos e, na terceira e última fase, o trabalho apresentará, os dados que foram possíveis de serem codificados e organizados na segunda fase, para apresentá-los na forma de quadros de resultados, diagramas, figuras ou modelos, para posteriormente serem interpretados (Bardin, 2011, p. 131).

Busca-se com essa cadeia de escolhas metodológicas identificar os sonhos da população trans a partir de outros trabalhos científicos ou outras produções textuais como os livros autobiográficos de pessoas trans. Posteriormente, almeja-se chegar a alguma espécie de síntese acerca da história que é contada acerca da população trans no Brasil.

A empregabilidade trans e os sonhos da população trans brasileira

Os estudos analisados demonstram que a população trans brasileira vivencia um problema crônico de exclusão social compulsório. Isso é percebido pelo discurso de movimentos e atores sociais que reivindicam direitos para a população transexual e travesti do Brasil, como o trecho do artigo *Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?* de Almeida e Vasconcellos (2018, p. 311):

[...] Na verdade, o Brasil tem muita transfobia com relação a essa população, porque a sociedade ainda não enxerga a gente como mulheres. **Porque a gente precisa mobilizar a sociedade para que enxergue a gente verdadeiramente como cidadãos de fato. Por isso que a gente tem essa dificuldade pra chegar[...] de fato até um trabalho formal. Geralmente os trabalhos que a gente tem é só informal**, como cabeleireiras, como esteticistas, e também o trabalho na prostituição. Não que seja um trabalho menor. [...] Só que a gente precisa lutar mais ainda por isso. (Fernanda de Moraes, Antra)

A gente ainda carrega, assim, principalmente as travestis... **a gente ainda carrega esse estigma que transexuais e travestis são envolvidos na prostituição, “tão” envolvidos na droga, “tão” envolvidos na promiscuidade**. Enfim, em várias coisas que são bem ruins e na realidade não é bem assim. (Lam Matos, Ibrat)

Porque existe o estigma que a gente carrega de onde a gente trabalha, em que lugar a gente “tá”[...] **parece que já “tá” predeterminado onde você vai trabalhar, o que você vai fazer**. (Ika Carneiro, Cursinho Transformação)

(Grifo nosso)

Esse artigo e os demais trabalhos demonstram que a população trans não é reconhecida pela população brasileira como pessoas cidadãs que fazem jus aos mesmos direitos que a parcela não-trans do restante do país. Ao contrário disso, são reconhecidas a partir do estigma que estereotipa a população trans como pessoas que sempre estão vinculadas ao exercício da prostituição, ao consumo de drogas e à ideia de promiscuidade. É por essa razão que a maioria das pessoas trans não exercem trabalho formal, apenas informal, como se houvesse uma norma que pré-determinasse essa conjuntura.

Nesse sentido, cabe citar o artigo *Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil* de Silva, Luppi e Veras (2020, p. 1726; 1729) que realizou um estudo transversal conduzido em sete municípios do estado de São Paulo entre 2014 e 2015. Esse estudo apresentou dados de que das 672 entrevistas analisadas, 82,3% se encontravam ocupados, 13,1% não ocupados e 4,6% fora do mercado de trabalho. Em relação às pessoas entrevistadas que se encontravam ocupadas, *53,9% dessas pessoas exerciam atividades por conta própria e 27,2% como empregados, mas apenas 14% deles tinham contratos protegidos pela legislação trabalhista.*

Além disso, 40,6% dos entrevistados eram trabalhadores do sexo. A relevância dessa pesquisa não é justificada apenas por expor um dado quantitativo acerca da inserção profissional dessa população no mercado de trabalho formal, mas também pelo fato de que apresenta os fatores que influenciam a vida de uma pessoa trans para que ela tenha mais chances de possuir um vínculo formal de trabalho, sendo eles os seguintes: *ter identidade de gênero homem transexual, possuir 12 anos ou mais de escolaridade, estar em algum acompanhamento médico, estar em acompanhamento para processo transexualizador, ter convênio médico particular e nunca ter sido preso na vida.*

Isso demonstra que os problemas dessa população são intermediados por outros problemas sociais como o problema da igualdade de gênero no trabalho que não é um problema vivenciado apenas pela população trans como também pelas mulheres cis. Desse modo, é possível compreender que outros problemas como o racismo, a pobreza, o capacitismo, etc. podem aprofundar as dificuldades experimentadas por essa população (Almeida e Vasconcelos, 2018, p. 312, 319; Fleury, 2020, p. 40, 133-135; Marinho e Almeida, 2019, p. 120, 123, 129; Rondas e Machado, 2019, p. 199; Oliveira, 2016; Vasconcelos, 2018, p. 77-78, 131; Ziliotto, Davies e Itaquí, 2021).

O conjunto dos trabalhos analisados demonstra que há diversos processos sociais que se entrelaçam entre si, constituindo por fim esse problema. Organiza-se da seguinte forma, é comum que desde a infância as pessoas transgêneras se autocompreendam de maneira diversa daquela pré-determinada no seu nascimento e mantida durante seu desenvolvimento infantil.

Contudo, embora essas crianças manifestem sua dissidência com o gênero atribuído a ela, elas sofrem na maior parte dos casos analisados com discriminações dos pais e dos familiares. Desse modo, a maioria delas passa a viver um dilema entre defender a sua própria verdade e causar um estresse familiar, o que pode gerar represálias, ou se adaptar ao que lhes impõe como verdade.

Acerca desse aspecto da socialização da população trans no Brasil, há muitos relatos de pessoas trans que demonstram o contexto opressor e violento em que viveram a sua infância:

Durante a infância, Bruno precisou lutar contra sua identidade de gênero, pois pertencia a uma família extremamente religiosa. Seus pais são membros da igreja Testemunhas de Jeová [...] — Como eu cresci em uma casa religiosa, toda noite eu fazia oração pedindo para acordar menino: ‘Deus, me tira desse pesadelo’. Quando a

gente ia à igreja, eu tinha que usar vestido, e o meu maior sonho era ter um sapato masculino e usar terminho. (Vasconcelos, 2018, 65-66)

Minha família nunca aceitou a minha posição, principalmente uma das minhas irmãs, havia muitas brigas e desentendimentos por eu ser diferente, por gostar de me vestir com roupas de mulher, então tive que trabalhar desde muito cedo, porque meus pais realmente não aceitavam e eu tinha que me virar. E assim fui procurando outras alternativas para me ajudar com essa questão (Branca – colaboradora). (Ferreira, 2017, p. 25)

Eu permaneci como menino até os 18/19 anos, até chegar e contar pra meu pai realmente como foi esse processo e o que eu queria ser. E aí, não houve a expulsão direta, néh, “saia da minha casa”, foi uma expulsão indireta. Indireta em que sentido? Negação de direitos. Eu só tinha direito a alimentação e moradia, eu ganhava mesada e minha mesada deixou de existir, a saída que, às vezes, eu pegava o carro, não me dava mais. Então, assim... eu só tinha casa e comida, eu praticamente não existia dentro de casa, porque também não havia uma comunicação, se fechou um ciclo por conta de que eles não aceitavam a minha identidade de gênero. E aí isso causou o que? Eu fiquei 3 meses em casa e aí eu decidi viajar pra São Paulo, que foi quando eu conheci a dura realidade de ser uma travesti. (Thais, 37 anos) (Batista, Mendes, Silva e Mendonça, 2020, p. 155-156)

Pesquisador: Você disse que foi expulsa de casa aos 12 anos de idade. Até os 12 anos como foi a sua vida, como era a sua família?

Travesti/transsexual: Olha, eu sempre fui uma criança muito rebelde, né, eu num era uma pessoa santa. Eu era uma pessoa rebelde porque, é, **eu não me entendia, nem minha família me entendia**, né. Como que um menino, que nasceu menino, quer ser mulher? Se hoje a família ainda expulsa de casa, cê imagina há 50 anos atrás, a pessoa era totalmente mais leiga, né. Hoje tem aí televisão, tem tudo e as pessoas continuam, por questões de religião, por questão de um monte de coisa, a colocar os filhos pra fora de casa então você imagina na minha época. Eu lembro que eu fiquei muito aborrecida, mas depois eu fui entender que família nenhuma tá preparada pra ter uma pessoa trans dentro de casa. Família nenhuma. **O gay, a lésbica é muito mais fácil, porque representam o homem e a mulher**, né, e as pessoas trans não têm essa representatividade, porque modificam o corpo, então é uma coisa meio diferente. **Eu não era só um viadinho, eu era uma travesti**, mas só fui descobrir essa palavra, né, depois. (Oliveira, 2019, p. 54)

Eu sou uma pessoa reconhecida no meu bairro, eu tenho o meu trabalho, eu moro com a minha família, isso assim... eu posso dizer seguramente que isso assim... é 1% da classe trans. Nós somos a minoria, da minoria, da minoria, geralmente a trans, ela... primeiramente... ela não tem... é... oportunidade de emprego. Primeiramente ela nem estudou, porque ela não teve condições, no colégio é quase impossível você estudar, né, a minoria peita... e... estuda da maneira... na medida do possível, pouquíssimas formam, tudo é 1% no público trans, nessa classe trans, né, e... então assim, é... primeiramente no colégio, depois no... no... no... trabalho é muito pouco, então assim. [...] *Eu tenho um amigo meu que fala assim "Olha Leandra, você é uma pessoa que ganhou na loteria, assim" E eu falo que é verdade, sabe, porque assim... até então... é... você... é... ter uma... é... ser criada em uma família, ter né.... ter tido uma educação assim, bacana, você ter um caráter bacana, ser uma pessoa honesta. Você pode ver que a maioria já cresce dentro de um ambiente com distúrbio, então a maioria tem maus costumes, de todos os... possíveis e impossíveis, a maioria usa drogas, a maioria cai na marginalidade, né, então isso tudo com o passar do tempo vai... vai deixando a pessoa... é... esculhambada, digamos assim. Fica uma pessoa assim... quase que insociável, então assim... eu, graças a deus, eu me sinto muito privilegiada por ser trans e por ter alcançado todos os objetivos que eu quis até*

hoje. (B - mulher transexual, 30 anos.) (Villani e Ribeiro, 2019, p. 137) (Grifo nosso)

Com base nessas narrativas, percebe-se que a regra para a população trans é ter problemas de relacionamento com a família, o que conseqüentemente, aprofunda os problemas que essa população enfrenta para conseguir acessar direitos e espaços sociais como a escola e o mercado de trabalho. Embora existam relatos nos estudos analisados, de pessoas trans que possuem apoio familiar e uma ótima relação com seus familiares, são exceções que confirmam a regra da exclusão do ambiente familiar.

Ainda na infância, mas sobretudo no início da puberdade, essas mesmas crianças enfrentam muitas dificuldades na sociabilidade com outras crianças e adolescentes na escola. Pois, é especialmente nessa fase do desenvolvimento humano que as pessoas começam a se deparar com questões sobre suas identidades pessoais e seus desejos sexuais.

Durante esse período da adolescência, é comum se questionar sobre quem se é? Por qual tipo de pessoa sente atração sexual? Que tipo de roupa prefere utilizar? Com qual gênero se identifica? Com quais práticas associadas aos papéis de gênero se identifica e com quais não?

Devido a todas essas perguntas se construírem em um período tão delicado quanto fundamental para o bom desenvolvimento pessoal de um ser humano, é comum perceber que nessa época, as pessoas que se autoidentificam como pessoas trans começam a enfrentar de maneira mais aguda e pujante a transfobia.

Costumeiramente, nesse período escolar é como sofrerem com diversos episódios de violência de diversos tipos (física, verbal e psicológica), seja por parte de colegas da classe da qual fazem parte, seja por parte de professores e demais funcionários da escola. Soma-se a isso o fato de que a relação familiar das pessoas trans nesse período tende a não ser a das melhores. Diversos estudos apresentam relatos de pessoas trans que demonstram como a escola pode se tornar um espaço de sofrimento, devido às diversas violências praticadas nesse ambiente, sem que nenhuma providência seja tomada para prevenir os danos ou ao menos tentar minimizar ou repará-los:

Aos 10 anos, Renata sentia que era diferente. Isso fez com que as coisas fossem difíceis na escola, pois ela sofria muito *bullying*: *levava pedradas por não se encaixar nos padrões exigidos pela sociedade.* (Vasconcelos, 2018, p. 44)

Aos seis anos de idade, começaram a me chamar de Maria-homem na pracinha em que brincava perto de casa. *Quando me xingaram de “paraíba” pela primeira vez na escola, eu já tinha 16 anos e não entendi.* Alguém me explicou: é o mesmo que mulher-macho. A maldade do *bullying* ou da *transfobia*, que ainda não tinham esses nomes, expressava, na verdade, um *discurso de ódio* pela ambiguidade da minha figura, que não atendia às normas binárias de gênero. (Brant, Moira, Nery e Rocha, 2017, p. 73)

“*Poxa, é tão difícil assim falar meu nome? Fazem isso para humilhar.* Mas, queiram ou não é assim que eu me chamo!”;

“*Eu sempre fui muito tímida. Tinha uns 14 anos e já me vestia como mulher. Um dia, estava no banheiro feminino e uma menina chamou a diretora que me tirou de lá e me expôs para toda a escola. Foi muito humilhante.*”

“*Estava cansada da escola, todo dia era uma humilhação, ou dos professores ou dos colegas. Sei que o estudo é importante para sermos alguém na vida, mas não dá para aguentar tudo isso e seguir como se nada tivesse acontecido...* (Bromélia)” (Souza, 2012, p. 70-72)

Eu sofria muito bullying na época, sofria, mas assim, *já chegaram a me bater e tudo, [...] mas minha época exigia muito, jogavam pedra, queriam bater, eles davam curra, néh, gritavam, davam curra na rua, zoavam com a cara, diziam um bocado de besteira.* (Mariana, 38 anos) (Batista, Mendes, Silva e Mendonça, 2020, p. 158)

Sofri muito preconceito e tive que me excluir das brincadeiras e vivências escolares para que eu pudesse não ter muitos problemas. Sempre estava com as meninas que me entendiam, mas sempre “havia” *piadinhas de mau gostos* até mesmo xingamentos. Sempre continuei porque sempre gostei de estudar e eu sofri alguns “bules”, como no banheiro no qual eu tive que ficar sem ir ao banheiro durante um tempo por medo de sofrer algum tipo de assédio ou algo pior. Na minha época não tinha a questão do nome social, então era sempre muito difícil ser chamado pelo RG. (Gonçalves e Trujillo, 2020, p. 42)

B: “Quando eu me entendi trans e tive essa vivência dentro da escola, foi bem complicado e esse é um dos motivos pelo qual parei. Na última vez em que eu estava em uma escola, *cheguei ao ponto de quase ser agredida*” (Junior, Teixeira e Gritti, 2022, p. 13)

Esses relatos demonstram como a instituição escolar tem falhado com a sua principal tarefa de incluir as pessoas na sociedade, por meio de uma educação crítica e emancipatória. Pelo contrário, a escola tem promovido medo na população trans, de maneira que se tornou um lugar inabitável para essas pessoas. Para exemplificar o modo como a escola tem falhado com essa população, segregando-a do ambiente escolar e, conseqüentemente, do trabalho formal e, por fim, da sociedade de modo geral, cabe citar o seguinte relato:

Pesquisador: [nome suprimido] quando você saiu da escola foi só por questões econômicas, de dinheiro, ou teve...

Travesti/transsexual: [interrompendo] não, também teve o *bullying*.

Pesquisador: Teve o *bullying* também.

Travesti/transsexual: É, eu apanhava muito na escola porque desde sempre eu sempre fui muito grandona, sempre fui muito feminina, sabe? Apesar de ser gradona, bem feminina, bem delicada, viado mesmo.

Pesquisador: Uhum.

Travesti/transsexual: E.. e apanhava muito... aí eu fui descobrir...os anos se passaram e eu encontrei com uma professora minha de infância e ela falou pra mim assim: “você que eu fiz errado em ter chamado a sua mãe no dia que eu peguei você no banheiro?”. Porque ela me pegou no banheiro bem novinha chupando um rapaz, então ela me levou pra diretoria e falou com a minha mãe, e aí chamou e minha mãe e a minha mãe quase me matou de porrada. E aí eu falei pra ela que não, que ela tava no papel dela de fazer aquilo, né. Só que ela não entendeu que naquela época eu não tinha uma dimensão das coisas, eu era uma criança mesmo, eu entrava no banheiro os meninos me batia, botava o pau pra fora e gozava na minha boca e me batia depois. Acho que era maricona encubada, né?

Pesquisador: E isso foi com quantos anos mais ou menos? Cê lembra?

Travesti/transsexual: Ah, a primeira vez foi com cinco anos que aconteceu deu ser estupada, né, pelo [suprimido] e aí eu despiroquei, né. Os homens casados me pegava. Porque eu venho de uma família muito humilde, minha mãe trabalhava, então eu tinha que ir pra escola, pra casa, ir e vir sozinha. Então tinha homens que vinha me pegar no meio do caminho, me dava carona e também no final das contas também me comiam e me botava pra mamar. Homens muuuito mais velhos. Mas eu era criança, eu não tinha noção de nada. Eu só fui me dar conta quando vi uma travesti pela primeira vez e pensei que eu queria ser igual ela, aí cheguei nela, né e perguntei que que ela era, e aí eu fui descobrir.

Esse relato demonstra como a escola ainda precisa avançar na discussão da diversidade de gênero e sexualidade, em busca de tornar o ambiente escolar agradável e seguro para a existência de pessoas trans. A pessoa entrevistada não menciona que providências foram tomadas pela escola em relação ao *bullying* praticado pelos seus colegas de classe. Nesse sentido, a escola acaba sendo conivente com práticas violentas que promovem a exclusão dessas pessoas.

O conjunto dessas circunstâncias geram muitas das vezes conflitos irreconciliáveis seja sob a perspectiva das pessoas trans, seja sob a perspectiva dos familiares e dos atores sociais da escola. Isso fomenta a evasão escolar e a expulsão de casa ou em alguns casos a fuga de casa por conta própria desses adolescentes trans. A evasão escolar e a expulsão do seio da família condicionam essas pessoas a uma situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, visto que não possuem o amparo da família, nem em muitos casos a qualificação básica exigida pelo mercado de trabalho para a contratação formal de

trabalhadores. Em diversas passagens dos textos analisados, percebe-se pela fala de muitas pessoas trans ou de representantes de movimentos e organizações que defendem os interesses da população trans, que os elementos fundamentais do processo de exclusão social perpassam por esses momentos da infância, da adolescência e a convivência no ambiente escolar.

Dessa forma, as esferas da família e da escola no momentos da infância e adolescência dessas pessoas influenciam diretamente o processo de sua inserção no mundo do trabalho. Sendo assim, se uma pessoa trans não possui apoio familiar, provavelmente terá mais dificuldades para conseguir concluir os estudos, acessar o ensino superior e, conseqüentemente, conseguir um bom emprego com todas as garantias legais. Há alta probabilidade dessa pessoa necessitar recorrer à prostituição ou exercer atividades de trabalho informais e vulneráveis do ponto de vista das garantias previstas pela legislação trabalhista e da seguridade social.

Além disso, a literatura também indica que existem outros problemas associados à inserção no mercado de trabalho que devem ser levados em consideração juntamente com as questões apresentadas anteriormente. De acordo com Almeida e Vasconcellos (2018, p. 310), existem cinco desafios enfrentados pela população trans para conseguir acessar o mercado de trabalho formal: (i) preconceito e transfobia; (ii) documentos, tais como registro civil e certificado de reservista; (iii) uso de banheiro, vestiário e uniforme; (iv) baixa escolaridade e evasão escolar involuntária; e (v) linguagem corporal e verbal.

Alguns desses desafios já foram abordados anteriormente, de modo que cabe destacar os desafios que ainda não foram mencionados, como é o caso do preconceito e transfobia enfrentados pelas pessoas trans desde o momento de candidatura a uma vaga de trabalho, durante o processo seletivo até o cotidiano da atividade laboral. A transfobia no momento de pré-contratação é cometida de muitas formas, seja pela rejeição da inscrição de pessoas trans às vagas de trabalho disponíveis, sob a justificativa de que não há vagas quando na realidade há, seja pelo ar de desdém com que muitas pessoas se comportam quando uma pessoa trans coloca currículo em alguma empresa, ou até mesmo, pela contratação de uma pessoa cis que é menos qualificada do que uma pessoa trans que era candidata no processo seletivo (Souza, 2012, p. 77-79; Batista, Mendes, Silva e Mendonça, 2020, p. 159; Junior, Teixeira e Gritti, 2022, p. 15; Santos e Oliveira-Silva, 2021, p. 12). Em relação à transfobia sofrida após a contratação, é comum as pessoas trans sofrerem assédio no ambiente laboral, principalmente por parte dos colegas de trabalho, por meio de “piadas” e de comentários de cunho sexual, vinculados aos estereótipos das pessoas trans como pessoas promíscuas e sem

valor moral. Ainda sobre a transfobia sofrida no ambiente de trabalho no cotidiano, é comum que as pessoas trans sejam pressionadas pelas chefias a se vestirem, falarem e se comportarem de um modo com o qual elas não se identificam, ou seja, com a identidade cis atribuída a elas no momento do nascimento (Batista, Mendes, Silva e Mendonça, 2020, p. 154, 158-159; Rondas e Machado, 2015, p. 199)²⁰.

Além disso, uma situação específica da vivência dessa população é a dificuldade para retificar o seu nome nos documentos oficiais do estado. Isso gera mais um problema, visto que o mercado de trabalho apresenta resistência à contratação de pessoas trans em geral, especialmente aquelas que não possuem o nome ratificado (Moira, 2017, p. 62-64; Vasconcellos, 2018, p. 131-132; Magalhães, Silva e Oliveira, 2018, p. 50; Ferreira, 2017, p. 32-34)²¹. Outro problema é a questão do uso do banheiro, pois muitas empresas não se educaram sobre as questões de reconhecimento de gênero e sexualidade²², de modo que é comum trabalhadores trans serem proibidos de utilizar o banheiro conforme o gênero com o qual se autodeterminam e, nas vezes em que é permitido, sofrem frequentemente transfobia por parte de outros colegas de trabalho que utilizam o banheiro (Junior, Teixeira e Gritti, 2022, p. 8).

Dessa maneira, os elementos objetivos da baixa ou a ausência de qualificação profissional, bem como os documentos não retificados com o nome certo dessas pessoas, aliado ao elemento subjetivo da transfobia enraizada na cultura brasileira, relega essa população a um estado de marginalidade, cujos sintomas se expressam da seguinte forma: o exercício compulsório da prostituição²³ ou o exercício de alguma atividade laboral pertencente ao ramo da estética como cabeleireira/o, esteticista, marketing como atendente de call center ou ao ramo dos serviços gerais (Souza, 2012, p. 84-85,92).

Acerca do exercício dessas atividades informais de trabalho, cabe mencionar os trabalhos de Fleury (2020), Oliveira (2019), Oliveira (2016) e Marinho e Almeida (2019), os

²⁰ Acerca da transfobia no mercado de trabalho vale a pena consultar Dias e Souza, 2019 e 2022, pois esses textos apresentam os desafios enfrentados por uma mulher travesti que é professora; também consultar Ziliotto, Davies e Itaquí, 2021, para compreender o contexto discriminatório sofrido por pessoas trans qualificadas com o ensino superior. Acerca da pressão no mercado de trabalho para que uma pessoa trans se comporte de acordo com a cisheteronormatividade, consultar o trabalho de Martinelli, Queiroz, Araruna e Mota, 2018, sobre a passabilidade no mercado de trabalho e sua relação com a transfobia estrutural da sociedade.

²¹ A questão do nome social aparece na maioria dos trabalhos coletados, como por exemplo: Junior, Teixeira e Gritti 2022, p. 15; Villani e Ribeiro, 2019, p. 136-137; Fleury, 2020, p. 117; Oliveira e Rodrigues, 2018, p. 19.

²² Sobre a questão da contratação de pessoas trans por empresas, consultar Giorgi, Barbosa e Borges, 2017, p. 171.; acerca dos problemas enfrentados por essa população no ambiente organizacional consultar Cândido e Medeiros, 2021 e Melo, Oliveira, Silva, Pereira e Chiareto, 2022.

²³ Para um aprofundamento acerca da relação entre a população trans e o exercício da prostituição ver Gonçalves e Trujillo, 2020; Barbosa, Santana, Araújo, Moura e Lima, 2021, e Fonseca, Silva e Barbosa, 2021.

quais demonstram como não é por acaso que a população trans se concentra majoritariamente nas atividades da prostituição, cabeleireira/o, esteticista, marketing como atendente de call center ou dos serviços gerais. O processo de concentração dessa população nesses trabalhos é similar ao que acontece com a população cis feminina, visto que este último grupo também é maioria nos mesmos trabalhos. Dessa forma, a população trans exerce com mais frequência esses trabalhos, porque é vantajoso para as empresas contar com a sua mão-de-obra, visto que é um grupo estigmatizado socialmente e por ser assim, aceitará sem tanta resistência as péssimas condições de trabalho. Inclusive por questões de necessidade financeiras será capaz de tolerar a transfobia. O conjunto desses trabalhos, mas especialmente a dissertação de mestrado de Fleury que estuda os trabalhadores trans da área de telemarketing, demonstra que a ocupação da população trans sempre nesses mesmos postos de trabalho corresponde a um processo de invisibilização social. Pois, são trabalhos mal remunerados, estressantes e que não possuem tantas possibilidades de crescimento profissional, visto que as vagas são rotativas, ou seja, as pessoas são facilmente substituídas por outras.

Com base nessa contextualização dos aspectos da empregabilidade trans, bem como a partir dos dados apresentados no material bibliográfico percebe-se que há pouco espaço na pesquisa acadêmica para investigar os sonhos da população trans, e com razão, pois a maior parte dos estudos busca apresentar dados que informem o que acontece com essa população na realidade, visto que não há interesse por parte do estado brasileiro de buscar e fornecer esses dados.

Apesar de que a maioria dos estudos, com exceção dos estudos de Rondas e Machado (2015) e Oliveira e Rodrigues (2018), não tenha como objetivo principal saber os sonhos dessas pessoas, é possível identificar de maneira indireta quais são os sonhos dessa população. Percebe-se pela leitura do material bibliográfico, que devido a todos os problemas enfrentados durante o desenvolvimento desde criança até adulto, resta pouco a ser imaginado para essa população senão sonhar com algo tão básico, mas tão caro a ela como é o direito à vida, ao trabalho formal com todas as garantias da CLT, à saúde (Ferreira, 2017, p. 31-32; Rondas e Machado, 2015, p. 200; Villani e Ribeiro, 2019, p. 141; Fleury, 2020, p. 52, 171; Oliveira e Rodrigues, 2018, p. 13; Santos e Oliveira-Silva, 2021, p. 13-15).

Compreende-se da análise dos relatos que os sonhos dessa população em sua maioria correspondem à concretização da série de direitos expostos na Constituição Federal e tratados internacionais de direitos humanos. Isso por si só não é algo ruim ou errado, pelo contrário, considerando que a população trans é uma das mais assassinadas no Brasil, e

consequentemente, possuem menor expectativa de vida, é esperado que os anseios dessa população seja por consolidar os direitos assegurados formalmente pela lei.

Entretanto, não é possível ignorar que parte dos efeitos do contexto desfavorável no qual essa população vive, rebaixa as condições existenciais dessa população, em razão do hiperfoco que as pessoas trans são pressionadas a direcionar à questão da sobrevivência.

Não obstante seja essa conjuntura, ainda assim, é importante se perguntar quem são essas pessoas, o que desejam para si e para o mundo, para além da mera questão de sobrevivência e da efetivação dos direitos. Pois, interpretar a vivência dessas pessoas apenas pelo prisma da sobrevivência, é uma forma de retroalimentar o processo de exclusão social e em suma, o processo de desumanização estrutural ao qual estão sujeitadas. É nesse sentido que o conceito de sonhos surge como uma tentativa de discutir os outros elementos da existência dessa população que merecem atenção.

A homogeneização da história de vida de pessoas trans e o problema da alienação do e no mercado de trabalho

Com base no que foi apresentado no tópico anterior, é possível perceber uma certa similaridade entre as histórias de vida de pessoas trans, seja considerando as circunstâncias enfrentadas por elas durante o seu desenvolvimento nas fases da infância, juventude e adulta, seja considerando o aspecto específico da inserção no mercado de trabalho. É como se houvesse uma narrativa hegemônica que se impõe contra a autonomia dessas pessoas. Como se elas fossem obrigadas a seguirem um *script* sobre o qual elas praticamente não possuem prerrogativa para transformá-lo, conforme sua própria concepção. A análise dos sonhos da população do estado do Pará corrobora a essa conclusão da história de vida única das pessoas que compõem essa comunidade.

Junto a isso, há uma similaridade entre os sonhos dessa população: a garantia e concretização de direitos básicos como o direito à vida, ao trabalho e à seguridade social. Como dito anteriormente, o problema em si não está no fato da história dos sonhos da população trans ser pautada na defesa de direitos básicos, o problema reside na face oculta desse fato: a transfobia estrutural das instituições sociais deixa pouco espaço para que essa população imagine outros cenários e outras narrativas para suas vidas.

Embora a luta por direitos seja vital para essa comunidade, é necessário observar que o contexto no qual ela se desenvolve, surte um efeito negativo que é a alienação das pessoas trans. Do modo estrutural como a transfobia se apresenta no contexto brasileiro, até mesmo a resistência da comunidade trans é em parte condicionada por um poder normativo externo a ela.

A partir disso, é possível perceber a maneira como a alienação é experimentada por essa população de maneira específica, a partir da homogeneização de suas trajetórias de vida. Essa homogeneidade é desenvolvida por meio de uma força social que impõe à população trans a performance dos mesmos papéis sociais, os quais devem ser desempenhados sempre de uma forma pré-determinada, rígida e imutável. Isso limita a capacidade dessas pessoas de exercerem de outra maneira esses papéis (e até mesmo criar novos papéis) e consequentemente, bloqueia a possibilidade dessa população contar histórias mais diversas e enriquecidas sobre suas existências.

Sendo assim, parte do problema da exclusão social compulsória da população trans no Brasil é desenvolvida, por meio dessa homogeneização das histórias de vida dessas populações. Trata-se de um processo empobrecedor para a vida de maneira geral para todas as pessoas, sejam elas trans ou não, porque coíbe as pessoas de exercerem sua liberdade de traçar projetos de vida diferentes daqueles determinados antecipadamente. Contudo, os efeitos negativos desse processo de alienação são experimentados de maneira mais aguda como ficou demonstrado anteriormente, apenas pela população trans, pois é uma população que se contrapõe diametralmente às normas sociais de gênero estabelecidas. A existências de pessoas trans ameaça a própria existência desse sistema normativo e em última instância, o próprio mundo como nós o conhecemos.

Tendo em vista esse contexto, a investigação sobre os sonhos surge como um tema que pode contribuir para fornecer outros elementos à linguagem utilizada para debater sobre os problemas da população trans, assim como debater suas soluções. Nesse sentido, a ideia dos sonhos funciona como uma de tantas outras fontes da normatividade que se tem construído coletivamente para superar a cisheteronormatividade. A ideia dos sonhos pode contribuir para expandir e enriquecer o modo como a problemática da exclusão social compulsória de pessoas trans é acessada correntemente nos ambientes acadêmicos e públicos da sociedade brasileira.

Desse modo, busca-se com a narrativa dos sonhos contribuir para a superação da dicotomia inaugurada pelo pensamento filosófico político liberal da separação entre moral/justiça e ética²⁴. O que está em jogo quando se fala sobre os sonhos da população trans é a superação da ideia da garantia de condições mínimas que assegurem a sobrevivência dessa população, busca-se contribuir para transcender a mera tolerância da existência desse grupo na sociedade, a fim de se alcançar uma verdadeira transformação do modo como a sociedade como um todo encara não apenas a existência dessa população, como também a sua própria existência e o modo como o mundo é orientado e construído normativamente. Em resumo, a análise dos sonhos deve ajudar a perceber o modo como a alienação é experimentada pela população trans, bem como a acessar aspectos sobre os problemas enfrentados por essa população que não estão disponíveis por meio da linguagem corrente utilizada no âmbito dessa discussão.

²⁴ Consultar a introdução de *Critique of Forms of Life* (2018) de Rahel Jaeggi.

Capítulo 3

Sonhos, alienação e reificação: uma análise sobre a exclusão da população trans brasileira do mercado de trabalho

Por que é relevante saber os sonhos da população trans paraense e do Brasil como um todo? Em que isso colabora para o tema do acesso ao mercado de trabalho por essa população? E o que isso tem a ver com o problema da alienação? Neste capítulo, busca-se oferecer as respostas a esses questionamentos. Aliado às análises qualitativas dos capítulos 1 e 2, os quais respectivamente tratam das entrevistas da população trans entrevistada no âmbito do projeto de pesquisa do Censo Trans Pará, e da produção bibliográfica nacional relevante ao escopo deste trabalho, este capítulo busca discutir teoricamente como os dados analisados anteriormente permitem identificar o problema da alienação da população trans do e no mercado de trabalho.

O fenômeno analisado por este trabalho, a narração dos seus próprios desejos, revela-se como algo extremamente incômodo e desconfortável para as pessoas entrevistadas. É possível sentir, por meio das principais expressões que elas dizem quando são interpeladas com aquela pergunta "qual o maior sonho da sua vida?" O conjunto das expressões verbais e não-verbais utilizadas na resposta a esse questionamento indica que elas sentem perderem um pouco do próprio chão.

É como se aquela simples pergunta possuísse o condão de deslocar ainda que ligeiramente as pessoas entrevistadas do local comum ao qual estão enraizadas ou do papel social que a elas foi atribuído, sem que elas possuíssem a oportunidade de opinar. Isso é percebido pelo riso desconcertado de muitos, bem como a ênfase em expressões que revelam achar uma pergunta muito complicada para ser respondida assim de surpresa, alguns até mesmo revelam não conseguir responder, *porque acreditam que perderam a capacidade de sonhar*.

Como ficou demonstrado nos dois capítulos anteriores, em geral a vida das pessoas trans tem sido marcada por uma narrativa homogênea e imutável, constituída de uma série de papéis sociais atribuídos a elas com as suas diversas expectativas morais, as quais deverão ser cumpridas por elas nos mais diversos cenários que constituem a vida em sociedade. Na esfera laboral, percebe-se que a população trans exerce atividades informais como a profissão do sexo, cabeleireira, barbeiro, esteticista ou outra profissão inserida no âmbito da beleza, ou exerce atividades laborais no mercado de trabalho formal que se limitam a atendente de call-center ou trabalhadora de serviços gerais.

Como veremos a seguir, a alienação está aí, não exatamente no fato de existirem previamente papéis sociais pré-estabelecidos ao nascimento de cada sujeito e também não necessariamente no fato do exercício dessas atividades laborais, mas, sim, pelo fato de que o modo de funcionamento da performance desses papéis desapropria as pessoas de uma das capacidades elementares subjacente à ideia de pessoa: contar/fazer a própria história de si de um modo diferente do esperado.

Nesse sentido, uma história ou narrativas dos sonhos dessa população se tornam importantes, entre tantos outros motivos, porque nos contam não apenas o que efetivamente almejam, mas também o que deixam de almejar e os motivos pelos quais sonham e deixam de sonhar. Além disso, informa-nos sobre direitos formalmente assegurados, mas materialmente não concretizados e, especialmente, sobre o estado de vulnerabilidade existencial dessa população. Dito de outra forma, a história dos sonhos revela que a população trans está despossuída do *status* ou da qualidade que permite a ela oferecer e tomar razões na sociedade de modo a construir a sua vida e a do mundo.

Sendo assim, estudar sobre a alienação neste caso específico pode ser um ponto de partida interessante para pensar sobre essas questões morais, éticas e de justiça. Sobretudo, porque o que está em jogo quando se fala em alienação neste caso é quem pode ser considerado pessoa e, portanto, livre para narrar/fazer ou se apropriar da sua própria vida? Ou seja, que tipo de *status*, capacidades ou qualidades as pessoas trans podem possuir?

A seguir, essa discussão será apresentada em três partes. No primeiro tópico, busca-se introduzir o contexto teórico das compreensões do conceito de alienação e delimitar as noções de alienação que serão trabalhadas neste capítulo, por meio da apresentação do conceito de alienação oferecido pela autora suíça Rahel Jaeggi e do conceito de reificação do autor alemão Axel Honneth.

No segundo tópico, busca-se demonstrar como o referencial teórico apresentado pode colaborar para pensar os relatos dos sonhos de pessoas trans e a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, especialmente, a partir da ideia de Jaeggi sobre como os papéis sociais podem contribuir para a autodeterminação do sujeito na sociedade ou bloquear essa possibilidade, por meio da sua reificação.

O terceiro e último tópico do capítulo destina-se a trabalhar os aspectos que podem ser insuficientes no referencial teórico para lidar com as questões específicas da população analisada por este trabalho. Será apresentada brevemente a crítica da professora norte-americana Amy Allen à tradição da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, sobre a necessidade de decolonização da Escola. Em seguida, busca-se apresentar um esboço de como

o diálogo com a teoria transfeminista (especialmente a que se desenvolve no Brasil) pode não somente dar conta das deficiências teóricas identificadas, como também pode oferecer uma contribuição para pensar sobre a alienação da população trans do e no mercado de trabalho. Ao final deste capítulo, busca-se demonstrar como a alienação é experimentada especificamente pelas pessoas trans e como esse problema se constitui socialmente. Além disso, demonstrar como os sonhos dessa população devem ser interpretados não meramente sob um viés histórico narrativo, embora isso seja importante e necessário. Contudo, dado que este trabalho está inserido no âmbito das pesquisas de teoria da sociedade, esses sonhos também devem ser compreendidos como reivindicações normativas. O núcleo comum a essas reivindicações pode ser resumido da seguinte maneira: as pessoas trans no Brasil não desejam simplesmente ocupar um cargo de trabalho formal, apesar de que isso por si só já é algo extremamente difícil de ser alcançado. As pessoas trans querem exercer plenamente um trabalho, querem ter a prerrogativa moral e também o direito de poder ter a sua voz, a sua própria história levada em consideração de maneira séria enquanto exercem o papel social de pessoa trabalhadora, para criar e transformar a esfera do trabalho.

A polissemia da alienação: contextualização e delimitação conceitual

O conceito de alienação possui diversos sentidos a depender do momento histórico, do contexto e/ou da área do conhecimento a partir do qual se pressupõe a sua utilização. Por exemplo, na área da saúde, especificamente na medicina, o termo era frequentemente utilizado na psiquiatria que começou a se formar no final do século XVIII na Europa e no Brasil ganhou mais desenvolvimento no século XIX, tendo ganhado o *status* de disciplina autônoma em 1880 no ensino médico brasileiro (Oda, 2013, p. 632). A expressão alienação mental era utilizada pelos médicos que naquele contexto eram conhecidos como alienistas para designar pessoas que sofriam de alguma loucura mental²⁵ e que necessitavam de tratamentos médicos. Nesse sentido, o termo alienação sempre considerado a partir da ideia de saúde mental possui uma origem histórica no Brasil que está associada a construção de políticas estatais racistas, segregacionistas de higienismo social como é o caso da construção de manicômios²⁶.

²⁵ Contemporaneamente o termo loucura é pejorativo, mas naquela época era o termo utilizado na psiquiatria.

²⁶ Para mais informações sobre isso consultar o artigo de Oda, A. M. G. R. (2013, dezembro). A primeira tese brasileira sobre a alienação mental: leituras, plágios e ciência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 16(4), 630-641. Link: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142013000400011>; e o artigo de Oda, A. M. G. R., & Dalgalarondo, P. (2004). O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e

No âmbito do direito, o termo alienação normalmente se refere a um negócio jurídico, geralmente uma transação comercial que transmite a propriedade de um sujeito a outro²⁷ ou pode se referir a uma situação jurídica denominada de alienação parental que vem ganhando mais visibilidade no debate público com a promulgação da Lei N° 12.318 de 2010²⁸. De acordo com o artigo 2º desta lei, a alienação parental é qualquer prática que tenha como objetivo interferir na formação da criança ou do adolescente, e a construção do seu vínculo com seu genitor ou sua genitora. Essas práticas podem ser realizadas por um dos genitores, pelos avós ou por terceiros responsáveis²⁹.

O significado de alienação que será utilizado neste estudo pertence ao campo da filosofia. O conceito de alienação possui uma importância para a filosofia moderna, bem como de certa maneira para a pós-moderna, mas é importante considerar a pré-história gnóstica e cristã desse conceito filosófico (Melo, 2011, p. 5). Segundo essa pré-história, o pecado original da humanidade deu origem à alienação que consiste na separação do homem de Deus. Essa situação deu causa à “perda culposa de uma identidade original, a qual poderia ser retomada através da conversão” (Melo, 2011, p. 5). Conforme Melo (2011) indica, existe uma característica antropológica-filosófica no conceito de alienação vinculada ao mito das origens³⁰. Esse aspecto será retomado primeiramente pela filosofia de Hegel e posteriormente por Marx³¹.

Entretanto, é importante lembrar que o pensamento de Rousseau foi paradigmático para a história da teoria da alienação. Embora nunca tenha usado a palavra alienação, o seu pensamento estabeleceu as ideias principais desenvolvidas nas futuras teorias que se ocuparam da alienação. Uma primeira ideia importante é o ideal moderno de autenticidade que consiste em um estado harmônico com a sua própria natureza sem interferência de terceiro e uma segunda ideia importante de Rousseau é a liberdade social, um dos principais

necessidade de estudar a história da psiquiatria. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*, 7(1), 128–141. <https://doi.org/10.1590/1415-47142004001012>

²⁷ Termo amplamente utilizado em diversos artigos do Código Civil (Lei N° 10.406 de 10 de janeiro de 2002).

²⁸ A lei pode ser consultada pelo link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm

²⁹ Para mais informações consultar o artigo de Oliveira, R. P., & Williams, L. C. de A.. (2021). Estudos Documentais sobre Alienação Parental: Uma Revisão Sistemática. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 41, e222482. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222482>

³⁰ Para compreender alguns detalhes da influência do pensamento gnóstico e cristão no conceito de alienação, consultar a nota de rodapé nº 6 do artigo de Melo, S. V. de .. (2011). Alienação (Entfremdung) e Estranheza (Fremdheit): dois paradigmas culturais do ocidente. *Pandaemonium Germanicum*, (17), 1–24. <https://doi.org/10.1590/S1982-88372011000100002>

³¹ Para uma compreensão sobre como Marx entende as origens da alienação, o que inclui também a tradição judaico-cristã consultar o capítulo 1, Origens da concepção de alienação do livro *A teoria da alienação em Marx de István Mészáros* (2016).

objetivos do Contrato Social. Ambas as ideias guardam uma tensão entre si, porque o sujeito moderno experimenta um dilema entre perder a si mesmo na socialização moderna e ter de se encontrar novamente apenas pela sociabilidade com as demais pessoas, por meio da vinculação (ou submissão) da sua vontade ao Contrato Social. Contudo, é com base nelas que a ideia kantiana de autonomia e a ideia hegeliana de liberdade social se desenvolveram (Jaeggi, 2016, p. 6-8).

A *Phänomenologie des Geistes* (1807) de Hegel inaugurou um estudo sistemático sobre o fenômeno da alienação. Essa obra demonstra como a crise teológica na Europa, as crises e transformações sociais e políticas na França exerceram uma força no pensamento de Hegel, de modo que ele nos apresenta outras bases para pensar sobre o conceito de ser humano:

A dialética hegeliana não permite a persistência de *Fremde* e *Anderssein*, pois tudo que não é o **mesmo** [*das Selbst*] deve ser suprassumido. Na *Phänomenologie des Geistes*, a alienação é um momento imprescindível para o espírito. A consciência-de-si só é **algo** [*etwas*], só possui realidade, à medida que já se alienou, concomitantemente, só é uma unidade consigo mesma através do processo e movimento no qual se separa, se desmembra e se aliena de si mesma: “das Selbst ist sich nur als aufgehobenes wirklich” (HEGEL 1986: 365). O espírito [*Geist*] é o resultado da acumulação de momentos suprassumidos. A consciência-de-si **real** perpassa, através da alienação, o mundo real e retorna através deste a si mesma, para assim suprassumir a realidade. A consciência-de-si, ao produzir o mundo através da alienação, se comporta diante da sua criação como se esta lhe fosse estranha, daí a sua necessidade de re-apropriação. O indivíduo só possui realidade através da cultura, a qual, para Hegel, é alienação: “[...] seine wahre ursprüngliche Natur und Substanz ist der Geist der Entfremdung des natürlichen Seins” (HEGEL 1986: 364). (Melo, 2011, p.6)

Disso decorrem duas ideias, primeiro que Hegel inaugura na modernidade uma ideia de subjetividade que rejeita as noções de estranheza [*Fremde*] e alteridade [*Anderssein*], o que será rediscutido e desenvolvido pelos pós-modernos como Foucault, Deleuze e Derrida. Além disso, a forma como ele pensa a subjetividade exige necessariamente concordar que para o sujeito se tornar real, em um primeiro momento, ele deve experimentar um momento de perda da unidade que tinha consigo mesmo, por meio da sua autoexternalização [*Entäusserung*], para, em um segundo momento, se reapropriar daquilo que ele mesmo deu causa mas se tornou estranho [*Entfremdung*] a ele³².

³² Os termos autoexternalização [*Entäusserung*] e alienação ou estranhamento [*Entfremdung*] são termos utilizados por Hegel, cada um desses termos tem um significado distinto dentro da filosofia hegeliana conforme Musto (2021).

Segundo Jaeggi (2016, p. 8-9), Hegel é o responsável por “desenvolver o conceito de autorrealização no universal”. Assim, ele concordava com o diagnóstico de Rousseau acerca da desintegração e fragmentação da modernidade, porém se distanciava daquele na medida em que considerava que o cerne do problema não estava no fato da perda da individualidade do sujeito por meio da socialização, mas sim porque havia uma problema na relação indivíduo e sociedade: *perda da universalidade ética na vida social*. Desse modo, Hegel rejeitou o atomismo do pensamento de Rousseau que acreditava que a socialização moderna afastava o sujeito da sua essência, tornando-o menos autêntico. Em contraposição a isso, Hegel defendia que a existência do sujeito sempre pressupõe uma dimensão relacional. Disso decorre que para Hegel há uma equivalência entre o conceito de *liberdade* e o conceito de vida ética social, o que significa que as instituições sociais são condição *sine qua non* para a realização da liberdade e antes de tudo para que o indivíduo se reconheça enquanto tal. Desse modo, Hegel apresenta como elemento fundamental para lidar com a alienação o critério do sujeito se reconhecer nas instituições da vida ética social.

A partir disso, a teoria da alienação origina duas principais correntes de pensamento: a) a corrente existencialista representada por Heidegger e Kierkegaard, a qual concebe a alienação como um fenômeno ético-ontológico inerente ao existir humano, independente das condições sociais e de produção; b) a corrente marxista³³, representada por Marx, sendo a primeira teoria sociológica da alienação, concebendo-a como um problema psico-sociológico, decorrente das relações de produção da sociedade capitalista, que desenvolvem processos de apropriação falhos, a partir das influências de Rousseau, Feuerbach e Marx (Melo, 2011).

Essas duas correntes pós-hegelianas não guardam em comum entre si apenas a origem histórica, mas também outras características como por exemplo, Karl Marx e Kierkegaard recorrem ao conceito de *apropriação* como o oposto de alienação. Contudo, enquanto Marx se voltou ao estudo da economia e defendia que para superar a alienação o sujeito trabalhador deveria apropriar-se dos poderes inerentes a sua espécie (*species being*), Kierkegaard defendia que para o ser humano ser capaz de compreender o mundo como seu e que ele é o agente ativo que o constitui, era necessário se construir como um *ser humano singular*, que não recai nas “*tendências da sociedade burguesa contemporânea*”. Desse modo, ambas as correntes de pensamento parecem concordar que a nova sociedade que surge torna a vida do ser humano

³³ O livro *A teoria da alienação em Marx* de István Mészáros (2016) é uma boa interpretação da teoria de Marx, porque não recai na ideia de polarização entre as suas obras de juventude e as obras de maturidade e conseqüentemente, leva em igual consideração a importância filosófica, sociológica e econômica do pensamento de Marx. Mészáros resgata o pensamento de Marx das compreensões vulgarizadas de sua época.

empobrecida, de maneira que ele não se identifica com as atividades que realiza e não consegue se autoperceber diretamente como parte importante do processo de construção de sua vida e do mundo. Entretanto, apesar das similaridades, não se pode esquecer que ambas partem de compreensões distintas acerca da natureza humana na obra de Hegel. Sendo assim, enquanto para a corrente marxista a alienação surge sempre em relação ao mundo social, para a corrente existencialista, esse próprio mundo social ou público é a fonte da alienação (Jaeggi, 2016, p. 9).

Segundo Jaeggi (2016, p. 10), a sobreposição dessas teorias³⁴ foi analisada e desenvolvida pelo pensamento de György Lukács em *Reification and the Consciousness of the Proletariat* na década de 20, isso foi importante para o desenvolvimento da Teoria Crítica, principalmente da maneira como a primeira geração da escola concebia a Teoria Crítica³⁵.

A partir disso, de acordo com o diagnóstico identificado por Melo, que é reforçado por Musto³⁶, o conceito de alienação acabou sendo utilizado indistintamente para se referir a quase todos os problemas e situações insatisfatórias da sociedade, bem como passou por um processo de ideologização que instaurou na ideia de alienação um *pathos* revolucionário³⁷.

A utilização desmedida desse conceito guardava um problema igualmente sério que consiste na pressuposição de uma normatividade dogmática centrada em uma ideia muito fechada ou talvez fosse melhor falar em uma ideia reificada de sujeito, que serve como fundamento filosófico para tudo. Isso acaba recaindo nos problemas do essencialismo, do paternalismo e da visão única de forma de vida.

A partir desse contexto, verifica-se que o conceito de alienação envolve a discussão sobre os principais temas pautados desde a modernidade, como a ideia de sujeito ou ser humano, as condições de realização da liberdade individual e social, a função das instituições

³⁴ O capítulo 2 de *Alienation* merece ser consultado, porque apresenta com mais detalhes as conexões possíveis entre o pensamento marxista e existencialista, especificamente o de Heidegger. É a partir das sobreposições das perspectivas dessas duas teorias que Jaeggi inicia a sua proposta para a teoria crítica da alienação.

³⁵ Em relação à importância da teoria de Lukács sobre reificação, juntamente com o conceito de alienação, para a formação da Teoria Crítica. Axel Honneth retoma a teoria da reificação de Lukács no seu livro *Reificação* (2018) para desenvolver algumas dimensões desse conceito que o pensamento de Lukács não elaborou.

³⁶ Consultar *Karl Marx's Writings on Alienation* de Marcello Musto (2021). Sobre tudo o capítulo 1 *Alienation Redux: Marxian Perspectives*, no qual Musto demonstra como o conceito de alienação foi redescoberto por conta do texto *História e Consciência de Classe* de György Lukács em 1923 e especialmente por conta do aparecimento em 1932 dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844, obra de juventude de Marx. Esses fatos deram causa a uma ampla utilização do conceito de alienação, de maneira desmedida, sobre isso consultar p. 21-28.

³⁷ *Pathos* revolucionário é a expressão utilizada por Melo (2011) na página 7, quando está descrevendo o processo de vulgarização do conceito de alienação.

sociais para garantir a realização da liberdade. Conforme Melo (2011, p. 3), o conceito de “alienação está para a modernidade como o conceito de estranheza está para a pós-modernidade”, constituindo cada qual dois paradigmas culturais do Ocidente. De acordo com Melo, o primeiro está baseado em uma ideia de identidade, informada pelos ideais universais do Iluminismo e pelo romantismo, o que impõe uma necessidade de desconstruir o conceito de alienação, visto que está limitado à ideia das dicotomias “dicotomias racionalistas sujeito/objeto, original/cópia, falso/verdadeiro, entre outras”³⁸. O segundo conceito constitui o “campo semântico do Outro e da alteridade”, o que gera o desafio de não considerar um objeto pré-definido.

A teoria crítica de Rahel Jaeggi

É diante desse contexto da história da filosofia que o trabalho de Rahel Jaeggi se insere como uma tentativa de reconstruir e atualizar o conceito de alienação de maneira a apresentar uma proposta conceitual que escape às insuficiências teóricas conforme apresentado por Melo (2011).

A argumentação de Jaeggi não exclui a extensão que o conceito de alienação ganhou ao longo do tempo. Ao introduzir o leitor à discussão da alienação, a autora afirma que esse conceito possui limites incertos, porque possui uma relação muito direta com a realidade social. De modo que é comumente utilizado por pessoas e movimentos sociais para descrever uma diversidade de situações como por exemplo: pessoas que vivem de maneira inautêntica, artificial apenas reproduzindo os desejos determinados por outras pessoa; pessoas que não se identificam com aquilo que realizam, apenas o fazem de maneira instrumental ou que mantêm relações com outras pessoas pelo mesmo motivo; para descrever a perda de envolvimento social por parte de algumas pessoas de alguma esfera da sociabilidade; descrever a despersonalização e a reificação de relações entre as pessoas como é o caso das relações sociais mediadas pelo dinheiro; para descrever a ideia de totalidade do ser humano que desenvolve atividades laborais específicas em uma divisão do trabalho especializada; para descrever instituições que não dedicam espaço para a ação livre do sujeito, tornando a existência das relações um processo independente das pessoas que o vivenciam; e por último

³⁸ Essa crítica serve às correntes existencialistas e marxistas.

cita a vivência do *absurdo*, compreendido como desenraizamento e falta de sentido como as situações vividas pelos personagens de Franz Kafka, Samuel Beckett e Albert Camus (Jaeggi, 2016, p. 4-5).

Não obstante os diversos usos da palavra, Jaeggi apresenta os elementos principais da teoria crítica da alienação que a tornam relevante para a teoria crítica da sociedade. Segundo ela, a alienação é uma esquema interpretativo que colabora para a compreensão e articulação da relação de uma pessoa consigo mesma e com o mundo. Esse esquema é importante para tornar visível conexões entre fenômenos que não são autoevidentes, mas podem guardar uma relação entre si. Com base nisso, ela discorre sobre três características principais: a) trata do problema da perda de sentido, do empobrecimento da vida, mas sempre vinculado à perda de poder e impotência; b) a alienação é uma relação de dominação, mas que não é suficientemente bem interpretada pelos conceitos de falta de liberdade e heteronomia; c) significa desconexão ou estranheza (*alienness*), mas essa estranheza é diferente de uma simples perda de relação (Jaeggi, 2016, p. 22).

Cada um desses elementos apresenta questões que são reivindicadas pela crítica contra a teoria crítica da alienação, porque podem recair em uma compreensão paternalista e essencialista seja pela via da adoção de valores pré-modernos expressos pela filosofia antiga que constituem o *telos* da essência humana ou pela via do pensamento hegeliano-marxista, que a partir da filosofia da história determina a ideia humanista de um sujeito que é autotransparente e autodirigido. Diante desses riscos, as principais teorias que se contrapõem à teoria crítica da alienação é a tradição do liberalismo rawlsiano e a crítica do pós-estruturalismo. Esta última se contrapõe à ideia de pressuposição do conceito de sujeito e aquela primeira rejeita as concepções objetivas de vida boa (Jaeggi, 2016, 27-28).

Da perspectiva das teorias liberais, a crítica da alienação parece pressupor um critério objetivo que supera a soberania do sujeito para interpretar por si mesmo no que consiste a vida boa e se de fato ele é alienado (Jaeggi, 2016, p. 28). É nesse sentido, que a alienação é acusada de ser uma teoria ética perfeccionista, porque determina objetivamente o propósito da natureza humana que deve ser realizado (Jaeggi, 2016, p. 29). Essa concepção é inaceitável do ponto de vista liberal, porque com a fundação da moralidade moderna, defende que cabe a cada pessoa individualmente considerada decidir como viver a sua própria vida, cada pessoa é soberana a respeito de como interpretar a sua própria vida.

Em relação às teorias liberais, Jaeggi considera que os conceitos de dignidade e autonomia da maneira tradicional pela qual são pensados, não são suficientes para lidar com questões que fragilizam a realização da liberdade individual, mas ao mesmo tempo não podem ser classificadas como meras violações, coerções ou manipulações da vontade das pessoas. Em contrapartida, o conceito de alienação parece dar conta de situações ambivalentes que colocam em evidência as relações entre *liberdade e significado*, *autodeterminação e autorrealização* (Jaeggi, 2016, p. 23). A teoria crítica da alienação, ao menos conforme a proposta da autora, oferece uma compreensão mais complexa e útil ao desenvolvimento de uma teoria crítica da sociedade, porque identifica que em situações de alienação o sujeito que a experimenta é ao mesmo tempo a *vítima* e o *culpado* (Jaeggi, 2016, p. 24). Dessa forma, diferentemente do que a tradição liberal discute, o problema da liberdade não é meramente um problema de dominação explícita, em que é possível identificar um sujeito que impõe a sua vontade à vontade do dominado ou manipula a vontade desse. Desse modo, há na verdade uma heteronomia estrutural que embora não seja possível identificar exatamente a autoria do poder dominador, deixa claro que é possível perceber práticas e dinâmicas que retroalimentam as situações alienantes, a partir de dinâmicas em que o sujeito ao mesmo tempo em que sofre com uma dinâmica alienante, também é responsável por reproduzir essa dinâmica. Com isso, Jaeggi deixa claro que um dos grandes ganhos da teoria crítica da alienação é conseguir estabelecer relações que à primeira vista não são tão claras ou evidentes assim, com a intenção de desnaturalizar aquilo que é tido como o padrão, a razão óbvia.

Há também aí uma discordância da autora em relação à neutralidade ética que a tradição liberal defende. Jaeggi demonstra especialmente com o seu livro *Crítica de Formas de Vida* que a rejeição da discussão teórica nos termos de uma teoria crítica da alienação parece bloquear uma discussão pública mais ampla e séria sobre os problemas das formas de vida em que as pessoas estão engajadas.

É possível afirmar que pela forma como Jaeggi constrói a argumentação do seu livro sobre alienação e na sequência o livro sobre formas de vida³⁹, que a tradição liberal parece opor uma barreira muito mais forte ao projeto teórico que ela defende e está tentando construir, sendo assim, a filosofia liberal é o principal interlocutor de sua teoria. Talvez por esse motivo, a maior parte do livro é uma defesa muito forte do conceito de alienação contra

³⁹ Para uma boa compreensão reconstrutiva e introdutória a essa parte do pensamento de Jaeggi, consultar a dissertação de Rafael Theodorio Zanvettor com o título *A crítica imanente de Rahel Jaeggi: entre a ontologia pragmática e a dialética da história*, 2020.

as acusações do pensamento liberal, o que pode ser verificado principalmente pelo diálogo travado com autores dessa tradição. É por essa razão que as respostas à crítica pós-estruturalista do sujeito aparecem de modo difuso ao longo do livro e quando surgem de uma forma mais concentrada ao final do livro *Alienation*, não é tão bem desenvolvida.

De qualquer forma, em relação à crítica pós-estruturalista, a principal resposta da autora é que é possível entender o sujeito de maneira não capturada (ou constituída) absolutamente pelo poder como pensa Foucault⁴⁰, a partir de uma compreensão formal da constituição da vontade do sujeito. Isso fornece uma boa resposta ao problema apresentado pelo pós-estruturalismo, na medida em que apresenta uma ideia de sujeito que ainda vale a pena de ser pensada, porque constitui um parâmetro importante para contrapor a alienação, demonstrando que o sujeito não é completamente socializado por poderes alienantes que diminuam a sua capacidade de opor esses poderes. Além disso, apresenta um parâmetro que ainda guarda em si em algum nível uma compreensão fixa, objetiva e determinada, que merece ser considerada, porque não é uma compreensão tão rígida e objetiva como pensam os liberais. Por essa razão (e as outras apresentadas anteriormente) é que vale a pena retornar à discussão da alienação.

Diante desses problemas, para revitalizar a teoria crítica da alienação, ela propõe uma compreensão que dê conta dos aspectos importantes das correntes existencialista e marxista, bem como das críticas opostas pela tradição liberal e a filosofia pós-estruturalista. Segundo a sua perspectiva, a alienação ocorre quando um sujeito experimenta uma relação deficiente com a capacidade de se apropriar adequadamente da relação que mantém consigo mesmo, com os outros e/ou com o mundo. A autora recorre ao parâmetro normativo desenvolvido por Ernst Tugendhat no texto *Antike und Moderne Ethik* no livro *Probleme der Ethik* (1986)⁴¹, no qual ele desenvolve a compreensão formal de saúde psicológica. Esse conceito consiste na ideia de que a subjetividade de uma pessoa possui uma capacidade funcional de desejar. Essa capacidade funcional pode sofrer deficiências, o exemplo de Tugendhat é o comportamento

⁴⁰ Consultar Jaeggi, 2016, p. 30-31, onde a autora apresenta como o pensamento de Foucault não apenas se contrapõe à uma ideia essencialista do sujeito, mas sim à própria ideia de subjetividade pressuposta pela crítica da alienação. Porque para Foucault a crítica da alienação acredita na existência de um sujeito que está desvinculado das mediações dos poderes sociais, o que segundo ele não seria possível. Dessa forma, de acordo com uma citação direta de Judith Butler, para o pós-estruturalismo a alienação é inerente à própria sociabilidade de modo que não resta espaço para pensar uma ideia de sujeito que possa se contrapor à alienação. Apesar disso, a obra de Jaeggi não permite afirmar que há uma forte contraposição entre o seu pensamento e o pensamento pós-estruturalista, porque dá margem para pensar que a sua teoria acolhe (apesar de que com algumas ressalvas) muito mais algumas ideias e críticas pós-estruturalistas do que em relação à teoria do liberalismo filosófico.

⁴¹ Tradução livre do nome do capítulo *Ética Antiga e Moderna*; tradução livre do nome do livro *Problemas de Ética*.

compulsivo. O comportamento compulsivo coloca em cheque um elemento crucial para Tugendhat que é *ter-se sob seu próprio comando* (*having oneself at one's command*). A abordagem de Tugendhat pode ser classificada como *subjetivismo qualificado*, que consegue fornecer um parâmetro imanente à vontade do sujeito, mas ao mesmo tempo não recai em uma posição relativista, porque encontra na *capacidade funcional do desejo* um critério intermediário entre o subjetivismo e o objetivismo (Jaeggi, 2016, p. 33-34).

Além do aspecto imanente do desejo ou da vontade, outra característica importante é a ênfase na *forma* ou no *como* essa vontade é constituída. A vontade do sujeito precisa ser qualificada como uma volição verdadeira, ou seja, não basta que a vontade possa ser imputada à autoria do sujeito, ela necessita ser constituída sem estar submetida às limitações internas à subjetividade desse sujeito. Segundo Jaeggi, “eu devo ser livre naquilo que eu quero”, isso significa que a discussão sobre a alienação não produz um discurso sobre o que exatamente as pessoas devem desejar para superarem a alienação, mas sim como as pessoas devem constituir sua vontade. O modo como Tugendhat propõe pensar a subjetividade privilegia pensar que o critério para identificar a alienação é saber se o modo como as pessoas constituem e realizam seus desejos e vontades em relação a si e ao mundo não são livres ou autodeterminados (Jaeggi, 2016, p. 34).

Sendo assim, a alienação é uma forma específica de perda de liberdade, especificamente o tipo de liberdade denominada por Isaiah Berlin (1969) como liberdade positiva. A liberdade positiva consiste na capacidade de realizar um objetivo determinado. É nesse sentido que se contrapõe à ideia de liberdade negativa que consiste na mera ausência de coerção externa. Essa forma de compreender a alienação sob a perspectiva da liberdade positiva não recai em uma perspectiva romantizada de que o ser humano é capaz de construir do zero todas as suas relações sociais, mas sim que ele vive em um contexto de constante negociação que o possibilita estabelecer relações nas quais ele se identifica ou seja, sente que tais relações fazem parte da sua subjetividade mas ao mesmo tempo essas relações são da forma como são em razão das marcas deixadas pela subjetividade do sujeito (Jaeggi, 2016, p. 35).

Para discutir com mais profundidade essas questões que constituem o conceito de alienação como a subjetividade, a vontade (livre), a liberdade (positiva), a responsabilidade,

Jaeggi apresenta quatro casos hipotéticos⁴²: a) o matemático que se torna pai e se muda para uma localidade suburbana e percebe que a sua vida seguiu um caminho que foi e ao mesmo tempo não foi escolhido por ele; b) o jovem editor que trabalha em uma empresa e acaba reproduzindo certos comportamentos já pré-definidos no seu meio de trabalho, ele reproduz especialmente os comportamentos de seu chefe ainda que isso diminua a sua autenticidade; c) a mulher feminista que se sente dividida entre os valores feministas que defende publicamente e os comportamentos e sentimentos anti-feministas experimentados no seu relacionamento com o seu namorado; d) e o acadêmico que se torna indiferente às suas atividades profissionais anteriores, sente uma perda de sentido em tudo.

A partir de cada um desses casos, são expostas as características mais importantes do conceito de alienação: a) embora a pessoa viva uma dada circunstância que dependeu das suas próprias escolhas, há uma sensação de falta de identificação com o estado em que se encontra vivendo, o qual foi fruto daquelas decisões; b) embora não tenha acontecido nenhuma situação explícita de coerção, a pessoa sente como se existisse uma força oculta ou anônima que a impele a tomar determinadas decisões ou ela sente como se a sua vida assumisse uma dinâmica que é independente da sua própria escolha; c) a sensação de viver uma vida artificial, incompleta que não é autêntica, que não faz jus ao que a pessoa é de fato; d) a sensação de estar internamente dividido; e) a sensação de indiferença a tudo.

A partir disso, percebe-se que analiticamente a alienação pode ser uma relação de apropriação deficiente do sujeito consigo mesmo, com os outros e com o mundo. Desse modo, o termo alienação pode ser utilizado de maneira genérica para descrever diversas situações que apresentem esse tipo de problema nas relações de apropriação, conforme os conceitos de *capacidade funcional da vontade*, *subjetivismo qualificado* e liberdade positiva (Jaeggi, 2016, p. 36). Entretanto, esse termo genérico inclui muitos outros conceitos que descrevem com maior precisão os fenômenos alienantes, por exemplo: a reificação, inautenticidade e anomia⁴³. Poderíamos acrescentar também: a indiferença, a instrumentalização, o absurdismo, a artificialidade, o isolamento, a falta ou a perda de significado e a impotência⁴⁴.

A solução geral para fenômenos de alienação está na ideia de estabelecer uma relação de apropriação adequada. Para realizar esse objetivo, a proposta teórica de Jaeggi exige a

⁴² Cada um dos casos podem ser consultados respectivamente nos capítulos 5, 6, 7 e 8 da parte 2 do livro *Alienation*.

⁴³ Ver Jaeggi, *Alienation*, p. 3.

⁴⁴ Ver Jaeggi, *Alienation*, p. 5.

concordância com algumas ideias. Uma das principais ideias é assumir que não é possível se engajar em uma relação de apropriação seja ela qual for, pressupondo uma ideia essencial de sujeito, preexistente ao processo de apropriação. Nesse caso, o sentido de apropriação consiste em um processo contínuo e aberto a transformações, que não pode ser resumido a um sistema fechado, constituído previamente de características específicas e imutáveis (Jaeggi, 2016, p. 40).

Decorre dessa perspectiva, que ao se afirmar que uma pessoa está alienada, não significa que ela perdeu a sua essência, porque na verdade não há sequer uma essência para ser perdida em um primeiro momento conforme a abordagem da autora. Portanto, atrás de qualquer situação de alienação não há nada pré-constituído para ser resgatado pela pessoa alienada. De acordo com essas ideias, o sujeito ou *self* não pode ser interpretado como uma coisa ou um dado objetivo da natureza, porque subjaz ao sujeito a ideia de possibilidades, ou seja, poder transformar-se enquanto pessoa. Ao mesmo tempo, o sujeito não é algo completamente indefinido, ao qual não conseguimos nos referir com ideias ou atribuir adjetivos específicos. Em outras palavras, a subjetividade de uma pessoa é descoberta ou melhor dizendo, *criada* durante o fazer de si mesma ou o narrar de si mesma (Jaeggi, 2016, p. 37-39).

Sendo assim, afirmar que uma pessoa é alienada só significa dizer que a maneira como ela está criando ou narrando a si mesma, ou seja, vivendo os seus processos de apropriação não produz novos horizontes de possibilidade para ela. Pelo contrário, bloqueia cada vez mais a chance de construir novas situações para experimentar a sua vida. Nesse sentido, somos capazes de identificar as situações de alienação não porque sabemos a essência de quem somos ou de quem os outros são, mas sim porque identificamos a ausência de determinadas condições mais ou menos formais e objetivas necessárias para realizar uma relação de apropriação adequada.

As condições necessárias para realizar adequadamente uma relação de apropriação podem ser descritas da seguinte forma: a) sentir-se presente na própria vida; b) desempenhar um papel ativo na construção de si mesma, sendo que esse papel ativo não quer dizer que necessariamente a pessoa consiga decidir cada detalhe da sua vida. Entretanto, isso não necessariamente precisa ser um óbice à sua plena realização no mundo; c) ser capaz de narrar uma história que é mais ou menos coesa e coerente, no sentido de que a pessoa consegue se

identificar com os diversos processos que ela experimentou⁴⁵. Sendo assim, a superação da alienação envolve não reduzir a sua subjetividade a situações de mera instrumentalização⁴⁶, ou seja, viver apenas processos classificados como meio para um fim. A pessoa não alienada é aquela que consegue identificar os processos que servem como meio para um fim, e os processos que efetivamente gozam da realização do objetivo almejado.

De acordo com Buriel (2016), Jaeggi não apresenta as razões sociais para esse cenário de alienação, ela não apresenta um diagnóstico do seu tempo que justifica e ajuda a entender o que ela quer dizer com a sua teoria crítica da alienação. Embora seja possível concordar com essa crítica⁴⁷, é possível oferecer uma resposta a partir do modo como se dá o desenvolvimento do pensamento da autora suíça. Talvez, a primeira razão pela qual ela não nos oferece um diagnóstico que torne possível afirmar que a sociedade está vivendo em condições de alienação consiste na ideia de que este não é o objetivo primordial do seu trabalho. Isso pode ser e é questionado, mas parece ser uma das principais razões que justificam o tipo de análise que ela nos fornece.

O livro, que foi traduzido para a língua inglesa em 2014 e publicado sob o título *Alienation*, na verdade, foi escrito em 2005 sob o título *Entfremdung: Zur Aktualität eines sozialphilosophischen Problems*⁴⁸ como aquilo que seria para nós a tese de doutorado de Rahel Jaeggi. Na versão inglesa do livro, há uma advertência do próprio tradutor que dialoga bastante com a crítica de Buriel. O tradutor Frederick Neuhouser justifica o título do exemplar em inglês ter sido reduzido a apenas alienação, justamente porque o título em alemão do livro criava uma expectativa de que a autora forneceria uma espécie de análise sociológica sobre situações específicas que aconteciam na época em que ela escrevia que demonstrariam exatamente como a alienação se desenvolvia. Contudo, não é isso que se encontra no livro⁴⁹.

A partir do conteúdo desse livro e de outros trabalhos de Jaeggi, é possível afirmar que ela não está preocupada em oferecer um diagnóstico que possa ser usado por outros estudiosos para realizar as suas pesquisas. Em vários de seus trabalhos, fica evidente que a sua

⁴⁵ É possível chegar a essas conclusões, a partir do que a autora expõe nos capítulos 5, 6, 7 e 8, quando apresenta os quatro casos hipotéticos.

⁴⁶ É importante esclarecer que isso não significa que todos os processos instrumentais são alienantes. Isso depende do contexto onde esses processos ocorrem e se são predominantes.

⁴⁷ Este não é o objetivo deste tópico, porque neste primeiro momento o que importa é apresentar os principais aspectos da teoria e oferecer ao leitor a sua melhor interpretação possível. Portanto, as críticas serão apresentadas e desenvolvidas posteriormente.

⁴⁸ Tradução livre nossa: Alienação: sobre a atualidade de um problema sócio-filosófico. A sua tese foi publicada como livro em 2016 sob o mesmo título pela Suhrkamp Verlag.

⁴⁹ Consultar Jaeggi, *Alienation*, 2016, p. xv.

preocupação é resgatar alguns dos conceitos que julga necessários para avaliar os nossos problemas atuais, mas que foram deixados de lado dentro da teoria crítica. Esses conceitos são, por exemplo: a alienação, a ideologia e o capitalismo. Isso pode ser percebido tanto pela leitura do seu livro sobre alienação, quanto do livro posterior intitulado na versão original em alemão como *Kritik von Lebensformen* (2014)⁵⁰, bem como pela leitura de outros textos da autora como por exemplo: *Re-Thinking Ideology*⁵¹, *Was ist eine (gut) Institution?*⁵² e *Was wenn überhaupt etwas ist falsch am Kapitalismus? Drei Wege der Kapitalismuskritik*⁵³.

Nesse sentido, quando ela retorna a discussão desses conceitos, ela faz uma análise metacrítica sobre quais são as bases pelas quais devemos compreendê-los. Dessa maneira, não demonstra caso a caso como trabalhar com eles. Entretanto, isso não impede que esses conceitos sejam utilizados em situações específicas por outros pesquisadores ou por quem quer que seja que esteja preocupado em endereçar questões concernentes aos conceitos resgatados.

De toda forma, a partir de uma interpretação mais abrangente dos trabalhos da autora, é possível pensar que o diagnóstico poderia ser o seguinte: está em funcionamento uma forma de vida dominante que é o capitalismo, o qual assim como as demais formas de vida (que buscam resisti-lo), se orienta por uma normatividade de natureza ético-funcional cujo objetivo é resolver problemas. No processo de resolução desses problemas podem surgir respostas que envolvam uma série de discordâncias morais, mas que dada a normatividade das formas de vida, produz um certo nível de estabilidade, o que resulta na manutenção da forma de vida capitalista. Isso não quer dizer que essas respostas não estejam abertas à discordância, pelo contrário, não apenas estão abertas à discordância como já são efetivamente criticadas. Entretanto, a maneira como Jaeggi propõe que a crítica da teoria social seja realizada não recai em uma crítica imanente moral, mas sim de tipo imanente pragmático que observa a

⁵⁰ Tradução livre nossa: *Crítica de Formas de Vida*. Versão traduzida para a língua inglesa é *Critique of Forms of Life* (2018).

⁵¹ Versão inglesa: *Re-Thinking Ideology*, in: *New Waves in Political Philosophy*, Christopher Zurn/Boujdewijn de Bruijn (Ed.), (Palgrave, Fall 2008); Versão alemã: "Was ist Ideologiekritik? ("What is ideology critique?") in: *Was ist Kritik? (What is Critique?)*, Rahel Jaeggi and Tilo Wesche (Ed.), Frankfurt (Suhrkamp) 2009. Versão em língua portuguesa: *Repensando a ideologia*, in: *Civitas*, 1/2008, Porto Alegre.

⁵² Versão alemã: "Was ist eine (gute) Institution?" ("What is a (good) institution?") in *Social Philosophy and Critique*, Rainer Forst, Martin Hartmann, Rahel Jaeggi, and Martin Saar (Ed.), Frankfurt a. M. 2009. Versão inglesa:

⁵³ Versão alemã „Was (wenn überhaupt etwas) ist falsch am Kapitalismus? 3 Wege der Kapitalismuskritik“ ("What (if Anything) Is Wrong with Capitalism? Three Paths of the Critique of Capitalism"), Working Paper 01/2013 of the DFG-Kolleg research group Postwachstumsgesellschaften, Jena 2013. Versão inglesa: "What (if Anything) is Wrong in Capitalism- Dysfunctionality, Exploitation and Alienation: Three Approaches to the Critique of Capitalism", in: *The Southern Journal of Philosophy*, Volume 54, Issue Supplement S1, The University of Memphis, September 2015. Versão em português:

normatividade ético-funcional do capitalismo. Parece que esse tipo de normatividade atribui às ideologias um papel importante que estrutura o capitalismo, porém ao mesmo tempo mina a sua existência produzindo distorções como os fenômenos de alienação que alimentam um ciclo vicioso e fortalece a manutenção do capitalismo⁵⁴.

Contudo, essa é apenas uma hipótese de como a teoria de Rahel Jaeggi pode ser articulada contra a crítica sobre o seu déficit sociológico⁵⁵. A crítica do déficit sociológico ou etiológico formulada por Buriel (p. 11) é inspirada por Christoph Zurn (2015)⁵⁶ e consiste em “um diagnóstico completo de uma patologia social precisaria descrever o sofrimento em questão (sintomatologia), identificar a disseminação social dele (epidemiologia), apontar as causas que o provocaram (etiologia) e, por último, propor um modo de superá-lo (terapia)”. Com base nisso, Buriel considera que tanto a teoria de Jaeggi quanto a teoria de Honneth, possuem “uma rica descrição sintomatológica das patologias abordadas, mas também um claro déficit etiológico - para não falar de uma ausência completa de uma terapia”. Em outras palavras, isso significa que essas teorias descrevem muito bem os problemas que analisam, mas ao descrever esses problemas não explicam os motivos e as causas que justificam a tese de que as pessoas estão alienadas ou reificadas.

Não obstante a crítica seja válida e possa permanecer, isso não parece diminuir a importância das questões fundamentais da crítica da alienação, que funciona como um “*esquema interpretativo*” (Jaeggi, 2016, p. 22) cujo objetivo é “*analisar as circunstâncias da formação da vontade, nas quais as práticas sociais se estruturam e se desenvolvem*” (Jaeggi, 2016, p. 37). Nesse sentido, os “*objetos a serem examinados são os atos existenciais ou os seres humanos no que eles fazem e desejam, não o que eles são ‘em essência’*” (Jaeggi, 2016, p. 40). Desse modo, a teoria crítica da alienação é uma forma de crítica imanente que faz parte de uma cultura moderna que consegue identificar e lidar com as “discrepâncias entre as reivindicações dos ideais modernos da liberdade e efetivamente a sua realização” (Jaeggi, p.

⁵⁴ É importante ressaltar que os fenômenos de alienação e de ideologia não parecem ser adotados por Rahel Jaeggi como fenômenos exclusivos de formas de vida capitalistas. O pensamento da autora é bastante ambivalente acerca do aspecto político, de forma que diversas passagens dos seus textos nos permitem pensar que se estivéssemos diante de formas de vida socialistas ou de outro tipo, ainda seria possível identificar e ter de lidar com ideologias e fenômenos de alienação, ainda que se manifestem em outras condições sob outras formas de vida.

⁵⁵ Vale a pena conferir a tese de doutorado de James William Santos intitulada *Genealogy as Immanent Criticism of Forms of Life* (2021), pois na medida em que ele propõe um modelo para Teoria Crítica que alia a Teoria Crítica de Formas de Vida de Jaeggi à uma compreensão metodológica da genealogia de Nietzsche revisitada pelo diálogo com outros autores como Martin Saar, Foucault, Koopman, Allen e Rosa, ele parece fornecer elementos para pensar uma resposta mais madura à crítica de Buriel.

⁵⁶ ZURN, Christopher. Axel Honneth. Cambridge: Polity, 2015.

41). Em última instância, compreender como ocorre a perda da liberdade ou a perda da capacidade de se apropriar dos próprios termos sobre os quais a sua própria vida é vivida.

No caso do tema estudado neste trabalho, é possível afirmar que o conceito de alienação pode contribuir para aprofundar o conhecimento sobre os problemas enfrentados pela população trans no Brasil, sobretudo se articularmos o conceito de alienação proposto por Jaeggi com alguns dos aspectos da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, a partir da sua teoria sobre a reificação apresentada a seguir.

A teoria crítica de Axel Honneth: a reificação e a teoria do reconhecimento

Outro conceito que está intimamente relacionado à ideia de alienação é o conceito de reificação. Como dito anteriormente, a reificação pode ser compreendida, se for pressuposta a teoria crítica da alienação de Jaeggi, como um fenômeno específico de alienação. A especificidade da reificação está no fato de que algum aspecto da vida em sociedade se enrijece e passa a ser visto como uma coisa sob a qual o ser humano nada pode fazer para modificar, para torná-la diferente do que é.

A partir das aulas de Axel Honneth nas Tanner Lectures na Universidade de Berkeley em março de 2005, foi publicado um livro sobre o conceito de reificação, intitulado em alemão como *Verdinglichung - Eine anerkennungstheoretische Studie*, a partir do qual a versão traduzida em português foi publicada como *Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento* (2018). O livro é escrito em uma forma de ensaio e conta com comentários de Judith Butler, Raymond Geuss e Jonathan Lear, que foram os debatedores de Honneth nas aulas em Berkeley.

O objetivo de Honneth é revitalizar o conceito de reificação, tendo em vista os problemas contemporâneos. A reificação lida com diversos assuntos importantes não somente para o marxismo ocidental como também para a Teoria Crítica. Nesse sentido, Honneth (2018, p. 19) afirma que buscou em *Reificação* “tornar o conceito de reconhecimento frutífero para um tema que até hoje pertence ao patrimônio insuperável da tradição da Teoria Crítica”.

O contexto histórico de surgimento do conceito de reificação nas décadas de 20 e 30 se assemelha ao contexto de surgimento do conceito de alienação. Honneth (2018, p. 23) informa que a reificação era utilizada como “um *leitmotiv* da crítica social e cultural no âmbito germanófilo”. Era como se o termo refletisse os problemas que os alemães sofriam na República de Weimar, pois de acordo com Honneth (2018, p. 23):

[...] com o desemprego crescente e crises econômicas: as relações sociais deram cada vez mais a impressão de estarem submetidas a uma finalidade fria e calculadora, *o amor artesão em relação às coisas foi manifestante substituído por uma atitude de disposição meramente instrumental, e mesmo as experiências íntimas dos sujeitos deixaram pressentir o sopro gélido da complacência calculadora.* (Grifo nosso)

O conjunto de todas essas sensações e impressões sobre a realidade vivida naquela época foi articulada de uma maneira produtiva sob o conceito de *reificação*, a partir da publicação em 1923, da coletânea de artigos nomeada como *Geschichte und Klassenbewußtsein*, publicada em português como *História e consciência de classe* de György Lukács (2018). A teoria de Lukács desenvolveu a partir das ideias de Marx, Weber e Simmel, um diagnóstico de que as condições opressoras experimentadas na República de Weimar eram consequências da reificação. Não apenas isso, o trabalho de Lukács influenciou o modo de desenvolvimento de um pensamento crítico, de modo que o conceito de reificação era um princípio básico da teoria crítica da sociedade.

Isso mudou após a Segunda Guerra Mundial. O conceito de reificação perdeu a centralidade para a formulação do diagnóstico de tempo da sociedade. A reificação passou a ser um signo que simboliza a República de Weimar, o Holocausto. Dessa maneira, conforme Honneth (2018, p. 24) explica, foi substituída pela “análise dos déficits de democracia e de justiça sem fazerem uso de conceitos voltados à apreensão de patologias, tais como o de ‘reificação’ ou ‘comercialização’”.

Entretanto, Honneth percebe que essa situação se alterou novamente na época em que ministrou palestras sobre isso em 2005. O conceito de reificação voltou ao debate público e acadêmico. Sobre essa situação, ele elenca quatro indícios que permitem confirmar essa alteração. O primeiro indício é o crescimento da produção literária de “romances e contos que irradiam uma aura estética da economização latente de nossa vida cotidiana” (Honneth, 2018, p. 25-28). O segundo indício são as análises sociológicas que interpretam a reificação como “uma forma alterada de comportamento humano”, concluindo que a sociedade sofre problemas relacionados à automanipulação emocional. Ou seja, as pessoas encenam sentimentos e desejos por razões instrumentais. O terceiro indício é considerado como a razão mais forte acerca da tese do retorno à apreciação do conceito de reificação, consiste no fato de que os filósofos da ética e da filosofia moral, empreenderam esforços para interpretar os fenômenos sociais a partir do conceito de reificação assim como Lukács propôs no passado. O último indício do ressurgimento do conceito de reificação está relacionado às pesquisas

científicas sobre o cérebro, as quais parecem pressupor o ser humano como uma coisa completamente vazia de experiência, de desejos.

Para realizar o seu objetivo, Honneth reconstrói o pensamento de Lukács acerca da reificação, a fim de apresentar suas deficiências e potencialidades. Lukács define a reificação como uma “relação entre pessoas [assume] o caráter de uma coisa [Dinghaftigkeit]”, ou seja, é um processo cognitivo imaterial, mas que socialmente é considerado material. Em relação a essa definição, Honneth critica que as categorias utilizadas para explicar esse fenômeno não são suficientes para lidar com esse fenômeno expresso na ideia das relações se tornarem coisas (Honneth, 2018, p. 31).

Devido a essa definição ser vaga, fica incerto se a reificação é um erro epistêmico de interpretar a vida em sociedade, uma ação moralmente reprovável ou práxis distorcida. Entretanto, Honneth demonstra que apesar dessa indeterminação, o desenvolvimento da argumentação de Lukács revela rejeitar de antemão que se trata de um mero erro cognitivo, porque do modo como Lukács expõe suas ideias a reificação seria uma *segunda natureza* que os seres humanos deveriam assumir se quisessem participar do capitalismo. Ou seja, para fazer parte do capitalismo, as pessoas deveriam se acostumar a pressupor previamente que as relações estabelecidas consigo mesmas e com o mundo são regidas pela ideia de serem uma coisa e que sob a opressão da troca de mercadorias, elas devem assumir nas suas relações um comportamento de mero espectador passivo e indiferente. Desse modo, a reificação não pode ser considerada nem como erro epistêmico e nem como uma ação moral condenável, mas apenas uma práxis distorcida.

Entretanto, Honneth indica quais os erros e as limitações dessa forma de interpretar a reificação. O primeiro erro é a totalização do fenômeno da reificação a todas as dimensões da vida humana, segundo Honneth (2018, p. 34):

[...], ele atribuiu o conceito de “coisa” ou de “coisidade” de maneira descuidada a todos os fenômenos que são percebidos pelo sujeito em seu mundo circundante ou em relação à sua própria pessoa como grandezas economicamente utilizáveis; indiferentemente do fato de se tratar de objetos, de outras pessoas ou das próprias competências e sentimentos.

Se torna um problema essa totalização da reificação, porque pouco esclarece sobre como lidar com esse problema, a fim de superá-lo. Um segundo erro, o qual está intimamente relacionado ao primeiro, é o modo como Lukács justificou a reificação como uma práxis distorcida. Para definir de que maneira essa práxis é distorcida, Lukács fundamentou qual seria a boa práxis, a saber o comportamento de um sujeito ativo, orgânico e cooperativo, com

base na ontologia social ou na antropologia filosófica, a partir de Hegel e de Fichte. Segundo Honneth (2018, p. 40), ao recorrer ao pensamento desses autores, Lukács perdeu a “oportunidade de justificar sua crítica da ‘reificação’ nos termos de uma teoria social”, recaindo em um idealismo. Porque definiu a práxis correta (logo não reificada) como a situação em que o sujeito desenvolve as suas atividades e, conseqüentemente, os produtos dessas atividades como produtos da subjetividade do sujeito, de maneira que práxis não reificada consistiria na igualdade entre o espírito e o mundo. Outro erro da proposta de Lukács é o fato da reificação estar fundamentada fortemente na única razão da expansão da troca de mercadorias. Para Honneth, não fica claro se a troca de mercadorias consegue sozinha justificar o surgimento da reificação.

A partir do diálogo com o pensamento de Heidegger e Dewey⁵⁷, Honneth chega a conclusão de que na verdade, a práxis verdadeira que deve orientar o conceito de reificação é o reconhecimento. Isso significa que faz parte da forma de vida humana adotar sempre uma postura de cuidado, de zelo, de engajamento, ou seja, de interesse pelo mundo e pelas pessoas. Nesse sentido, Honneth (2018, p. 61) defende que “a especificidade do comportamento humano reside na atitude comunicativa que acompanha a adoção da perspectiva do outro”, essa atitude de adotar a perspectiva do outro está relacionada a “uma interação prévia, que carrega os traços de uma preocupação existencial”. Essa compreensão aliada aos estudos da psicologia do desenvolvimento, permitem Honneth afirmar que anteriormente a qualquer relação humana (seja do sujeito com outro sujeito ou com um objeto), só é possível em razão do reconhecimento que consiste nesse sentimento de pertencer ao mundo social.

Com base nisso, Honneth defende que a reificação é uma práxis distorcida como Lukács pensou, em que as pessoas adotam uma postura de mero observador, porque passam por processos de socialização fundamentadas em práticas de esquecimento do fundamento básico das relações humanas que é o reconhecimento. Ele afirma:

Com isso, ficou claro que podemos falar de “reificação” em um sentido direto apenas em referência a outras pessoas, ao passo que somente em um sentido derivado ou indireto é possível referi-la à natureza externa: em relação aos outros seres humanos, “reificação” significa perder de vista o reconhecimento prévio; e, relação ao mundo objetivo, “reificação significa perder de vista a multiplicidade de

⁵⁷ Consultar o capítulo 2 *De Lukács a Heidegger e Dewey*. Neste capítulo, Honneth demonstra como ambos os filósofos permitem concluir que o elemento da práxis que se opõe à reificação é o reconhecimento, que se trata de um elemento fundamental da forma de vida humana, independentemente da abordagem adotada. Por exemplo, a abordagem fenomenológica-existencial de Heidegger permite chegar a essa conclusão assim como a crítica de Dewey ao modelo de espectador do conhecimento com base na teoria da linguagem e da epistemologia.

significados que tais objetos possuem para aquela pessoa que foi previamente reconhecida.

Assim, Honneth explica que existem três formas de se referir ao fenômeno da reificação, a partir da perspectiva da relação de uma pessoa em relação a outras pessoas (intersubjetiva), de uma pessoa em relação à natureza (objetiva) e de uma pessoa em relação a ela mesma (subjetiva). Honneth se refere a essa última forma como autorreificação que consiste em experiências nas quais os sentimentos e desejos das pessoas seguem padrões estabelecidos por “entidade reificadas”, oriundas de um processo de esquecimento por parte das pessoas de que “vale a pena articular e se apropriar de seus próprios desejos e sentimentos” (Honneth, 2018, p. 112). Apesar de existirem diversas formas distintas de experimentar a reificação, Honneth chama atenção para o fato de que todas essas formas fazem referência à necessidade do reconhecimento prévio entre as pessoas de que as suas vidas são dignas de serem experimentadas e vividas da melhor maneira possível.

Diante disso, a reificação se traduz no escopo da teoria do reconhecimento de Honneth como um verdadeiro problema que mina a realização adequada das relações sociais e da relação do sujeito consigo mesmo, conforme defende no seu livro *Kampf um Anerkennung*, amplamente conhecido no Brasil pela versão traduzida como *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Isso origina entraves para a realização da liberdade social e da autorrealização do sujeito, na medida em que ao se esquecer do primado do reconhecimento, a pessoa deixa de considerar como importante a necessidade de articular, determinar e experimentar os seus próprios desejos e vontades.

Apropriar-se da própria vida, conduzir o roteiro da própria história: contribuições e limitações da teoria crítica de Rahel Jaeggi e Axel Honneth

De acordo com a análise dos dados das entrevistas do capítulo 1 e com a análise bibliográfica do capítulo 2, foi possível chegar a conclusão acerca do processo de exclusão social compulsória de pessoas trans no Brasil⁵⁸. Esse processo é permeado por um conjunto de

⁵⁸ O adjetivo compulsório é utilizado de maneira considerável nos textos analisados no capítulo 2, para descrever o contexto em que as pessoas trans se inserem. A título de exemplo, vale a pena consultar os artigos: A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho de Licciardi, Waitmann e Oliveira, 2015; Da Esquina Ao Escritório: Uma Análise Sobre A Ausência De Mulheres Transexuais No Mercado De Trabalho Formal Em Goiás de Rodrigues, Simancas, 2020; Jornada trans: um estudo acerca da trajetória de travestis e mulheres transexuais no mercado de trabalho de Recife de Batista, Mendes, Silva e Mendonça, 2020. Além disso, as dissertações de mestrado: Os Desafios do Trabalho na Vida Cotidiana de Mulheres Transexuais de Aparecida de Souza, 2012; “Meu Corpo, Um Campo de Batalha”: a inserção precária das Travestis no mundo

práticas que vão se acumulando desde a infância dessa população e as acompanham até o fim da vida. Dessa forma, nota-se que há uma imposição à população trans de contar uma única história.

Isso pode ser percebido pelo fato de que é recorrente nos artigos, dissertações e livros⁵⁹ analisados no capítulo 2, o relato de quase os mesmos fatos acerca da história de vida das pessoas trans durante a infância, adolescência e vida adulta, bem como o relato de quase os mesmos problemas enfrentados para acessar o mercado de trabalho e permanecer nele.

Acerca da história de vida das pessoas trans é comum o relato de que durante a infância sofrem pressão por parte dos pais e da família de modo geral para performar o gênero atribuído pelo médico no nascimento e, conseqüentemente, a orientação sexual esperada. Há muitos relatos de violência física perpetrados por pais ou mães, na tentativa de corrigir o comportamento dissidente do padrão cisheteronormativo, vejamos um relato de um dos textos analisados:

Travesti/transsexual: [...] nossa, eu fui criada com duas irmãs mais velhas, então você já cata que elas tinham boneca, batonzinho, esses trem de menina... e eu queria passar também, deixar o cabelo crescer, mas minha mãe nunca deixava, eu ia chorando toda vez cortar o cabelo porque eu queria grande igual das minhas irmãs. Inclusive, menino, teve uma vez que meu pai me pegou em casa dançando com um pano na cabeça que eu fazia de cabelo... nossa... **[percebo nesse momento uma certa dificuldade na fala, que gaguejou em alguns trechos]** que surra... meu pai tinha um cinto de couro trançado e marrom... nunca vou esquecer desse cinto... ele pegou o cinto, dobrou, trancou a porta do quarto, me botou pelado e falou que se eu gritasse ia ser pior. *Mas eu não aguentei, eu gritei com a dor das cintadas que ele me dava e ele continuava batendo mais forte... ele ficava repetindo “isso é pra você aprender a ser homem, pra aprender a ser macho”, toda vez que me dava uma cintada. E naquele dia eu aprendi a ser travesti.* (Grifo nosso) (Oliveira, 2019, p. 61)

É comum que a convivência familiar se torne insustentável, a ponto de as pessoas trans fugirem de casa ou serem expulsas das suas famílias. Geralmente, isso acontece durante

do trabalho em tempos de crise capital de Oliveira, 2016. Os Sentidos do Direito, do Sindicato e da Vida em Disputa: referências trabalhadoras e sindicais à transfobia e ao cissexismo no telemarketing de Flávio Malta Fleury, 2020.

⁵⁹ Cabe a leitura do livro autobiográfico *Vidas trans, a coragem de existir: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social* (2017) de Amara Moira, João Nery, Márcia Rocha e T. Brant, no qual os autores ao narrarem as histórias de suas vidas pessoais permitem perceber as sobreposições entre as suas histórias individuais com o contexto geral da sociedade acerca da vivência trans. Cabe também a leitura do livro *Transresistência: Histórias de pessoas trans no mercado* (2018) de Paloma Vasconcelos, esse livro é uma espécie de reportagem que conta as histórias de oito pessoas trans (Luiza, Renata, Bruno, Enzo, Diogo, Samantha, Helena e Klaus) dando ênfase à experiência dessas pessoas no mercado de trabalho. .

a adolescência e a evasão escolar acompanha esse fato⁶⁰. Isso agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade da população trans na sociedade brasileira, porque sem o apoio familiar e a qualificação educacional, elas se tornam vulneráveis a situações de desrespeito, humilhação, violências e exploração⁶¹.

Acerca da experiência de pessoas trans no ambiente educacional é comum que essas pessoas desistam de continuar frequentando a escola, porque sofrem inúmeras violências, desde o desrespeito ao nome social por parte dos professores e funcionários da escola até violências físicas e sexuais perpetradas por estudantes⁶². A recorrência dessas práticas desencoraja as pessoas trans a continuarem estudando, até que por fim as expulsa desse ambiente. Alguns relatos demonstram essa situação:

Foi muito comum encontrarmos mulheres transexuais que frequentaram a escola por cinco ou seis anos, enquanto eram obrigadas pelos pais e, assim que tiveram um pouco de autonomia, *decidiram abdicar dos estudos por considerarem a escola um local de humilhação, desprezo e desrespeito à sua identidade de gênero*, o que corrobora a afirmação de Bento (2011): “Escola: espaço de reprodução do HeteroTerrorismo” (p. 554). (Grifo nosso) (Souza, 2012, p. 68)

[...]

Para mim foi difícil desde o prézinho. A professora pedia para fazer a fila das meninas e dos meninos. Como eu só queria ficar na das meninas, ela falou para a minha mãe que eu não era normal e que ela devia me levar no médico de louco. Lembro que minha mãe chorou por isso. Fala para mim: que mãe quer ter um filho problemático? (Violeta) (Grifo nosso) (Souza, 2012, p. 69)

Em relação a experiência da população trans brasileira no mercado de trabalho, a maioria dos textos relatam que essa população dificilmente exerce atividades laborais formais com a CTPS assinada, porque a população trans ainda exerce predominantemente o trabalho sexual em situações desfavoráveis, sem qualquer segurança jurídica. Além disso, é comum que exerçam trabalhos informais como autônomas, geralmente como cabeleireira ou barbeiro ou alguma outra atividade ligada à beleza e a estética como maquiadora, por exemplo. Em raros casos quando as pessoas trans relatam que trabalham formalmente com carteira de

⁶⁰ Consultar Souza, 2012, p. 68.

⁶¹ Consultar “E TRAVESTI TRABALHA?”: divisão transexual do trabalho e messianismo patronal de Oliveira, 2019, p. 57; 61.

⁶² Ver Oliveira, 2019, p. 54; 56; Batista, Mendes, Silva e Mendonça, 2020, p. 157,158.

trabalho assinada, quase sempre são os mesmos postos de trabalho: telemarketing ou atendente de call center ou empregada do ramo dos serviços gerais⁶³.

Quando raramente essas pessoas acessam ao mercado formal de trabalho, elas enfrentam diversas dificuldades antes, durante e após o processo seletivo. Geralmente, os principais problemas enfrentados se relacionam ao desrespeito ao nome social e a dificuldade da retificação do nome nos registros civis, o impedimento do uso do banheiro de acordo com a forma como a pessoa se autodetermina, a coerção por parte da chefia para que a pessoa utilize roupas de acordo com o gênero com o qual não se identifica, piadas, assédio moral e sexual. Todas essas condutas podem partir da chefia ou dos colegas de trabalho.

Cabe mencionar um trecho de um dos artigos mais citados sobre essa temática:

A partir das entrevistas, identificamos cinco principais desafios enfrentados pela população trans quando busca se inserir no mercado de trabalho formal, quais sejam: (i) preconceito e transfobia; (ii) documentos, tais como registro civil e certificado de reservista; (iii) uso de banheiro, vestiário e uniforme; (iv) baixa escolaridade e evasão escolar involuntária; e (v) lin-guagem corporal e verbal. Cada um desses obstáculos será abordado a seguir.

O preconceito foi o principal elemento citado entre as entrevistadas como obstáculo ao aces-so da população trans ao emprego. Isso porque as pessoas trans não são vistas como mulheres e homens “verdadeiros”, além de serem estigmatizadas e vinculadas a posturas tidas social-mente como reprováveis, como envolvimento com drogas, violência e prostituição. Por isso, encontram resistências para acessar e permanecer no mercado de trabalho.

[...] Na verdade, o Brasil tem muita transfobia com relação a essa população, porque a sociedade ainda não enxerga a gente como mulheres. Porque a gente precisa mobilizarba sociedade para que enxergue a gente verdadeiramente como cidadãs de fato. Por isso que a gente tem essa dificuldade prachegar[...] de fato até um trabalho formal. Geralmente os trabalhos que a gente tem é só informal, como cabeleireiras, como esteticistas, e também o trabalho na prostituição. Não que seja um trabalho menor. [...] Só que a gente precisa lutar mais ainda por isso. (Fernanda de Moraes, Antra) (Almeida; Vasconcellos; 2018, p. 310-311)

Outro dado importante que merece atenção, é o messianismo patronal discutido por Oliveira (2019). O messianismo patronal consiste em um comportamento paternalista assumido pelos empregadores que exige das pessoas trans um reconhecimento da figura do patrão como se ele fosse o grande salvador ou Messias devido a conceder uma vaga de emprego a uma pessoa trans. Vejamos:

⁶³ Ver *Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo*, Brasil de Silva, Luppi e Veras, 2020, p. 1730; *Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão* de Rondas e Machado, 2015, p. 196-197; 200.

Travesti/transsexual: [...] Deus que me livre de cumprir ordem de patrão de novo. *Eu tive uma patroa que só porque ela sabia que eu me prostituía antes [do emprego] achava que podia mandar e desmandar em mim.* Mal sabia ela que eu ainda tava na pista [risos].

Pesquisador: mas por que você acha que ela se sentia nesse direito?

Travesti/transsexual: *porque ela me tirou da rua, ué. Era a ativista, militada que me livrou da prostituição [em tom sarcástico].* (Grifo nosso) (Oliveira, 2019, p. 91)

A partir das teorias de Rahel Jaeggi e Axel Honneth, podemos compreender como os fenômenos de alienação e reificação estão em funcionamento na esfera da vida laboral dessa população e como isso desempenha um papel estrutural importante na perpetuação do problema de sua exclusão social.

A teoria crítica da alienação desenvolvida por Jaeggi, a partir principalmente da ideia do papel social, pode nos ajudar a alcançar esse objetivo interpretativo. Segundo Jaeggi (2016, p. 68), os papéis sociais são acusados amplamente de serem a causa de situações alienantes, porque fixam determinados comportamentos que devem ser seguidos pelas pessoas. Entretanto, para a autora, essa compreensão é falsa. De acordo com o argumento desenvolvido, os papéis sociais são ambivalentes (Jaeggi, 2016, p. 80-81). Podem contribuir para o desenvolvimento da subjetividade de uma pessoa ou impedir esse desenvolvimento. Contudo, a simples performance de um papel não deve ser categorizada como alienação, porque sociologicamente e culturalmente, possuem uma importância primordial (ao menos desde a modernidade) para a organização da sociedade e a plena realização da mesma. A partir dessa perspectiva, os papéis sociais garantem o desenvolvimento de habilidades, qualidades, bem como a responsabilização das pessoas nas mais diversas esferas da vida em coletividade (Jaeggi, 2016, p. 76-79).

Dessa forma, uma pessoa pode assumir diversos papéis sociais ao longo de sua vida. Normativamente, espera-se que ela seja capaz de compreender as exigências de cada papel assumido, mas ao mesmo tempo que ela seja capaz de se apropriar dele de modo a exercê-lo de maneira pessoal, individualizada, idiossincrática. Quando uma pessoa não é capaz de imprimir nos papéis sociais que exerce os aspectos específicos da sua subjetividade, mas tão somente reproduzi-los de maneira automática, instrumental e desvinculada daquilo com o que ela se identifica, surge o problema da alienação e mais especificamente, a partir da teoria de Honneth, o problema da autorreificação. Porque o papel social que serviria para viabilizar a

criação da subjetividade do sujeito, por meio de atividades que produzem resultados mais ou menos objetivos, responsáveis por produzir determinações sobre quem a pessoa é, acaba se tornando um bloqueio a isso, torna-se uma coisa sob a qual o sujeito não tem poder de transformar.

Nesse tipo de dinâmica alienada, observa-se uma forma patológica do exercício de papéis sociais, que especificamente sofrem um processo de reificação e alienam o sujeito de si e do mundo, na medida em que as pessoas passam a considerar os papéis sociais como sua segunda natureza e não mais como formas de possibilitar a construção da própria subjetividade de uma maneira mais determinada. O papel social nesse caso ao invés de ser um elemento que viabiliza a ampliação do horizonte de possibilidades da pessoa, produz exatamente o contrário disso, tornando-se uma coisa inacessível à agência do sujeito.

A teoria crítica da reificação e a teoria do reconhecimento de Axel Honneth pode elucidar alguns aspectos da realização patológica de papéis sociais. A reificação nesse caso, diria Honneth, não é nada mais que um processo de esquecimento social sobre um dos elementos básicos sobre esses papéis: eles não são fatos brutos da natureza, mas são constituídos socialmente de maneira a viabilizar diversas formas de reconhecimento de um sujeito perante a sociedade. Dessa forma, eles podem deixar de ser exercidos patologicamente, se lembrarmos que eles devem ser guiados pelo princípio fundamental da forma de vida humana: o reconhecimento. O valor dos papéis sociais no âmbito da teoria honnethiana seria viabilizar a realização do reconhecimento social nas mais diversas esferas sociais como a família, o estado e o mercado, por exemplo.

Diante disso, a conjugação de ambas as teorias nos permite pensar sobre o que acontece na sociedade que é capaz de excluir a população trans de diversas esferas sociais como o mercado de trabalho. Desde a tenra idade, uma pessoa trans é sistematicamente ensinada a se autodeterminar no mundo a partir de uma compreensão bem específica informada por uma ideologia cisheteronormativa. A forma como esse aprendizado acontece não é necessariamente a partir de declarações verbais, mas sim a partir de conjuntos de práticas que vão se tornando parte do repertório sociocultural dessa pessoa. Nesse contexto, é possível afirmar que os papéis sociais possuem uma função importante, porque o exercício deles ao longo da vida é o que possibilita o engajamento em práticas sociais e a aprendizagem sobre as normas constitutivas de uma forma de viver e, em última instância, o acesso a algumas esferas de sociabilidade como o mercado de trabalho.

Sendo assim, uma compreensão ideológica cisheteronormativa é responsável por criar os papéis de gênero que determinam quem é homem cis e mulher cis. Nesse sentido, os papéis criados por essa ideologia são reificados, porque se apresentam como naturais e ocultam a razão fundamental de suas existências: a capacidade criadora e transformadora do ser humano.

Essa cisheteronormatividade pode ser adjetivada como ideológica, porque na medida em que inaugura uma compreensão reificada acerca dos papéis sociais, cria relações sociais hierarquizadas. Os papéis de gênero funcionam como um bloqueio à realização da liberdade das pessoas, na medida em que não permitem a manifestação e afirmação de outros papéis de gênero, ou talvez seja melhor dizer, outras identidades de gênero. A partir da lógica binária hierarquizada de homem/cis/heterossexual e mulher/cis/heterossexual, os papéis de gênero deixam de ser algumas das diversas possibilidades da expressão da subjetividade, para tornar-se o princípio reificado orientador de todas as outras relações sociais do sujeito.

É a partir desse princípio hierarquizado que será determinado não apenas quem pode ou não ser homem ou mulher cis, mas no final das contas, quem pode ser considerado humano e cidadão, e conseqüentemente, que tipos de relações cada sujeito pode estabelecer e papéis sociais pode exercer.

Diante disso, a identidade de gênero de pessoas trans é deixado de fora dessa lógica binária excludente, de maneira que elas experimentam uma inferiorização diferente daquela experimentada pelas pessoas que exercem a identidade de gênero feminina cis. O fato de não existir espaço para a identidade trans dentro dos papéis de gênero da heteronormatividade, significa que as pessoas trans são desconsideradas socialmente como pessoas. Isso explica o motivo da exclusão delas de várias esferas da sociedade que pressupõem o exercício desses papéis, assim como explica o tipo de tratamento destinado a elas em vários ambientes de socialização como a família, a escola e o trabalho.

O papel social de homem e mulher cis é atribuído antes mesmo do nascimento de qualquer pessoa, com a identificação do sexo do bebê e é confirmado posteriormente, no nascimento pelo médico. A atribuição desse papel de maneira prévia ao nascimento já pressupõe uma série de exigências sobre como este novo ser deve agir, falar e tomar decisões⁶⁴. A reificação dos papéis de gênero são responsáveis por articular de maneira rígida

⁶⁴ Souza (2012) menciona a expressão de papéis sociais para explicar sobre a formação da ideia de sexo, gênero, homem e mulher, identidade cis e trans (p. 20), e como a performance desses papéis inclusive no exercício profissional podem dar vazão à alienação (p. 87).

as ideias de identidade de gênero, sexo, orientação sexual e desejo. Além disso, a maneira arbitrária que esses papéis são atribuídos às pessoas, incute nelas as possibilidades do que elas podem ou não ser, fazer consigo mesmas ou fazer no mundo. Isso inibe a realização da liberdade dessas pessoas, porque pré-determina os contornos ou até mesmo o conteúdo da história de suas vidas.

Com o nascimento, as pessoas trans exercem muitos papéis sociais ao longo de sua vida. Por exemplo, na família, exercem não somente o papel de filho(a,e), como também sobrinho(a,e), neto(a,e), irmão(a,e), pai ou mãe etc. Fora do âmbito da família, na escola exercem o papel de estudante e por assim em diante, dentro de uma religião exercem o papel de devoto(a,e), e do mesmo modo no mercado de trabalho desempenham o papel de trabalhador(a,e). O problema enfrentado pela população trans no exercício de cada um desses papéis sociais é a ideia reificada dos papéis de gênero, os quais são pressupostos em cada papel social. Pois, pelo fato de não corresponderem ao gênero pré-determinado socialmente no momento do nascimento, as pessoas trans se tornam ininteligíveis ou irreconhecíveis para a sociedade, que exige que todas pessoas se adequem aquilo que está posto previamente. Decorre disso, que a sociedade nega reconhecimento e respeito a essas pessoas.

É por essa razão que conforme exposto, a população trans sofre muitas violências durante todas as fases do desenvolvimento humano nas diversas formas de socialização. Isso também explica, porque é comum pais e mães proibirem seus filhos durante a infância e adolescência de se autodeterminarem como trans, de se vestirem ou se comportarem como tais, recorrendo até mesmo à violência física e em último caso à expulsão do convívio familiar. Porque o gênero define quais são os outros papéis que uma pessoa pode assumir dentro da sociedade. Portanto, não é qualquer pessoa que pode ser considerado o filho de alguém, o estudante, o trabalhador. E em alguns casos, quando eles são considerados aptos para exercerem esses papéis, eles ainda ficam à margem da ideia do que seria a melhor performance desses papéis. Por exemplo, o trabalho de Oliveira (2019) sobre o messianismo patronal permite afirmar que mesmo que uma pessoa trans exerça um trabalho formal, ela ainda pode ser vista por outras pessoas como o patrão como uma pessoa destinatária de uma caridade e não de uma pessoa trabalhadora, que merece respeito assim como qualquer outra. E é por essa razão que é muito cobrado delas no mercado de trabalho, mais do que os demais funcionários cis, porque na interpretação essencialista da sociedade, originalmente elas não fazem jus a um cargo de trabalho. Dessa forma, se elas ocupam um trabalho, deve ser sorte ou uma caridade e não porque elas merecem.

Nesse sentido, a população trans vivencia dilemas existenciais sobre muitos aspectos das suas vidas, sendo um dos principais se assumirem como trans na sociedade, porque possivelmente terão de enfrentar a rejeição familiar, a expulsão de casa, a transfobia no ambiente escolar, a rejeição do mercado de trabalho, a pobreza, a hiperssexualização, a criminalização, entre outros problemas. Esses dilemas existenciais não se referem apenas ao reconhecimento de pessoas trans como pessoas dignas de respeito, mas primordialmente da própria sobrevivência dessas pessoas e a plena realização das suas liberdades.

Apesar de toda a carga coercitiva e violenta na história dessa população, faz sentido estudar o conceito de alienação e reificação nesse caso, porque a alienação do (e no) mercado de trabalho experimentada por essas pessoas se constrói de maneira social, bem como porque esse contexto origina a autoalienação e autorreificação dessa população. O que significa que a exclusão social delas não é um simples problema de ignorância acerca do que significa ser trans, nem é um simples problema moral de reprovar comportamentos transfóbicos contra essa população, mas sim um problema mais profundo associado a maneira reificada e alienada da sociedade interpretar como a vida pode e deve ser vivida.

A esse respeito, os relatos dos desejos profissionais e dos sonhos de vida analisados no primeiro capítulo ajudam a entender de maneira mais profunda qual a relação entre a alienação e o problema da exclusão de pessoas trans, porque aliado ao referencial teórico desenvolvido neste capítulo, somam novas camadas para entender essa problemática.

No primeiro capítulo, concluiu-se que a maior parte das vontades das pessoas trans paraenses seja a respeito dos desejos profissionais ou dos sonhos está associada a questões de estabilidade financeira e a garantia de direitos. Percebe-se agora que aquelas narrativas permitem compreender que os sonhos daquelas pessoas não nos interessam simplesmente por seu conteúdo (como se possível julgar quais sonhos são melhores do que outros). O que é de suma importância acerca daqueles relatos é saber as condições nas quais a vontade daquelas pessoas são criadas, se é de uma forma livre ou aprisionada de maneira a recair naquilo na autorreificação, que de acordo com Honneth, seria a ausência de achar importante articular os próprios desejos e em última instância, a própria subjetividade.

É certo que um dos objetivos do trabalho é tornar público cada vez mais as narrativas singulares e diversas da população trans, mas acima de tudo é trazer à tona o fato de que até mesmo os sonhos dessas pessoas e de maneira mais fundamental, a capacidade de desejar ou imaginar é diminuída em razão da transfobia inerente à forma que as pessoas interpretam as

relações sociais. Busca-se com a discussão sobre esses conceitos demonstrar como essa população é despossuída da capacidade de desejar nos seus próprios termos. Estão desapropriadas da capacidade de contar a própria história, e a reificação é a razão específica que origina esse problema, porque a ideia calcificada de papéis de gênero bloqueia o acesso de pessoas trans a outros papéis sociais que possibilitam a elas ampliarem os seus horizontes de autorrealização. Não obstante, a alienação e a reificação sejam causa do problema de exclusão social das pessoas trans do mercado de trabalho, elas também são consequência desse problema. Porque o fato de essas pessoas serem excluídas do mercado de trabalho fortalece o processo delas não conseguirem se imaginar ocupando outros postos de trabalhos, exercendo outros papéis sociais e, conseqüentemente, contando histórias diferentes daquelas que se impõem como a única história, e acaba fazendo com que elas direcionam os seus desejos para objetivos sempre muito limitados aquilo que é negado a elas. Dessa forma, isso constitui uma dinâmica social que se retroalimenta.

Cabe esclarecer que apesar de ser possível afirmar que não somente a maneira como essa população deseja, como também o próprio conteúdo do seu desejo é alienado, porque é capturado pela relação reificada que a sociedade brasileira mantém com a ideia de papéis sociais, especificamente os papéis de gênero. Não é possível compreender a alienação de maneira vulgar, como se as pessoas trans não tivessem conhecimento das causas discriminatórias que as fazem viver a vida que vivem e desejar aquilo que desejam. O primeiro motivo é que essas pessoas são explicitamente conscientes dos motivos pelos quais vivem nas condições em que vivem, mas por outro lado, elas habitualmente recaem em problemas para determinar a sua vontade perante a vida. A segunda razão é porque o esquema interpretativo do conceito de alienação não serve para classificar pejorativamente as pessoas como alienadas ou não, mas sim serve para entender o contexto em que as relações sociais se tornam alienadas e quais são as principais questões que precisam ser enfrentadas para superar esse estado de alienação.

Sendo assim, o que está em jogo quando se fala em alienação no caso específico da população é o modo ambivalente como os desejos dessas pessoas são construídos. Pois, apesar de todo o cenário coercitivo em que elas vivem, a forma como elas desejam a vida não é simplesmente uma mera imposição de vontade da lógica reificada sobre suas vontades, até porque a maioria impõe a sua vontade e se assume como trans desde a adolescência. Trata-se do fato de que mesmo a maior parte dessas pessoas se opondo à conformidade exigida pela ideologia cisheteronormativa, ainda assim por conta do modo como a sociabilidade é

construída, os processos de produção dos seus desejos ainda são determinados por aquela ideologia. Não poderia ser diferente, porque aquilo que a população trans deseja é o que a lógica binária dos papéis de gênero negam a ela, como por exemplo o reconhecimento social da sua identidade de gênero e o acesso ao mercado de trabalho, a fim de acessar uma boa vida. Desse modo, diante do impedimento dessas condições básicas de existência física e subjetiva, a capacidade de produzir vontade dessa população é restrita a desejar apenas uma coisa: a sobrevivência. E é nesse sentido que essas pessoas estão autoalienadas de si. Entretanto, o modo como essa autoalienação funciona não significa que o sujeito é completamente passivo diante desse fato. Pois, como dito anteriormente, a maioria senão todas tem conhecimento das causas sociais que fazem com que elas sejam sempre associadas aos piores estereótipos conhecidos na sociedade, às piores condições econômicas e de trabalho etc. Logo, não é possível concluir que são capturadas completamente pelo poder alienante que tenta determinar as suas vidas.

Por essa razão é possível perceber que essas pessoas dão indícios de que estão insatisfeitas com os postos de trabalho disponíveis para elas e com as condições de trabalho, e ao mesmo tempo elas não se identificam com a atividade laboral que exercem. Pois, enxergam o trabalho como mero modo de garantir a sobrevivência diária. É possível também perceber que ainda que elas vivenciem essas condições desfavoráveis, elas não o fazem de modo passivo, mas sim articulam estratégias individuais e coletivas para superar os problemas e determinar de maneira mais livre as suas vontades.

Diante dessa conjuntura, percebe-se pelo menos duas questões. A sociedade encontra dificuldades para lidar com uma concepção de subjetividade que não está baseada em uma essência ou uma natureza fixa previamente determinada como algo natural. Ou seja, a sociedade não consegue conceber uma subjetividade associada às ideias de criação e experimentação. Disso decorre que o modo como as outras esferas de socialização, onde outros papéis sociais são exercidos como por exemplo a família e o mercado de trabalho também são pensados sob essa mesma lógica reificada de que essa esferas e os papéis sociais que as acompanham cumprem a suposta essência humana. Disso decorre a segunda questão importante sobre o presente estudo, a maneira como a subjetividade é encarada na sociedade exclui as pessoas trans das relações de reconhecimento que garantem que todas as pessoas possuem a capacidade de participar do suposto diálogo que deveria existir para a tomada das decisões do rumo da sociedade, bem como a capacidade de autodeterminar as suas vontades. Dessa forma, o que resta a essas pessoas seguindo essa lógica é estar sempre correndo atrás do

mínimo que é garantido aqueles que são reconhecidos como sujeitos dignos de participar da sociedade. De modo que a população trans encontra diversas dificuldades para conseguir influenciar as condições normativas nas quais elas vivem. Por isso, é que foi possível perceber uma grande uniformidade nas histórias de trajetória de vida das pessoas trans, passando quase sempre pelos mesmos problemas, exercendo quase sempre os mesmos trabalhos e desejando quase sempre as mesmas coisas para as suas vidas e para outras pessoas trans.

Acerca de todos esses problemas é possível partir das teorias de Honneth e Jaeggi para pensar em uma reformulação das ideias de papéis de gênero, a fim de que as pessoas trans consigam ser reconhecidas como pessoas dignas de estima no âmbito familiar, civil e social. A transformação do reconhecimento da população trans é o primeiro passo para que elas consigam acessar todos os papéis sociais possíveis na sociedade, como é o caso do papel social do trabalhador(a,e). A partir dessas transformações, as pessoas trans poderão superar a alienação, porque experimentarão uma ampliação do horizonte narrativo disponível a elas. Portanto, elas poderão exercer outros tipos de trabalho e com isso, contar histórias mais diversificadas.

Entretanto, o modo como cada um desses filósofos pensam sobre problemas sociais merece atenção. De acordo com a reconstrução teórica do pensamento de Jaeggi e Honneth, é possível concluir a inversão ou distorção dos valores associados à ideia do papel social, e conseqüentemente, das normas que orientam o mercado de trabalho. A esfera do mercado que tem como promessa a contribuição para a realização da liberdade, impede que essa população acesse o mercado de trabalho por conta dos papéis de gêneros cisheteronormativos e quando raramente permite o acesso dessas pessoas, concede a essa população uma falsa liberdade ou uma liberdade distorcida.

Entretanto, para Honneth esse problema pode ser corrigido se mantivermos em mente os verdadeiros valores e a maneira correta como devem funcionar socialmente. Enquanto que para Jaeggi, esse problema na realização do valor liberdade faz parte da própria ideia de modernidade, é consequência dela (imaneente a ela) e não um defeito, de maneira que não devemos reconstruir criticamente esses valores como propõe Honneth, mas, sim, transformar a maneira de pensar e agir sobre eles.

No âmbito da teoria de Honneth é necessário acessar criticamente os problemas contemporâneos tendo como parâmetro normativo os valores reconstruídos imanentemente à sociedade, o que implica sempre o retorno aos valores normativos presentes no Iluminismo.

Nesse sentido, há uma discordância metodológica em relação à teoria de Jaeggi. Porque, a consequência teórica-prática da abordagem honnethiana é que em certo sentido, a modernidade desempenha sempre uma função de orientar o fazer crítico e em última instância, as nossas decisões sobre como resolver problemas sociais. Por outro lado, a perspectiva de Jaeggi compreende a modernidade de uma forma pragmática, como um ponto de partida que ao mesmo tempo que resolve problemas específicos do contexto histórico europeu inaugura novos processos de resolução de problemas. Nesse sentido, diferentemente de Honneth, não há um engajamento em sentido forte com a ideia de que a modernidade é um parâmetro que devemos levar em consideração para achar as respostas aos nossos problemas.

Acerca desse aspecto específico, o processo de crítica proposto por Jaeggi parece concordar apenas com a ideia de que é necessário retornar à modernidade somente para encontrar quais eram as promessas normativas em vigor, para em seguida, identificar as realizações patológicas ou distorcidas dessa normatividade. Contudo, após a identificação desses problemas, não há que se pressupor a modernidade para encontrar as respostas, mas sim é necessário se engajar em um processo experimental (de tentativa e erro) e de negociações de razões para elaborar uma possível resposta que dê conta das necessidades atuais. Portanto, a abordagem proposta por ela dá uma guinada a uma ideia de experimentalismo que embora não negue o passado, não está tão comprometida com um retorno a ele para resgatar suas promessas e realizá-las na contemporaneidade. É nessa perspectiva, que a teoria crítica imanente de Jaeggi está mais aberta às transformações e criações de algo novo do que a teoria de Honneth. Contudo, ainda assim não é suficiente para pensar no problema da exclusão compulsória de pessoas trans.

As contribuições da teoria decolonial e da teoria transfeminista para pensar a alienação

Apesar das teorias de Jaeggi e Honneth contribuírem para pensar acerca de diversos problemas sociais como o da falta de acesso ao mercado de trabalho pela população trans, existem algumas ausências nas teorias de ambos que merecem atenção, se quisermos levar a sério a proposta deles de revitalizar os conceitos de alienação e reificação, para aperfeiçoar as análises críticas.

Nesse sentido, a filósofa norte-americana Amy Allen apresenta uma crítica muito contundente à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt⁶⁵, arguindo que a normatividade da Escola se baseia em estratégias problemáticas que promovem individualismo, falso universalismo, racismo, imperialismo e colonialismo, bem como o afastamento das teorias decoloniais e pós-coloniais. Em seu diagnóstico, ela demonstra que há dois pontos de vista, igualmente problemáticos, mas que foram utilizados ao decorrer da história da Teoria Crítica para justificar posicionamentos e práticas políticas individualmente consideradas, bem como coletivamente na atuação de instituições sociais. Um dos pontos de vista compreende o progresso como um imperativo moral-político, um objetivo normativo a ser alcançado politicamente por ser bom ou por fazer a sociedade mais justa ou menos opressiva. Outro ponto de vista compreende o progresso como um fato herdado pela sociedade, que remonta à história do colonialismo europeu.

A partir disso, ela observa um movimento conservador inerente às teorias de Habermas, Honneth e Forst⁶⁶, que embora não reivindique radicalmente, ainda assim se apoiam em uma concepção reconstrutiva dos projetos imperialistas e genocidas da modernidade. Isso imobiliza a Teoria Crítica para lidar com a perspectiva de outros sujeitos que não são herdeiros do legado iluminista da filosofia moderna. Não se trata de identificar falas ou posicionamentos reprováveis daqueles autores em relação a temas que versam sobre racismo, feminismo, colonialismo etc. Mas antes, consiste em investigar e conseguir demonstrar com base em argumentos bem estruturados como essa influência colonialista está presente nos pensamentos desses autores e, conseqüentemente, na tradição filosófica da Teoria Crítica.

Amy Allen expõe que as teorias de Habermas e Honneth⁶⁷ estão comprometidas de maneira nem tanto sutil com uma metanarrativa imperialista inaugurada no século XVIII, que compreende o progresso como um fato histórico necessário que precisa ser alcançado inevitavelmente. Essa compreensão sobre o progresso concebe as instituições sociais e políticas criadas pela modernidade europeia como fruto de um processo de aprendizado histórico ou de desenvolvimento acumulativo e progressivo.

A autora identifica esse resquício histórico quando os autores frankfurtianos utilizam conceitos que guardam uma relação com as ideias de desenvolvimento sociocultural, aprendizado histórico e progresso político-moral. Nesse sentido, Habermas e Honneth

⁶⁵ Amy Allen, *The End of Progress: Decolonizing the Normative Foundations of Critical Theory*, 2016.

⁶⁶ Análise desenvolvida respectivamente nos capítulos 2, 3 e 4 do livro de Allen, 2016.

⁶⁷ Nos limites do meu trabalho, importa mais considerar as críticas de Allen a Habermas e Honneth do que a Forst, considerando que o elemento da crítica a eles é o mesmo que foi direcionado a Rahel Jaeggi.

desenvolvem suas teorias sob a perspectiva de progresso como um “fato” e isso torna necessária decolonização de suas teorias, porque essa compreensão do progresso como fato determina a forma de vida europeia como a norma, o padrão a ser seguido pelos demais povos ao redor do mundo.

É por essa razão que anteriormente, a maneira crítica de reconstrução imanente de Honneth deu lugar ao modelo de crítica imanente de Jaeggi, porque como pode ser melhor compreendido agora com o diagnóstico de Amy Allen, os pressupostos normativos de Honneth se baseiam nessa ideia de modernidade como o ápice do desenvolvimento humano.

Contudo, embora a teoria de Jaeggi não possa recair nos exatos termos da crítica realizada por Amy Allen que utiliza o conceito de progresso para diagnosticar os problemas da Escola de Frankfurt, ainda assim é possível criticá-la sobre a necessidade de decolonizar o seu modelo teórico. Entretanto, ainda que haja alguns aspectos problemáticos na sua teoria, penso que é mais modificá-la do que os modelos teóricos como os de Habermas e Honneth, pois uma modificação nas teorias desses últimos parece torná-las em algo completamente estranho ao projeto teórico defendido por esses autores.

O motivo pelo qual a teoria de Rahel Jaeggi não recai tão facilmente na crítica de Amy Allen, encontra-se no diálogo entre as autoras, no qual discutem de forma mais geral a existência de três abordagens filosóficas do conceito de progresso⁶⁸. Uma abordagem kantiana, uma abordagem nietzscheana-foucaultiana e uma abordagem hegeliano-marxista. Cada autora desenvolve questões diferentes nas suas propostas teóricas, utilizando um método crítico distinto entre si. Amy Allen está mais preocupada com os problemas de fundamentação da normatividade de primeira ordem que molda o pensamento da Teoria Crítica, enquanto Jaeggi está preocupada em tentar pensar a relação entre transformação social, idealismo e materialismo envolvidos nos processos de transformação social. Para atingir estes objetivos, Allen opta por uma resposta mais nietzscheana-foucaultiana, que para ela pode ser interpretada como uma forma hegeliana de determinar a negação. Jaeggi, por outro lado, desenvolve uma abordagem mais hegeliano-marxista, decorrente de uma virada ao pragmatismo.

Para se justificar perante o diagnóstico de Allen sobre o conceito de progresso como fato histórico, Jaeggi argumenta que não reivindica o discurso do progresso moderno. Considera-o apenas como um ponto de partida para a compreensão da mudança social, que é um dos seus interesses de investigação. Além disso, concorda com a crítica de Allen aos

⁶⁸ Amy Allen and Eduardo Mendieta (Ed.), *From Alienation to Forms of Life: The Critical Theory of Rahel Jaeggi*, 2018, chapter 9, 160-166.

problemas de auto-congratulação identificados na concepção hegeliano-marxista da história. Considera que este discurso auto-congratatório da modernidade é um bloqueio à aprendizagem, prejudicial ao seu projeto teórico de descobrir os critérios normativos inscritos na realidade para alcançar a emancipação, uma vez que empobrece os processos de aprendizagem ou os processos de acumulação de experiências.

Em relação ao diagnóstico de Allen sobre o progresso como um imperativo moral, Jaeggi afirma que se opõe à noção teleológica de progresso, sendo influenciada pelo negativismo adorniano e pelo anti-utopismo marxista. Assim, considera que não sabemos de antemão o que é a vida boa e o progresso para os concebemos como fins desejáveis. Então, só podemos descobri-los durante os processos de aprendizagem inerentes à realização das formas de vida. Neste sentido, aproxima-se de Adorno ao considerar o progresso sempre como um par conceitual do regresso, que juntos formam uma ferramenta metodológica para analisar e avaliar as formas de vida e os processos transformativos através dos quais elas mudam⁶⁹.

Entretanto, apesar disso, a maneira como Allen entende Adorno, bem como a aproximação da teoria de Jaeggi da interpretação de Adorno, possibilita elaborar uma crítica decolonial à Jaeggi em termos mais precisos sobre a sua obra. A melhor maneira de desenvolver essa crítica é analisando a proposta de Jaeggi da revitalização da crítica da ideologia⁷⁰.

Ao desenvolver as razões para resgatar o conceito crítico de ideologia e os elementos que o sustentam, Jaeggi apresenta dois paradoxos que orientam a construção do seu modelo crítico. Em nenhum momento da sua argumentação, o colonialismo e a colonialidade aparecem como um exemplo ilustrativo do primeiro paradoxo que ela analisa, bem como não aparece como um terceiro paradoxo. O primeiro paradoxo discutido por ela, diz respeito ao entrelaçamento entre o verdadeiro e o falso. Jaeggi cita a crítica de Marx aos ideais liberais burgueses de liberdade e igualdade como um exemplo deste paradoxo. De certa forma, repete a mesma linha de argumentação do seu livro sobre a crítica das formas de vida, mas acrescenta um exemplo que funciona mais a partir da crítica hegeliana⁷¹.

Isso é um erro suficiente para a formulação de uma crítica decolonial ao seu pensamento, pois se Jaeggi quer reavivar uma concepção crítica de ideologia na contemporaneidade, ela tem necessariamente de entender o colonialismo e a colonialidade

⁶⁹ Amy Allen and Eduardo Mendieta (Ed.), *From Alienation to Forms of Life: The Critical Theory of Rahel Jaeggi*, 2018, 193.

⁷⁰ Rahel Jaeggi, *Re-Thinking Ideology*, In *New Waves in Political Philosophy*, 2008. p. 63–86.

⁷¹ Rahel Jaeggi, *Critique of Forms of Life*, 2018, 145-63.

como um dos paradoxos fundamentais da teoria crítica da ideologia. Pois, o colonialismo e a colonialidade são a face oculta da modernidade. Como se depreende da maior parte das obras da autora, a sua análise e os exemplos oferecidos nas suas obras pressupõem o contexto histórico europeu de modo que é difícil estabelecer diálogo com diferentes contextos contemporâneos como por exemplo a América Latina⁷².

As consequências da ausência deste paradoxo na obra de Jaeggi afetam as condições sob as quais ela pensa a teoria crítica da alienação. Porque se o contrário da alienação é a apropriação de si mesmo, e isso pressupõe que o sujeito seja capaz de construir uma história sobre si mesmo no mundo, como isso pode ser alcançado no contexto não europeu? Se a forma como a história da modernidade é pensada e exportada para regiões não europeias não considera estruturalmente o fato do colonialismo/colonialidade como parte de si próprio como é visto na tradição do pensamento da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt? Além disso, considerando um contexto não-europeu e não norte-americano, como é possível identificar o que é alienação em outros contextos? E indo mais além, como pensar as condições de superação da alienação?

A Teoria Crítica dos Afetos de Felipe Campello

Não obstante a importância da crítica elaborada por Amy Allen endereçada à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt nas pessoas de Habermas, Honneth e Forst, a crítica necessita de maiores elaborações a partir de modelos críticos que se desenvolvam estruturalmente a partir de uma compreensão decolonial. Nesse sentido, não é suficiente apenas apontar a necessidade de decolonização e enfatizar a necessidade do diálogo da teoria crítica com filosofias do sul global. É imprescindível incorporar as reflexões dessas teorias em seu âmbito.

Sendo assim, a *Crítica dos Afetos* do filósofo brasileiro Filipe Campello (2022) nos oferece reflexões importantes para avançar na crítica da decolonização de Allen. Campello analisa como os afetos são compreendidos de maneira atomizada dentro da lógica liberal, especialmente os afetos de injustiça. Ele argumenta que todo afeto é construído socialmente e é isso que permite aquele que não experimenta determinado afeto de injustiça reconhecer

⁷² Não obstante, Jaeggi cite alguns exemplos no seu novo livro *Fortschritt und Regression* (2023) que permitam esse diálogo. Ainda assim persiste da crítica decolonial contra seu pensamento, em razão de que apresentar um exemplo para demonstrar suas ideias não é a mesma coisa que discutir explicitamente sobre o problema do colonialismo/colonialidade em relação à modernidade, e muito menos significa estar engajado em um diálogo orgânico com uma tradição filosófica não-europeia.

quando uma pessoa sofre diretamente de alguma injustiça. Entretanto, a tradição filosófica liberal se desenvolveu ignorando esse aspecto sobre os afetos⁷³.

Isso se deu por meio de *injustiças epistêmicas* que determinam quem pode falar e sobre o que especificamente pode falar. Miranda Fricker (2007)⁷⁴ cunhou o conceito de injustiças epistêmicas, que de acordo com Campello (2022, p. 26):

[...] diferentemente da injustiça testemunhal, que se refere aos preconceitos diante do conteúdo do relato a depender de quem o faz, nos casos de injustiça hermenêutica, relações de injustiças arraigadas em práticas sociais não encontram tradução em um vocabulário disponível.

A teoria decolonial⁷⁵ ajuda a entender melhor essa questão, a partir dela é possível compreender que a tradição filosófica da modernidade europeia inaugura um problema cujos efeitos se estendem até os dias atuais: o ponto zero. De acordo com Castro-Gómez (2005, p. 14):

La ciencia no es otra cosa que un lenguaje bien hecho y los lenguajes particulares son una ciencia imperfecta, en tanto que son incapaces de reflexionar sobre su propia estructura. Por eso, durante el siglo xviii la Ilustración eleva la pretensión de crear un *metalenguaje universal* capaz de superar las deficiencias de todos los lenguajes particulares. El lenguaje de la ciencia permitiría generar un conocimiento exacto sobre el mundo natural y social, evitando de este modo la indeterminación que caracteriza a todos los demás lenguajes. El ideal del científico ilustrado es tomar distancia epistemológica frente al lenguaje cotidiano – considerado como fuente de error y confusión – para ubicarse en lo que en este trabajo he denominado el *punto cero*. A diferencia de los demás lenguajes humanos, el lenguaje universal de la ciencia no tiene un lugar específico en el mapa, sino que es una plataforma neutra de observación a partir de la cual el mundo puede ser nombrado en su esencialidad. Producido ya no desde la cotidianidad (*Lebenswelt*) sino desde un punto cero de observación, el lenguaje científico es visto por la Ilustración como el más perfecto de todos los lenguajes humanos, en tanto que refleja de forma más pura la estructura universal de la razón⁷⁶.

⁷³ Para compreender melhor a concepção liberal acerca dos afetos consultar Campello, 2022, p. 26-37; e o capítulo 1 “*A promessa liberal*”.

⁷⁴ FRICKER, Miranda. *Epistemic Injustice: Ethics and the Power of Knowing*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

⁷⁵ Neste trabalho se considera como Teoria Decolonial os desenvolvimentos teóricos promovidos pelo Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). Entretanto, a formação desse grupo e daquilo que se denomina como Teoria Decolonial advém de uma trajetória histórica que remete a diversos autores como a tríade francesa, Aimé Césaire, Albert Memmi e Franz Fanon, outro pensador clássico como Edward Said e, posteriormente a formação no sul asiático do Grupo de Estudos Subalternos representados por Ranajit Guha, Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak, bem como a discussão pós-colonial no campo da crítica literária e dos estudos culturais na Inglaterra e nos Estados Unidos, cujos os representantes mais conhecidos são Homi Bhabha (indiano), Stuart Hall (jamaicano) e Paul Gilroy (inglês). Para compreender essa história, consultar Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (11), 89–117, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>.

⁷⁶ Tradução livre para o português: A ciência nada mais é do que uma linguagem bem feita e as línguas particulares são uma ciência imperfeita, na medida em que são incapazes de refletir sobre a sua própria estrutura. Por esta razão, durante o século XVIII, o Iluminismo levantou o objetivo de criar uma *metalíngua universal* capaz de superar as deficiências de todas as línguas particulares. A linguagem da ciência nos permitiria gerar

Dessa forma, a filosofia moderna europeia ocuparia um ponto zero a partir do qual se determina quem pode falar e sobre o que pode falar. De maneira que o discurso teórico desenvolvido na Europa goza imediatamente de validade científica e autoridade moral na sociedade. Dessa forma, qualquer discurso produzido deve ser comparado com aquilo que é estabelecido como o certo na Europa, a fim de receber validação e consideração científica e social.

Desse modo, Castro-Gómez (2005) demonstra que a construção de uma suposta *metalinguagem universal* exige que se exclua as linguagens particulares desse processo construtivo. É a partir disso que as *injustiças epistêmicas* se formam, porque a rejeição das linguagens particulares inclui a rejeição dos afetos que são responsáveis por produzir vocabulários que permitem a tradução de injustiças epistêmicas.

Diante disso, embora a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt se proponha a lidar com os problemas da modernidade, fica muito claro com a crítica de Allen que em primeiro lugar ela não ataca diretamente um dos principais problemas da modernidade que é o colonialismo e a colonialidade. Além disso, quando a Teoria Crítica tenta lidar com os problemas oriundos da modernidade, acaba recaindo na crítica anteriormente exposta por Castro-Gómez, mas que pode ser vinculada de maneira geral à teoria decolonial. Porque acaba apostando muito ou em uma abordagem reconstrutiva dos valores modernos como Honneth ou em uma abordagem metacrítica desenraizada ou pouco enraizada da realidade empírica.

Para solucionar esse problema, Campello sugere que é preciso a Teoria Crítica descer da sua torre de marfim e entrar em contato com os afetos em jogo na sociedade, a fim de conseguir lidar com as questões de injustiça que necessitam de estudos e respostas práticas. Nesse sentido, é possível afirmar que a normatividade da Teoria Crítica só poderá ser descolonizada e conseguir ser consequente com os princípios e os objetivos traçados por Max Horkheimer (1937) no texto que seria um marco da criação da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, se for capaz de ouvir mais os relatos das pessoas que são desautorizadas historicamente a produzir os seus próprios discursos e ao mesmo tempo colaborar para tornar possível que cada vez mais pessoas contem outras novas histórias.

conhecimentos exatos sobre o mundo natural e social, evitando assim a indeterminação que caracteriza todas as outras linguagens. O ideal do cientista esclarecido é tomar distância epistemológica da linguagem cotidiana – considerada uma fonte de erro e confusão – para se localizar no que neste trabalho chamei de *ponto zero*. Ao contrário de outras línguas humanas, a linguagem universal da ciência não tem um lugar específico no mapa, mas é uma plataforma neutra de observação a partir da qual o mundo pode ser nomeado na sua essencialidade. Não mais produzida a partir da vida cotidiana (*Lebenswelt*), mas a partir de um ponto zero de observação, a linguagem científica é vista pelo Iluminismo como a mais perfeita de todas as linguagens humanas, pois reflete na forma mais pura a estrutura universal da razão.

Dessa forma, a abordagem proposta por Amy Allen que consiste em recorrer a uma reinterpretação das teorias de Theodor Adorno e Michel Foucault para abrir um caminho para a decolonização da Teoria Crítica não é suficiente. Porque ela considera, especialmente sobre Foucault, que o seu método histórico genealógico possibilita uma decolonização da teoria crítica, na medida em que pressupõe uma suspensão da história e uma certa atitude externa ou de distanciamento em relação à História do Iluminismo. Portanto, essa suspensão ou distanciamento tornaria possível enfraquecer a importância dada ao Iluminismo.

Contudo, considerando a filosofia crítica dos afetos de Campello, isso só parece fazer sentido, se esse distanciamento da cultura europeia signifique uma efetiva aproximação com outra forma de vida, por exemplo as diversas formas de vida na América Latina.

De outro modo, parece ser contraproducente defender a realização desse movimento da razão proposto por Allen. Pois, a consequência lógica parece ser sempre de um afastamento para lugar nenhum (ou melhor para o *ponto zero*), porque qual seria o critério para julgar a própria cultura se você só conhece aquela a qual pertence? Essa maneira de pensar a razão parece sempre recair na crítica do ponto zero da teoria decolonial. Dessa forma, faz mais sentido propor à teoria crítica um afastamento da própria cultura, para se aproximar de outra que ofereça elementos importantes para refletir sobre a cultura cujo o crítico pertença e assim realizar um processo produtivo de reflexão ou que o crítico se aprofunde na cultura a qual pertence, para considerar como parte dela os problemas estruturais provocados nas demais culturas.

O processo crítico parece necessitar de ambos os movimentos. De certo modo, especificamente a crítica que se desenvolve no contexto europeu não será capaz de ser tão crítica quanto deseja sem conhecer outras culturas que não somente as suas, e ao mesmo tempo, só será capaz de ser radical se ao conhecer as outras culturas conseguir identificar os elementos da sua própria cultura que foram fortemente necessários para provocar os problemas enfrentados em outras culturas ou formas de vida.

Sendo assim, o grande ganho da proposta de Campello é superar as limitações identificadas por Allen, na medida em que compreende os afetos como primordiais para o fazer crítico. Porque do modo como os afetos são construídos socialmente, fornecem vocabulários que permitem identificar injustiças, sem os quais a Teoria Crítica não consegue encontrar as raízes dos problemas. Além disso, os vocabulários oriundos dos afetos possibilitam pensar de uma forma mais profunda e complexa sobre como transcender no sentido de superar essas injustiças.

Levando isso em consideração, a maneira como este trabalho se desenvolve está relacionada com a sugestão de Campello sobre a necessidade da teoria crítica considerar os afetos de maneira séria, para buscar outras e novas fontes para o pensamento crítico. Sendo assim, é com base nessa ideia que se justifica a análise de conteúdo das entrevistas de pessoas trans no Pará sobre os seus desejos profissionais e sonhos de vida como foi realizado no primeiro capítulo, bem como a análise bibliográfica produzida no Brasil sobre o acesso ao mercado de trabalho pela população trans como foi realizado no segundo capítulo.

Com base naquelas análise, tentou-se traduzir para a escrita as emoções que estão sendo narradas pela população trans, até mesmo aquilo que não está sendo comunicado explicitamente, como uma tentativa de superar as injustiças epistêmicas sofridas por essa população. Para que as narrativas dessas pessoas sejam levadas ao conhecimento da academia e do debate público, bem como levadas em consideração na discussão pública dos problemas sociais.

Outro aspecto importante deste trabalho que está relacionado à crítica dos afetos de Campello, pode ser compreendida a partir dos seguintes trechos:

Mesmo antes dos trabalhos de Freud, nas diversas tradições que encontram em Hegel inspiração teórica, a centralidade da crítica havia sido deslocada do sujeito para aquilo que o antecede: normas e padrões sociais que constituem o próprio vocabulário de articulação das experiências e narrativas subjetivas. *Conceitos como ideologia, alienação, reificação e, mais recentemente, patologia social passariam a indicar falhas não somente na capacidade reflexiva dos sujeitos, mas - e gostaria de insistir neste aspecto - também nas maneiras de responder afetivamente a esses contextos.* Nesses casos, não se trata apenas de encontrar em sentimentos de indignação moral o motor catalisador das revoltas, como no exemplo de Moore, mas de se perguntar sobre o grau de articulabilidade dessas experiências - traumas que obstruem a comunicação, impedem-nos de acessar aquelas experiências de maneira reflexiva e, somente a partir daí, elaborar e reagir diante delas.

[...] Em tais casos de bloqueios afetivos, *os sujeitos não só são privados de espaços de justificação para compartilhar demandas de justiça, ou mesmo de uma esfera pública que possibilite lutas por reconhecimento, como não chegam a sequer articular de maneira discursiva sentimentos de injustiça.* (Destaque nosso) (Campello, 2022, p. 24-25)

Com base nessas ideias, investigar aquilo que a população trans paraense e brasileira deseja e sonha para si, é uma forma de aperfeiçoar os projetos de Jaeggi e Honneth da revitalização das teorias críticas da alienação e da reificação. Na medida em que os sonhos e os desejos da população trans podem ser interpretados como afetos, isso permite mobilizar o conceito de alienação de uma compreensão abstratamente formulada para uma aplicação crítica em um problema prático historicamente determinado, que no presente estudo é o caso da exclusão social de pessoas trans.

Sendo assim, a relação entre os sonhos e os desejos com as teorias da alienação e da reificação, permitem por um lado compreender de uma forma muito mais enriquecida o que é e como se constrói a alienação na sociedade, quais são os principais problemas sociais contemporâneos. Por outro lado, permitem realizar aquilo que é a grande questão não só de Campello como também de outros pensadores da teoria decolonial como por exemplo Ramón Grosfoguel⁷⁷ sobre como os afetos e, conseqüentemente as narrativas produzidas por esses afetos podem ser mobilizadas de modo a dar conhecimento às injustiças até então desconhecidas ou ignoradas, sem recair no mesmo problema dos liberais, que é encarar essas narrativas de maneira individual, atômica, unilateral. O entrecruzamento entre a crítica dos afetos e a teoria crítica da alienação e da reificação contribuem para pensar sobre o aspecto fundamental dos afetos: a construção social. Isso torna disponível ao conhecimento de todas as pessoas os sofrimentos e as injustiças de um grupo social do qual elas podem não fazer parte, mas de alguma forma (positiva ou negativa) ainda estão relacionadas a esse grupo. Além disso, permite pensar que é possível não apenas conhecer os sofrimentos e injustiças, como também articular a superação desses problemas, ou seja, transformar o estado de coisas.

Desse modo, além de todas essas vantagens interpretativas, abordar a alienação a partir de uma linguagem dos afetos, possibilita identificar os potenciais de emancipação inscritos na própria vivência dos problemas que pessoas trans enfrentam, o que nos permite refletir que o progresso ainda que pensado sob a perspectiva negativa de Adorno, não se trata apenas sobre a realização das esperanças passadas que não foram realizadas, mas também se trata de formar novas esperanças no tempo presente e efetivamente de alguma forma superar ou transformar os regressos que não permitiram a realização daquelas esperanças anteriores. Com base nisso, este trabalho é uma forma de decolonização da Teoria Crítica que leva em consideração os acertos e erros do passado, sem ao mesmo tempo se restringir a eles, porque compreende que a constituição de novos afetos, novos sonhos e juntamente com isso novos vocabulários são capazes de instituir novos sentidos à vida e uma vida menos alienada e reificada, que possibilita que pessoas trans por exemplo sejam capazes de articular seus sofrimentos, dores, mas também desejos e sonhos e, em última instância as suas vidas, de uma forma menos dominada.

⁷⁷ Grosfoguel enfrenta muitas das questões pertinentes à discussão de Campello e de modo geral da Teoria Crítica sobre como lidar com as problemáticas originadas do colonialismo e da colonialidade sem promover uma proposta que recaia no mesmo problema que se quer combater. Nesse sentido, consultar o artigo Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80 | 2008, publicado a 01 outubro 2012, consultado a 17 junho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/697>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.697>

O Transfeminismo brasileiro e o diagnóstico de alienação da população trans

A partir desse diagnóstico crítico sobre a Teoria Crítica da tradição da Escola de Frankfurt e mais especificamente, considerando as deficiências da teoria crítica de Axel Honneth e Rahel Jaeggi, é importante realizar um diálogo com a Teoria Transfeminista especialmente a desenvolvida no Brasil, a fim de concluir uma análise mais adequada sobre o problema da alienação sofrida pela população trans.

O Transfeminismo⁷⁸ é uma teoria que se desenvolve em um local marginalizado entre os estudos e movimentos feministas e queer nos EUA e os estudos e movimentos LGBTI+ em outras localidades como o Brasil⁷⁹. De acordo com Nascimento (2021, p. 68):

[...] o transfeminismo é uma corrente teórica e política vinculada ao feminismo, que se divide em várias correntes exatamente pela compreensão, de certo modo comum, de que é impossível permanecer insistindo em mulher, no singular, numa condição universalizante, como sujeita única do feminismo. É preciso localizar as sujeitas, de modo a favorecer a dimensão plural de nossas existências.

Embora as questões centrais do transfeminismo se deem na esteira das discussões sobre gênero, sexualidade e desejo, ainda assim, na medida em que Jesus e Alves (2012, p. 14) definem o transfeminismo “tanto como uma filosofia quanto como uma práxis acerca das identidades transgênero que visa a transformação dos feminismos”, percebe-se as relações que podem ser estabelecidas com os estudos decoloniais, bem como com os estudos da Teoria Crítica. O modo como o transfeminismo surgiu no Brasil, de maneira teórica-prática deve ser considerado para pensar acerca dos problemas endereçados até aqui neste trabalho. O transfeminismo brasileiro é influenciado diretamente pela teoria feminista dos Estados Unidos e do Brasil, especificamente o feminismo negro, bem como pela teoria queer e os estudos pós-estruturalistas. Essas influências constituem um pensamento contra hegemônico não apenas acerca da questão da afirmação e reconhecimento social da identidade trans e da população trans como também o enfrentamento de diversas outras ideias e sistemas de dominação que atravessam a luta das pessoas trans, mas também são vivenciadas por outros grupos sociais.

⁷⁸ As principais teóricas do Transfeminismo no Brasil são Beatriz Bagagli, Bruna Benevides, Caia Coelho, Céu Cavalcanti, Hailey Kaas, Helena Vieira, Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara, Mariah Silva, Maria Clara Araújo, Sara Wagner, Yuna Vitória.

⁷⁹ Consultar Leticia Nascimento, *Transfeminismo*, 2021, p. 72-74.

É nesse sentido que Nascimento afirma que o transfeminismo é feito por e para mulheres trans, com os objetivos de se apropriarem da fala e de romperem “com os silêncios normativos” (2021, p. 78-79). É a partir dessa perspectiva que Jaqueline Gomes de Jesus (2019)⁸⁰ e Megg Rayara de Oliveira (2017)⁸¹ já desenvolveram trabalhos sobre o esquecimento atribuído a histórias de pessoas como Xica Manicongo e Yaya Mariquinhas, as quais têm sido reivindicadas pelo movimento trans no Brasil como personagens pioneiras da história transfeminista brasileira que resistiram ao sistema colonial cisheteronormativo. Xica Manicongo foi escravizada e trazida do Congo até o Brasil no século XVI, precisou enfrentar o Tribunal do Santo Ofício, o qual a obrigou a vestir-se com roupas masculinas para resguardar a própria vida. No século XIX, entre as décadas de 60 e 80, Yaya Mariquinhas reivindicava o tratamento social no feminino e o uso de roupas femininas.

Com base nisso, o pensamento e movimento transfeminista no Brasil pensa sobre as identidades trans e travesti também como formas de resistência à matriz de poder colonial, especificamente contra a ideia de gênero desenvolvida pela modernidade. O transfeminismo nega o sujeito abstrato, masculino, cis, heterossexual, branco, europeu da modernidade que se pretende como o ideal universal. Pois, tensiona, ou dependendo da abordagem, nega a binariedade do gênero, para afirmar outras subjetividades como a trans e a travesti.

Dessa maneira, na medida em que o transfeminismo se propõe a desnaturalizar a identidade de gênero binária, é possível perceber que essa teoria dialoga com a teoria crítica da alienação, pois defende a desnaturalização da constituição subjetiva dos *selfies* no que concerne sobretudo às identidades de gênero.

Considerando as contribuições teóricas do transfeminismo para o objeto deste estudo, é possível compreender que os desejos profissionais e sonhos exposto no capítulo um demonstram de fato que há um problema de alienação experimentado pela população trans no Brasil. Porém, esse problema se constrói socialmente, a partir não somente da ideia de atribuição e performance de papéis sociais de gênero binário, como também a partir da ideia de colonialismo inaugurada pela modernidade que nega outras formas de experimentar a identidade e a sexualidade, e conseqüentemente, a própria existência no sentido mais amplo.

A maneira como os papéis de gênero binário foi inaugurado no Brasil no período colonial difere da forma como as pessoas trans do norte global vão lidar com os problemas da

⁸⁰ JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. Revista Docência e Cibercultura. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan-abr. 2019.

⁸¹ OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. O diabo em forma de gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação (Tese Doutorado em Educação na Universidade Federal do Paraná). Curitiba: 2017. 190 f. Publicado sob o mesmo título pela Editora Prismas de Curitiba em 2017.

binariedade colonial. É por isso que se torna importante considerar não apenas as reflexões decoloniais relacionadas a esses problemas, mas também as teorias trans que abordam essas questões.

A Teoria Transfeminista interpolada com a teoria do reconhecimento de Honneth e as críticas decoloniais de Allen e de Campello demonstra que as pessoas trans ainda lutam para serem reconhecidas socialmente como sujeitos cujas opiniões importam acerca de assuntos como o mercado de trabalho e a vida no seu sentido mais amplo possível. Elas lutam para estabelecer o estágio prévio ou o vocabulário prévio que lhes permita realizar a apropriação adequada das relações sociais necessárias às suas autorrealizações. Portanto, aquilo que Jaeggi indica como a solução da alienação, ainda não está completamente disponível a essa população. Porque sempre lhes foi negado determinar a forma de viverem as suas vidas.

Dessa maneira, elas reivindicam um espaço prévio de reconhecimento social na sociedade brasileira, para conseguirem articular objetivamente as histórias de suas vidas a fim de não serem reduzidas à uma imagem reificada de uma pessoa trans que historicamente no Brasil sempre é associada à ideia de uma pessoa pobre, de baixa escolaridade, trabalhadora sexual vulnerável, tida como um objeto hiperssexualizado cuja única função existencial é a satisfação do prazer alheio de pessoas que muito embora a desejem, não assumem publicamente esse desejo, bem como uma pessoa que não merece amor e muito menos ser reconhecida como pessoa, o que justifica a sua morte das formas mais violentas possíveis.

Basta relembrar da quantidade de sonhos narrados pela população trans paraense para percebermos que a maioria das pessoas sonha em ter direitos básicos assegurados, principalmente o direito de viver sem sofrer alguma tentativa de assassinato que as impeça de envelhecer de um modo satisfatório, de ter alguma moradia própria e ter a oportunidade de trabalhar com estabilidade financeira e profissional. Muitas pessoas trans narram como desejam ao menos conseguir contribuir com seu trabalho como ativista para garantir esses direitos às próximas gerações. E nesse mesmo sentido, é necessário recordar que as pesquisas demonstram uma ausência de pessoas trans no mercado formal. Contudo, ainda quando ocupam postos de trabalho formal, são socialmente inferiorizados.

A análise do conjunto dessas informações revela que essa população vive um paradoxo injusto: as pessoas trans até podem se inserir no mercado de trabalho, desde que elas aceitem condições de trabalho bastante específicas e discriminatórias. Na maioria das vezes, isso significa que só serão ofertados a elas postos de trabalho socialmente inferiorizados e que elas devam aceitar trabalhar em ambientes laborais transfóbicos que desrespeitem o seu nome

social, impeçam o uso do banheiro e a utilização de determinada vestimenta que contrarie à tradicional binariedade dos papéis de gênero.

Com base nisso, as narrativas dos sonhos da população trans do Pará devem ser lidas como reivindicações de primeira ordem que ao mesmo tempo que expressam e defendem um desejo ou um objetivo de vida, também nos informam sobre outros assuntos que não necessariamente estão contidos explicitamente naquelas falas mas deveríamos prestar atenção e tentar interpretar esses outros sentidos implícitos tendo em vista o contexto histórico da sociedade brasileira na qual essa população está inserida.

Um dos sentidos implícitos a muitas daquelas falas consiste em um relato disfarçado sobre a dor ou o sofrimento de ser uma pessoa trans no Brasil. Outro sentido dessas falas revelam que o processo de exclusão social de pessoas trans no Brasil é tão forte que enfraquece a possibilidade de traçar a história de vida da maneira que essas pessoas desejam. Há relatos que enfatizam como o problema de exclusão social dessas pessoas inibem fortemente as suas capacidades de imaginar um outro estado de coisas para suas próprias vidas, como se elas tivessem perdido a capacidade de imaginar outros cenários melhores e de adotarem comportamentos mais ativos em relação às suas vidas, de maneira que elas superem a ideia de agir e trabalhar apenas para sobreviver.

Nesse contexto, depreende-se dessas narrativas que o mundo do trabalho para as pessoas trans contribuem tanto para a perpetuação do problema da ausência dessas pessoas no mercado de trabalho formal, quanto no problema da diminuição significativa das esperanças dessa população para a sua própria vida. Dessa forma, essas narrativas nos oferecem indícios para repensar sobre a ideia de trabalho, o acesso a esse direito e sobre as suas condições de exercício⁸².

Nesse sentido, os relatos de pessoas trans no Pará não devem ser interpretados como uma mera narrativa contingente da história do nosso país e da humanidade. Além disso, não é suficiente interpretar essas narrativas como uma mera denúncia sobre a limitação que a sociedade impõe às pessoas trans das suas capacidades emocionais de imaginar outras histórias sobre suas próprias vidas ou como uma maneira indireta de acessar as dores ou os

⁸² A esse respeito vale a pena considerar a provocação de Oliveira (2019) em "*E TRAVESTI TRABALHA?*": *divisão transexual do trabalho e messianismo patronal*, acerca dos limites que o direito ao trabalho possui para garantir o reconhecimento social e a cidadania da população trans. No presente estudo, é possível perceber que a alienação sofrida pela população trans possibilita identificar a necessidade da transformação das ideias que regem as relações da esfera do trabalho. Pois, apesar de ser necessário que essa população ingresse no mercado de trabalho, nas condições em que ele se encontra, elas enfrentam inúmeras barreiras para permanecerem trabalhando, o que acaba recaindo na ideia de que o trabalho não é capaz de fato de garantir o reconhecimento social a essas pessoas da forma como é esperado.

sofrimentos experimentados por essas pessoas⁸³. Se quisermos lidar com a raiz do problema da alienação sofrida pela população trans do e no mercado de trabalho, os relatos dos sonhos devem ser interpretados a partir daquilo que Campello conceitua como justiça de primeira ordem e justiça de segunda ordem. Ele afirma o seguinte:

Denomino esse problema como *justiça de primeira ordem*. Nesses casos, não temos ainda uma disputa pelos conteúdos que devem ou não encontrar boas razões para serem justificados, mas a possibilidade de assegurar que as pessoas afetadas possam ser reconhecidas em suas pretensões epistêmicas em um discurso livre de coerção. Além de trazer atenção para problemas de injustiça epistêmica, relatos têm o potencial de tornar visíveis falhas nas teorias normativas com pretensões de universalidade. Teorias hermeticamente enclausuradas em seu próprio discurso, ouvindo apenas sua própria voz, falham ao tomar seus pressupostos de universalidade como incorrigíveis. Essa segunda dimensão normativa dos relatos, que podemos chamar de *pretensões de legitimidade*, consiste na sua pressão diante de supostos saberes universais, mostrando que estes são defectivos, ou seja, que o vocabulário que utilizamos para delimitar noções como universalidade e racionalidade é falho. Experiências, relatos e narrativas possuem, então, relevância crítica não somente porque contam outras histórias, mas também porque essas histórias nos oferecem novos conceitos e imagens, permitindo retificar nosso vocabulário, fazendo ver o que antes não tinha razão para ser visto.

Cabe mencionar a maneira como Pinzani (2019) utiliza esses dois conceitos sob o nome de sofrimento de primeira ordem e sofrimento de segunda ordem para analisar criticamente a maneira como os pobres no Brasil sofrem e lidam com essa pobreza. Pinzani (2019, p. 6) é problemático utilizar a expressão *grupos socialmente vulnerabilizados* para explicar os problemas enfrentados pelas pessoas pobres, porque dá a entender que os sofrimentos desse grupo se desenvolvem como uma consequência inevitável da natureza humana, quando na verdade, os pobres são vítimas da injustiça social e da opressão sistêmica. A partir disso, Pinzani (2019, p. 10) explica que os sofrimentos de primeira ordem experimentados pelos pobres são sustentados pelo sofrimento de segunda ordem perpetrado contra essas pessoas:

A injustiça hermenêutica transforma-se em injustiça epistêmica quando, ao silenciar as experiências sociais de grupos sociais específicos, impede a nossa capacidade de obter conhecimento da sociedade. É o que acontece, por exemplo, quando a pobreza é reduzida a uma falta de recursos materiais e explicada pela alegada falta de iniciativa, educação ou inteligência dos pobres. Esta visão preconceituosa impede-nos de ter uma visão mais realista da sociedade. Quando um grupo "sofre uma injustiça epistêmica de forma sistemática, então será apropriado falar de opressão epistêmica", como observa Fricker, e é negável que os pobres sofrem essa opressão. Na verdade, poder-se-ia mesmo falar de dominação epistêmica, uma vez que muitas vezes não têm capacidade para articular um ponto de vista epistêmico alternativo. A dominação epistêmica corresponde, naturalmente, a uma "vantagem

⁸³ Obviamente que a depender do objetivo do leitor, ele pode desenvolver pesquisas bastante relevantes a partir desses aspectos que eu não objetivo trabalhar no escopo deste trabalho.

epistêmica" para os "poderosos". Considera-se que o seu ponto de vista oferece a única visão legítima da sociedade, de modo que a sua narrativa se torna a única aceitável e acaba por ser aceita também pelos "impotentes", mesmo que vá contra a sua experiência pessoal. Isto acontece sobretudo quando o ponto de vista privilegiado é incessantemente repetido na arena política pelos partidos dominantes e pelos políticos no poder, bem como na esfera pública pelos meios de comunicação social que o aceitam sem qualquer crítica.⁸⁴

É nesse sentido que os relatos dos sonhos da população trans deixam perceber que a população trans no Brasil sofre (in)justiça epistêmica ou de segunda ordem, porque os sonhos e desejos que elas relatam são fortemente determinados pelo ponto de vista epistêmico legítimo socialmente acerca da identidade delas. Desse modo, embora os desejos expressos por elas sejam legítimos, percebe-se tanto por aquelas que relatam que desejam uma vida financeira mais estável, uma casa ou uma vida mais segura, quanto por aquelas que dizem não ter nenhum desejo específico porque perdeu capacidade de desejar para além da sobrevivência, que o horizonte de possibilidades do desejo dessas pessoas está limitado por aquilo que as pessoas cis determinam como verdade sobre elas.

Isso é preocupante e merece ser levado a sério por dois motivos, primeiro porque revela que a capacidade de constituir uma vontade livre está impedida para esse grupo social, de modo que muitas pessoas sequer prospectam algo para suas vidas além da mera sobrevivência diária. Em segundo lugar, isso significa que a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho formal para esse grupo não está permitida e quando raramente algumas pessoas conseguem acessar, as condições disponíveis para elas são as piores. De maneira que o contexto em que essas pessoas trabalham pouco contribui para que elas se autodeterminem e se autorrealizem como seres humanos.

Sendo assim, a história dos sonhos da população trans paraense deve ser interpretada de maneira que em cada situação específica do cotidiano na sociedade sejam consideradas de maneira séria e legítima o que efetivamente as pessoas trans almejam para as suas vidas e como a inserção delas no mercado de trabalho pode contribuir de fato para a realização

⁸⁴ Versão original em inglês: Hermeneutic injustice becomes epistemic injustice when, by silencing the social experiences of specific social groups, it hinders our ability to gain knowledge of society. This is, for instance, the case when poverty is reduced to a lack of material resources and explained by the poor's alleged lack of initiative, education or intelligence. This prejudiced view prevents us from having a more realistic view of society. When a group 'suffers epistemic injustice in a systematic way, then it will be appropriate to talk of epistemic oppression,' as Fricker remarks, and it is undeniable that the poor suffer such oppression. Actually, one could even talk of epistemic domination, since they often lack the capacity to articulate an alternative epistemic standpoint. To epistemic domination corresponds of course an 'epistemic advantage' for the 'powerful.'²⁹ Their standpoint is considered to offer the only legitimate view of society, so that their narrative becomes the only acceptable one and ends up being accepted also by the 'powerless,' even though it might go against their personal experience. This happens mostly when the privileged standpoint is incessantly repeated in the political arena by dominant parties and by governing politicians as well as in the public sphere by mass media that uncritically accepts it.

daquele primeiro objetivo. Assim, é necessário abrir um espaço de diálogo equânime, onde seja possível negociar razões no mundo do trabalho tendo como objetivo transformar as condições laborais, a fim de que as atividades de trabalho não sejam meios meramente instrumentais para a sobrevivência dessa população, mas sim meios com os quais elas se identifiquem minimamente e que sirvam para ampliar os seus horizontes de possibilidade, para que eventualmente elas se autorrealizem da maneira que concluírem ser a mais desejável em cada momento de suas vidas.

Sem esse tipo de reflexão é difícil superar a forma reificada de exercer papéis sociais na sociedade de modo geral e especificamente no mundo do trabalho. Consequentemente, é inviável conseguir evitar a perpetuação das injustiças sofridas por esse grupo. Além disso, percebe-se que o trabalho formal tão reivindicado pela população trans como uma das medidas para melhorar as suas condições de vida ao invés de emancipá-las, torna-se uma das fontes de sua alienação, tornando-as cada vez mais suscetíveis a viver uma vida que não é aquela que elas gostariam e nem efetivamente escolheram viver. É necessário pensar em outras abordagens éticas sobre o trabalho e como introduzir práticas que o transforme em algo não necessariamente novo, mas melhor, para mitigar ou eliminar esse problema. Nesse sentido, essa reflexão não apresenta precisamente um caminho sobre como fazer isso. Mas, propõe abrir o diálogo e a reflexão para fortalecer as reivindicações da população trans brasileira.

CONCLUSÃO

Este trabalho demonstrou que existe uma relação entre os sonhos da população trans e os problemas enfrentados por essa população em relação a sua exclusão social no Brasil. Essa relação foi explorada a partir do conceito de alienação e reificação elaborado pelas teorias críticas de Rahel Jaeggi e Axel Honneth. A partir disso, foi possível perceber que saber os sonhos da população é importante para compreender não somente o que essas pessoas almejam efetivamente, mas também aquilo que elas deixam de desejar, bem como o modo como elas desejam o que desejam. Por meio dessa conexão entre sonhos e alienação, identificou-se que a população trans não está apenas alienada do (e no) mercado de trabalho como também está alienada de si, na medida em que sua capacidade de desejar e de ter vontade está sofrendo de uma patologia social. Essa patologia social foi melhor explicada a partir do conceito de reificação, pois uma das principais razões para a população trans estar alienada de si mesma em sua subjetiva é o fato de que a sociedade compreende os papéis sociais de gênero de maneira reificada. Ou seja, performam esses papéis de maneira que esqueceram que são comportamentos/ normas criadas socialmente e não um fato bruto natural.

Nesse contexto, a população trans tem sido influenciada no modo como vive a vida. A partir dos dados apresentados e analisados, percebe-se que as pessoas trans têm perdido a capacidade de sonhar e, portanto, de narrar histórias mais diversificadas sobre si mesmas. Do modo como a alienação está intimamente relacionada com o processo de exclusão social compulsório da população trans, por meio da reificação dos papéis de gênero, a população trans tem sido impedida de pensar e desejar outros contextos para construção e experimentação de outros desejos que não apenas o da mera sobrevivência.

Com base nessa análise dos sonhos, o trabalho demonstrou teórica e empiricamente que a investigação de aspectos mais subjetivos acerca da população trans nos orienta de uma forma mais profunda ao entendimento dos processos constitutivos do problema de exclusão social dessa população. Pois, o problema de exclusão social dessas pessoas e mais especificamente a exclusão do mercado formal de trabalho não pode ser pensado de uma maneira superficial de incluir essa população no mercado de trabalho, mas sim antes é necessário pensar formas de inclusão no mercado de trabalho formal e, conseqüentemente na vida social de maneira geral, que enriqueçam as vidas dessas pessoas. As políticas de inclusão dessa população devem também ser formuladas considerando a necessidade dessas pessoas construir por si mesmas novos desejos, novas histórias, novos mundos ou novos arranjos

sociais com outras bases fundamentais. As políticas públicas e a discussão acadêmica sobre os problemas enfrentados pela população trans não podem se limitar ao princípio liberal da mera sobrevivência, da concessão do mínimo. Pois, como o trabalho demonstrou, a defesa dessa ideia liberal enclausura as pessoas trans em uma forma de viver que tem como hiperfoco e princípio fundamental a sobrevivência material. De maneira, que isso retroalimenta o ciclo vicioso da exclusão social dessas pessoas.

Diante disso, a partir da crítica à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, desenvolvida por Amy Allen e de certo modo por Felipe Campello, bem como a partir da Teoria Decolonial e do Transfeminismo brasileiro, o trabalho também buscou demonstrar que verbalizar ou expressar de alguma maneira (que não seja apenas pela linguagem verbal) os próprios sonhos, planos, expectativas, desejos e esperanças é uma forma de resistência dessa população que vive a sua vida em um contexto social historicamente desfavorável às suas existências plenas. Aliado a isso, buscou sob o signo dos *sonhos* ampliar as categorias utilizadas para pensar e discutir os problemas da população trans na esfera pública. O trabalho buscou não apenas identificar e apresentar aspectos ocultos desses problemas, como também subsidiariamente, buscou contribuir para a construção de uma história dos sonhos da população trans brasileira, a partir do caso específico da população do estado do Pará. Pois, entende-se ser imprescindível a contação dessas narrativas, as quais são amplamente e sistematicamente invisibilizadas na nossa sociedade. São histórias que não apenas contribuem para pensar sobre os problemas sociais, como também colocam em foco um aspecto que por muitas vezes é perdido no meio das pesquisas acadêmicas nas ciências humanas: as pessoas transgêneras não são um objeto de pesquisa, mas são seres humanos com todas as complexidades que uma pessoa pode ter. Por isso, o modo como os seus desejos têm sido formulados de maneira restrita merecem atenção da academia e dos espaços públicos de deliberação política.

REFERÊNCIAS

ALLEN, Amy. **The end of progress**: decolonizing the normative foundations of critical theory. New York: Columbia University Press, 2016.

ALLEN, Amy; MENDIETA, Eduardo (ed.). **From Alienation to Forms of Life**: The Critical Theory of Rahel Jaeggi. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2018.

ALMEIDA, Cecília Barreto; VASCONCELLOS, Victor Augusto. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 14, nº2, p. 302-333, maio/ago., 2018.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). **Dossiê: ASSASSINATOS e violências contra pessoas Trans em 2022**. 2022.

AVELAR, Rezende Bruno de; GONÇALVES, João V. R.; MENDES, Alex; QUEIROZ, Thales A. Transgredindo preconceitos? A escassez de travestis e transexuais no mundo do trabalho. **Historiae**, Rio Grande, v. 13, nº 1, p. 45-71, 2022.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>>. Acesso em: 07 jul. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, 2011.

BATISTA, Suellen; MENDES, Diego; SILVA, Giselle; MENDONÇA, José. Jornada trans: um estudo acerca da trajetória de travestis e mulheres transexuais no mercado de trabalho de Recife. **Perspectiva contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 144-166, mai./ ago. 2020.

BARBOSA, Ana Lilia Souza *et al.* TRAVESTIS PROFISSIONAIS DO SEXO E QUALIDADE DE VIDA: VISIBILIZANDO OUTRAS CONCEPÇÕES. **Cogitare Enfermagem** [online]. 2021, v. 26, e76961. Disponível em: <<https://doi.org/10.5380/ce.v26i0.76961>>. Epub 22 Nov 2021. ISSN 2176-9133. <https://doi.org/10.5380/ce.v26i0.76961>. Acesso em 7 jul. 2024.

BORGES CANDIDO, L.; MEDEIROS, C. R. de O. . Medo e preconceito: experiências de transgêneros no contexto organizacional. **Perspectivas Contemporâneas**, [S. l.], v. 16, p. 1–23, 2021. DOI: 10.54372/pc.2021.v16.3429. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/3429>. Acesso em: 7 jul. 2024.

BURKE, Peter. A esperança tem história?. **Estudos Avançados**, 26(75), 207–218, 2012. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200014>> acesso em 23 fev. 2024.

CÂMARA, Amanda Bonner P. “Cair na vida”: o espaço da prostituição como principal alternativa de renda para as mulheres transexuais e travestis. **Caderno Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 48-62, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/1401>. Acesso 7 jul. 2024.

CAMPELLO, Filipe. **Crítica dos afetos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

CAMPOS FONSECA, Giovanni; GONÇALVES DA SILVA, Thiago; CABRAL BARBOSA, Rose Elizabeth. Ganhando a vida? Estratégias adotadas por travestis trabalhadoras do sexo nas ruas de Montes Claros, MG. **Argumentos - Revista do Departamento de Ciências Sociais da Unimontes**, [s. l.], v. 18, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/4485>. Acesso em: 7 jul. 2024.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CEDEC - CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORNEA. **Mapeamento das Pessoas Trans na Cidade de São Paulo**: relatório de pesquisa. São Paulo, 2021.

CHENIAUX, Elie. Os sonhos: integrando as visões psicanalítica e neurocientífica. **Revista De Psiquiatria Do Rio Grande Do Sul**, 28(2), 169–177, 2006. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0101-81082006000200009>> acesso em 23 fev. 2024.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DA SILVA MELO, M. F.; BARRO ACIOLI DE OLIVEIRA, M.; DE FREITAS SILVA, T. A.; ESPINHEIRA COSTA PEREIRA, C.; CHIARETO, J. DIVERSIDADE NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL: A INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE TRANSGÊNEROS NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO. **Caderno de Administração**, v. 30, n. 1, p. 47-64, 21 jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/61687>. Acesso em 07 jul. 2024.

DE JESUS, Jaqueline Gomes; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 17 jun. 2024.

DIAS, Danilo; SOUZA, Marcos Lopes de. “eu não queria de maneira nenhuma que meu filho fosse ensinado por um[a] travesti”: : um estudo sobre as vivências profissionais de uma professora travesti. **Revista Labor**, [S. l.], v. 1, n. 27, p. 68–88, 2022. DOI:

10.29148/labor.v1i27.80701. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/80701>. Acesso em: 7 jul. 2024.

DIAS, D.; SOUZA, M. L. DE. "Parece uma mulher, mas é um traveco"; produções discursivas marginais e transfóbicas nas vivências de uma travesti professora. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 212, p. 19-30, 7 jan. 2019. Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43388>. Acesso em 7 jul. 2024.

FERREIRA, Tatiana de Sousa. **Os processos de entrada e permanência das travestis e das mulheres transexuais no mercado de trabalho**. 2017. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Terapia Ocupacional) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

FERREIRA, Cláudio; PEREIRA, Amneres. Ariano Suassuna: o encantador de histórias. **Agência Câmara de Notícias**. Disponível em
<<https://www.camara.leg.br/noticias/92112-ariano-suassuna-o-encantador-de-historias/>>. Acesso em: 21 fev. 2024.

FLEURY, Flávio Malta. **Os Sentidos do Direito, do Sindicato e da Vida em Disputa: resistências trabalhadoras e sindicais à transfobia e ao cissexismo no telemarketing**. 2020. Dissertação de Mestrado (Direito) - Faculdade de Direito e Ciências do Estado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FONSECA FERREIRA, Fabrício; SOUSA RIBEIRO, Thaís Monielly; FERREIRA DE BRITO, Worney. Percepção das pessoas Trans acerca do acesso ao mercado de trabalho. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, Brasil, v. 11, p. e3946, 2022. DOI: 10.17267/2317-3394rps.2022.e3946. Disponível em:
<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3946>. Acesso em: 7 jul. 2024.

GALVANI, Maria Castro; ROCHA, Wanderson Jacone. **Transgêneros e as Dificuldades Enfrentadas para Inserção ao Mercado de Trabalho**. 2018. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) - Faculdade Doctum de Serra, Serra, 2018.

GIORGI, Beatriz Monico; BARBOSA, Kelly T. da Costa; BORGES, Fabiana Silva. Transexuais no Mercado de Trabalho: Estudo Sobre a Representatividade nos Ambientes Formais de Trabalho. **Revista Factus de Administração e Gestão**, V. 2, N. 1, 2017. Disponível em: <http://publicacoes.factus.edu.br/index.php/administracao/article/view/142>. Acesso em 7 jul. 2024.

GONÇALVES, J. V. Rodrigues; TRUJILLO, R. A. Simancas. (2020). Da Esquina Ao Escritório: Uma Análise Sobre A Ausência De Mulheres Transexuais no Mercado De Trabalho Formal Em Goiás. **Pensamiento Americano**, 13(26), 33–50.
<https://doi.org/10.21803/penamer.13.26.419>. Acesso em 7 jul. 2024.

HONNETH, Axel. **Reificação**: um estudo de teoria do reconhecimento. Traduzido por Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

JAEGGI, Rahel. **Re-Thinking Ideology**. In: BRUIN, B.; F. Zurn, Christopher (Ed.). *New Waves in Political Philosophy*. Londres: Palgrave Macmillan London, 2008. p. 63–86.

JAEGGI, Rahel. **Repensando a ideologia** (“Re-thinking Ideology”). Porto Alegre, *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n.1, p. 137–165, jan.-abril/2008.

JAEGGI, Rahel. **Alienation**. Trad. Frederick Neuhouser e Alan E. Smith. New York: Columbia University Press, 2016.

JAEGGI, Rahel. **Critique of Forms of Life**. Trad. Ciaran Cronin. Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 2018.

JUNIOR, Marcos B. N.; TEIXEIRA, Marina C. A.; GRITTI, Neusa H. S. Inserção de transexuais no mercado de trabalho. **Revista Fatec Zona Sul**. ed. 35, v. 8, n. 5, jun. 2022.

LICCIARDI, Norma; WAITMANN, Gabriel; MARQUES DE OLIVEIRA, Matheus Henrique. A Discriminação de Mulheres Travestis e Transexuais no Mercado de Trabalho. **Revista Científica Hermes**, nº 14, p. 201-218, julho/dezembro, 2015.

LOPES, Ronilto Arthur Gonçalves; KERN, Cristina Adriana Rodrigues; VIDAL, Gabriela Pereira; CASTRO, Amanda. Você não responde ao perfil: representações sociais sobre o mercado de trabalho para transexuais. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, Brasil, v. 9, n. 3, p. 351–363, 2020. DOI: 10.17267/2317-3394rps.v9i3.3269. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/3269>.. Acesso em: 7 jul. 2024.

MAGALHÃES, K. A., COTTA, R. M. M., GOMES, K. de O., FRANCESCHINNI, S. do C. C., BATISTA, R. S., & SOARES, J. B. Entre o conformismo e o sonho: percepções de mulheres em situação de vulnerabilidade social à luz das concepções de Amartya Sen. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, 21(4), 1493–1514, 2011. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000400017>> acesso em 23 fev. 2024.

MAGALHÃES, Ítalo Santos; SILVA, Laiza Roque da Cruz; OLIVEIRA, Lucicláudia Silva de. **Uma nova porta se abre**: a inserção de travestis e transexuais no mercado de trabalho formal após o programa transcidadania. 2018. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Universidade Santo Amaro (UNISA), São Paulo, 2018.

MARINHO, S.; SILVA DE ALMEIDA, G. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 22, n. 1, 2019. DOI: 10.5216/sec.v22i1.57888. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/57888>. Acesso em: 7 jul. 2024.

MARTINELLI, Fernanda; QUEIROZ, Taya; ARARUNA, Maria L.; MOTA, Bernardo. Entre o cisplay e a passabilidade: transfobia e regulação dos corpos trans no mercado de trabalho. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, 2018, ISSN: 2177-2886. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.9.i2.0019>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12855>. Acesso em 7 jul. 2024.

MATOS, Saulo; MAGALHÃES, Breno. **Relatório parcial do projeto de pesquisa trabalho, emprego e renda trans**: estudo sobre o acesso ao mercado de trabalho de pessoas transgêneras no Estado do Pará. 2024.

MELO, Suzana V. de. Alienação (Entfremdung) e Estranheza (Fremdheit): dois paradigmas culturais do ocidente. **Pandaemonium Germanicum**, (17), 1–24, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-88372011000100002> acesso em 26 maio 2024.

MENESES, A. B. de. O sonho e a literatura: mundo grego. **Psicologia USP**, 11(2), 187–209, 2000. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-65642000000200012> acesso em 23 fev. 2024.

MILHORIM, Thaís Kristine; CASARINI, Karin A.; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Os sonhos nas diferentes abordagens psicológicas: apontamentos para a prática psicoterápica. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 79-95, 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702013000100009&lng=pt&nrm=iso. acesso em 23 fev. 2024.

MOIRA, Amara; NERY, João W.; ROCHA; Márcia; BRANT, Tarso. **Vidas Trans - A Coragem de Existir**: A luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social. Bauru, São Paulo: Astral Cultural, 2017.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOBRE, Marcos (Org.). **Curso Livre de Teoria Crítica**. São Paulo, Campinas: Papyrus, 2008.

ODA, A. M. G. R.. A primeira tese brasileira sobre a alienação mental: leituras, plágios e ciência. **Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental**, 16(4), 630–641, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142013000400011> acesso em 26 maio 2024.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. O início da assistência aos alienados no Brasil ou importância e necessidade de estudar a história da psiquiatria. **Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental**, 7(1), 128–141, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-47142004001012> acesso em 26 maio 2024.

OLIVEIRA, Lucas Moreira. **Mercado de Trabalho e Empregabilidade, na Perspectiva de Transexuais já empregados na Cidade de Juazeiro do Norte-CE**. 2018. 24 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Psicologia) – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio, Ceará/Juazeiro do Norte, 2018.

OLIVEIRA, Ricardo P.; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Estudos Documentais sobre Alienação Parental: Uma Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência E Profissão**, 41, e222482, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003222482>> acesso em 26 maio 2024

OLIVEIRA, João F. Z. C.. “**E Travesti Trabalha?**”: divisão transexual do trabalho e messianismo patronal. 2019. 162 f. Dissertação de Mestrado (Direito) - Faculdade de Direito e Ciências do Estado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/DIRS-BCA2MH>. Acesso em 7 jul. 2024.

OLIVEIRA, Tibério Lima. “**Meu Corpo, Um Campo de Batalha**”: a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital. 2016. 244 f. Dissertação de Mestrado (Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/22425>. Acesso em 7 jul. 2024.

OROBITG, G. Para além do sonho e da vigília. O sonho ameríndio e a existência. **Revista De Antropologia**, 65(3), e185870, 2022. Disponível em <<https://doi.org/10.11606/16789857.ra.2022.185870>> acesso em 23 fev. 2024.

PINZANI, Alessandro. First-Order and Second-Order Suffering. *In*: Conference Paper (evento interno) do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/eventos-procedimentos-e-normas/materiais-de-referencia/first-order-and-second-order-suffering/view>

QUINTANA, Mario. Do Sonho. *In*: **Caderno H**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

RODRIGUES, J.; SIMANCAS, R. Da Esquina Ao Escritório: Uma Análise Sobre A Ausência De Mulheres Transexuais No Mercado De Trabalho Formal Em Goiás. **Pensamiento Americano**, v. 13, n. 26, p. 33-50, 2020.

RODRIGUES, Maria Eduarda Ferraz Firmo. A formação do estigma das travestis no Brasil: mercado informal, precariedade e trabalho sexual. **Laborare**, Salvador, v. 5, n. 8, pp. 51-68, Jan./Jun, 2022.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, vol. 10, n.1, p. 191-204, jan./jun., 2015.

SANTOS, Karolyn M. de O.; OLIVEIRA-SILVA, Lígia Carolina. Marcadas pelo mercado: inserção profissional e carreira de mulheres transexuais e travestis. **Cadernos Pagu** [online]. 2021, n. 62, e216221. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449202100620021>>. Epub 01 Out 2021. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/18094449202100620021>. Acesso 7 Jul. 2024.

SANTOS, Abrahão de Oliveira; TRINDADE, Tarso Ferrari. Tecnologia dos sonhos em Artemidoro, Freud, Jung e nos Warlpiri. *Fractal: Revista De Psicologia*, 26(2), 309–326, 2014. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/1984-0292/1020>> acesso em 23 fev. 2024

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], v. 25, n. 5 p. 1723-1734, maio/2020.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 25, n. 5, pp. 1723-1734. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33082019>>. Epub 08 Maio 2020. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020255.33082019>. Acesso em 7 jul. 2024.

SOUZA, Heloisa Aparecida. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais**. 2012. 127 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia como Profissão e Ciência) – Centro de Ciência da Vida, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

VASCONCELOS, Paloma. **Transresistência**: Histórias de pessoas trans no mercado de formal de trabalho. 2ª ed. São Paulo: Editora Casa Flutuante, 2018.

VILLANI, Fabiana Bacellar; RIBEIRO, Luiz Paulo. Binarismo de gênero, identidade, trabalho e prostituição: um estudo qualitativo sobre a população transgênera de Belo Horizonte. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, Salvador, Brasil, v. 8, n. 2, p. 129–143, 2019. DOI: 10.17267/2317-3394rpds.v8i2.2265. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/2265>. Acesso em: 7 jul. 2024.

WILLIAMS, Bernard. **Ethics and the Limits of Philosophy**. Cambridge, MA: Routledge, 2006.

ZILLOTTO, Denise Macedo; DAVIES, Simone Maria; ITAQUI, Cintia. A diferença em outros contextos: profissionais transexuais com ensino superior inseridos no mundo do trabalho. *Cad. psic. soc. trab.*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 1-15, jun. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172021000100001&lng=pt&nrm=iso>. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v24i1p1-15>. Acesso em 07 jul. 2024.